ANO III — Nº 25 — Cr$ 10,00

FEVEREIRO DE 1978

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

DEMOCRACIA O QUE QUEREM OS MILITARES

SALVAGUARDAS

D. Ivo: A CNBB quer salvaguardas também para o cidadão

FIGUEIREDO

O irmão do presidente diz: Tantos elogios ofendem a gente

COPA DO MUNDO

Marek, o homem que quer boicotar a Copa na Argentina

Marlise Sauerssig é Jacobina no filme *Os Muckers*

JACOBINA, A BEATA MALDITA

Sua história e sua tragédia que o cinema agora vai contar

Se a gente ficar quietinho, acaba a censura?

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães Filho, Marcelo Oscar Lopes, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Najar Tubino, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Ricardo Schmitt, Vera Teresa Costa, Marina Wodtke, Lenora Vargas, Humberto Andreatta, Rejane Baeta, Ayrton Centeno, Regina Vasquez, (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassi, Severino Góes, Maria da Graça Seligman (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Lucila Camargo, Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse, Patrício Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano, Luiz Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Paulo Roberto França, Lindomar Mohnsam da Silva, Estela Maris Leal de Carvalho e Silvia De Ávila Berni (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**Composição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Ênio Lindenbaum e Leonardo Dourado

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170 / Livro A 1

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antonio Oliveira, José Guaraci Fraga, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebês Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odiloh Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Aníbal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi e Ariosto Teixeira.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

É interessante a atitude das nossas autoridades. Dizem elas que há hoje no governo, a disposição de levantar a censura que ainda atinge alguns órgãos de Imprensa no país.

Mas, não pode haver pressão. "O governo não age sob pressão". (Você lembra que havia um líder da maior democracia do ocidente **que dizia: "governar é governar sob pressão"?).**

Pois bem, aqui não. Pressão só no chope. Uma dessas autoridades chegou a sugerir — quando soube que estávamos fazendo uma matéria contando a história dos três jornais mais censurados do país — que não deveríamos tocar no assunto.

"Quanto menos mexer nisso melhor, quanto menos falar, mais rápido poderá cair a censura", disse a autoridade.

Evidentemente, não surpreende a ninguém que as autoridades pensem assim. Seria muito melhor, para elas, se os jornais não falassem em muitas outras coisas.

É um pouco trágico, porém, ver que na Imprensa e mesmo entre os editores que mais têm sido atingidos pela brutalidade da censura, muitos aceitam jogar nesse terreno. Eles têm argumentos razoáveis. A Tribuna de Imprensa, **do Rio, por exemplo, está desde 1969 sob censura prévia, contando com inúmeros casos de apreensão de suas edições. É um massacre.**

No entanto, por mais razoáveis que sejam os argumentos, não deixa de ser um pouco trágico esse comportamento, pois ele indica que se confirmam as teses a respeito do que alguns teóricos chamam de habituação.

É a história do bode. Pega-se alguns sujeitos indesejáveis e mete-se todos juntos numa cela pequena, apertada. Eles, obviamente, sentem-se vítimas de uma repressão brutal, estrilam, esperneiam, protestam por todos os meios.

Então, coloca-se em cena um novo personagem: um bode, com sua devida barbicha e fedor. O bode torna a cela insuportável. A sujeira e o mau cheiro chegam ao máximo, o chão está enlameado de detritos, ninguém mais consegue comer ou dormir. Os prisioneiros estão dispostos a fazer qualquer coisa para se livrarem daquele inferno dos infernos.

Vem então a autoridade e, caridosamente, retira o bode. Manda limpar a cela, deixa cada um tomar um solzinho e um banho. E todos passam a se sentir muito melhor na prisão. Alguns acham que ela é até bem confortável.

Com o tempo, eles vão tornar a reclamar por iberdade. O bode vai voltar novamente, eles vão reclamar do bode e se achar muito bem quando ele for retirado. Da prisão, nunca sairão.

O Editor

Tiragem desta edição: 21 mil exemplares

RONALDO

Gramsci

A posição do *Coojornal* entre os órgãos sérios da imprensa nacional impõe um alerta: o oportunismo intelectual da citação de nomes em voga pode acabar frustrando aqueles que esperam um trabalho coerente no trato das matérias de peso.

Para não fugir à tentação de associar profundamente Pasqualini a Gramsci, o sr. Jefferson de Barros cometeu alguns excessos que só se explicariam pela superficialidade do conhecimento do autor italiano, ou pela análise parcial, comprometida somente com uma linha de raciocínio e desvinculada de compromissos com a afirmação correta.

Isto seria um mal menor — em meio a tanta carência de informação bem fundamentada — se, ao atribuir uma postura liberal a Gramsci, o autor do artigo não estivesse correndo o risco de colocar por terra o que poderia ter sido uma séria e boa análise do papel de Pasqualini na formação do pensamento político brasileiro.

Gramsci, tão na moda, quanto desconhecido, só por razões de tática política pode ser caracterizado como fonte das tendências liberalizantes como as do Eurocomunismo de hoje. E Pasqualini, neste ponto importante, em nada poderia assemelhar-se a Gramsci. Ocorre que alguns confundem pontos fundamentais da teoria de Gramsci com meros instrumentos na busca de objetivos estratégicos maiores, em táticas por ele aceitas como válidas apenas para certos momentos históricos.

Mesmo que certa relação se possa estabelecer entre os dois "filhos de italianos", o artigo ficou devendo melhores explicações, pois se pode até duvidar da criteriosa interpretação do pensamento brilhante e antecipado do político gaúcho. Para os não iniciados em Gramsci, não haveria como perceber as comparações forçadas. Como ficam os leitores que não tiveram chance de um contato estreito com as idéias de Pasqualini? Vão ter que esperar que sua vida e sua obra se tornem citação obrigatória, para conferir?

M. Emerenciana Paim, Porto Alegre, RS

Perdão, autor

A reportagem "Guerrilha com arroz e sandália havaiana", publicada na edição de janeiro de 78, não traz o nome do seu co-autor, o fotógrafo Vicente Carelli. Peço reparo na próxima edição. Abraços.

Palmério Dória, São Paulo, SP

Esperando

Tenho aqui o número de janeiro do *Coojornal*, o primeiro que leio. Êta Rio Grande do Sul que não decepciona. É uma lufada de ar fresco no ambiente intoxicado em que vivemos aqui em cima.

Vocês gaúchos têm a grande responsabilidade de se manterem fiéis às tradições de civismo e autêntico brasilianismo (fraterno e democrático) que os caracterizam.

Paro aqui. Vocês já devem ter entendido. A esperança de um futuro melhor vem daí...

Guilherme Amarante, Rio de Janeiro, RJ

Samba Versus Soul

É muito interessante notar-se esta tendência do avanço do *Soul* (do negro americano) contra o samba. Estão até querendo substituir o soul pelo samba nas escolas de samba. O que seria isto? Segundo penso, tanto o soul como o samba são ritmos e boa música para o ouvido. O problema então não é ser soul ou samba, mas ser soul ou samba de qualidade.

Assim, o Carlinhos Vergueiro e o Chico Buarque fazem música de qualidade. Já outros, muitos, fazem música sem qualidade e só para faturar.

Nenhum ritmo ou estilo musical é mais importante do que outro, como no caso do soul e do samba. Por que, então, certos grupos e elementos tentam impingir que o soul é melhor do que o samba? Tudo isto me cheira muito mal. Por que alguns negros brasileiros não desejam mais ser negros brasileiros e sim americanos? Parece-me que a semente racista americana está sendo plantada no Brasil. Aqui em São ▶

CARTAS

Paulo e no Rio já existe muito mulato que diz que o samba já era e agora é o soul. É vergonhoso que tal coisa aconteça.

Estive na África e nos Estados Unidos, e de minha convivência também com negros brasileiros notei que o racismo do negro contra o branco é incentivado pelo próprio racista branco contra o negro. Todo este movimento *Black Power,* Poder Negro, Força Negra, *Black Soul* está sendo financiado ou incentivado pelo racismo norte-americano. É uma espécie de exportação internacional do racismo de lá para o Brasil e para o resto do mundo.

Porém, o racismo do branco contra o negro não será vencido instalando-se um racismo do negro contra o branco (como no dos movimentos Soul, Força Negra, etc., no Brasil). O racismo só será abolido da face deste planeta quando todos se misturarem com todos, sem nenhuma distinção de cor.

Esta carta é destinada a todos os que estão conscientes e que sofreram ou sofrem qualquer tipo de discriminação racial no Brasil e em qualquer parte do mundo. É uma carta contra o racismo, venha do grupo que vier. O que aconselho é que se abulam todos os preconceitos raciais e todos os movimentos raciais pró-branco ou pró-negro. Com isto não quero defender ninguém, e sim alertar que não se combate um erro com outro erro. O racismo só será superado com uma mistura total de todos os povos e raças e não com uma separação como pretendem alguns grupos, que inclusive fazem um jogo racista, daqueles mesmos que desejam combater.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

Brizola I

A respeito da sugestão de Eva de Oliveira no *Coojornal* de janeiro, no sentido de que o dr. Leonel Brizola abrisse um restaurante nos Estados Unidos, tomo a liberdade de endereçar também, àquela leitora, sugestão para que se apresente como porta-estandarte de escola de samba, que aí estará em grande evidência...

Leonel Brizola é o maior brasileiro vivo e a sua receptividade e prestígio na Europa, onde é recebido por verdadeiros estadistas, comprova tal afirmação.

Como não pode se defender, surgem aproveitadores e oportunistas, para lhe endereçar críticas injustas.

No seu governo não houve atentados contra os direitos humanos, Santas Ritas e Santas Fés, Lutfallas, endividamento e governantes biônicos, que a incompetência vigente no País há 14 anos nos impõe.

Dona Neusa é uma dama na acepção da palavra e deveria ficar imune a sugestões cretinas, merecendo o respeito das pessoas bem intencionadas.

Leonel Brizola e Hamilton Chaves foram submetidos ao voto popular, não são frutos e conchavos e "pacotes" e oxalá dona Neusa se candidate a deputada federal, para que possamos lhe atribuir a maior votação que o Brasil já viu, num pleito direto.

Adacy Martins de Souza, Cachoeira do Sul, RS.

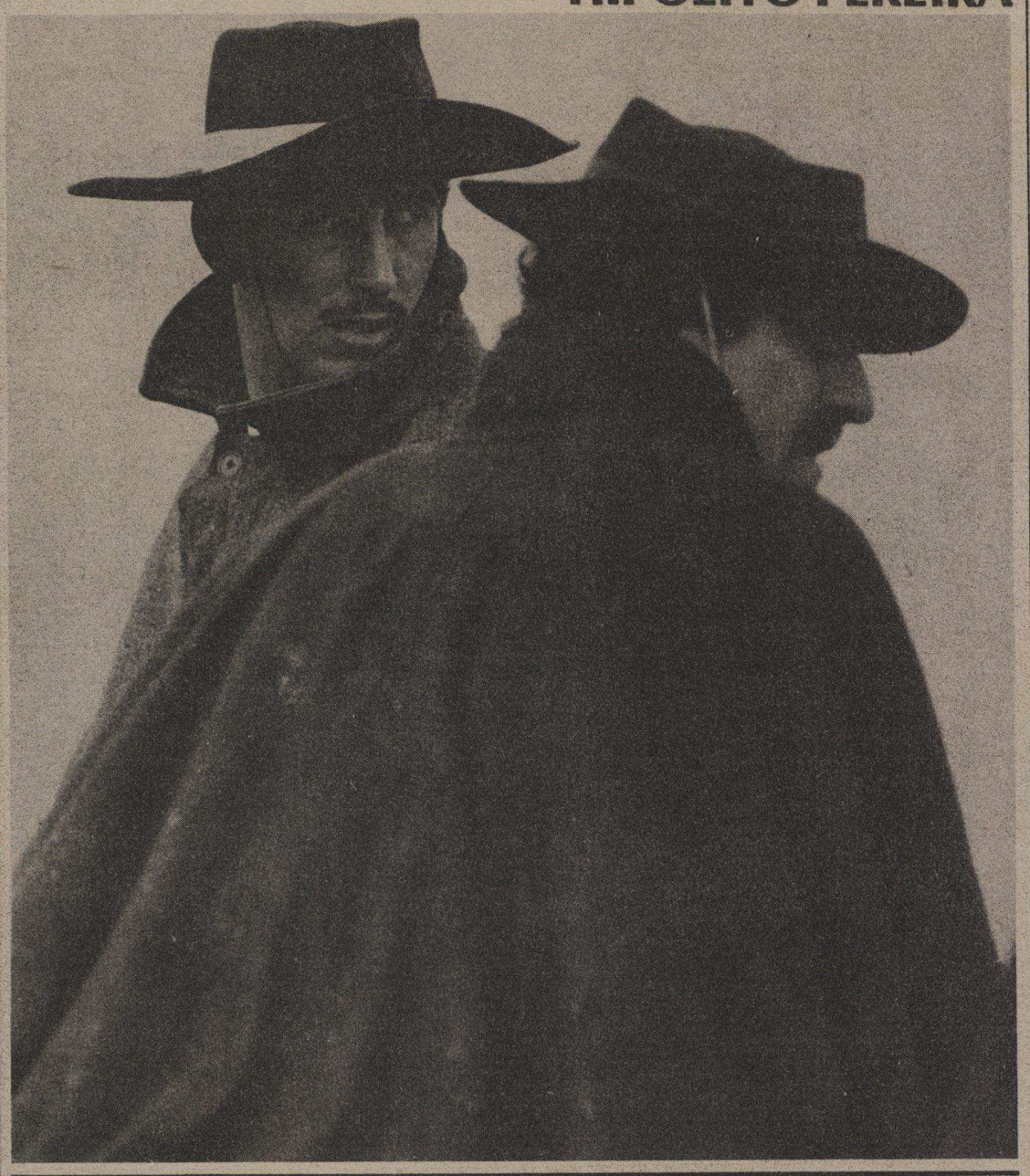
Brizola II

A sra. Eva de Oliveira, (*Coojornal nº 24*), se equivocou ao criticar os srs. Hamilton Chaves e Hamilton Almeida Filho. Estou solidário com eles e repudio a posição da sra. Eva, que talvez nem tenha lido todo o artigo que os dois escreveram muito bem.

Por certo, sra. Eva de Oliveira, se Brizola abrisse um restaurante de pratos típicos nos Estados Unidos, como ela aconselhou na mesma carta, gostaria de ser a cantora ou garçonete. Poderia muito bem escrever em sua roupa de garçonete: "Fascista Waiters".

A propósito, sra. Eva: a senhora já se candidatou alguma vez a algum cargo eletivo? Por acaso já fez 243 mil votos para

HIPÓLITO PEREIRA



deputado federal? Já garantiu a posse de um presidente? Já foi governadora? Não, não é?

Então te flagra, pois fascistas já existem demais no Brasil.

Glênio Kcerts, Santa Cruz do Sul, RS

Brizola III

Será que realmente Terezinha Zerbini declarou a Tânia Mendes, no *Coojornal,* de janeiro, que quem pode menos pode mais?

Quanto à carta de Eva de Oliveira não dá para entender seu rancor em relação ao Brizola. Afinal, o que nos falta é menos proselitismo e mais "comedores de hamburgers com donas Neusas boas de cozinha".

Quem assumiu riscos pela legalidade em 61 no Rio Grande foi ele. A culpa por 64 ou a "incompetência amazônica" está é nos desligados da realidade. Banda de música sem povo dá em desastres que inclusive podem ser cíclicos se quisermos empacar e persistir em erro.

Alexandre C. Pires de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ.

Brizola IV

Só merece aplausos a decisão do sr. Leonel Brizola em convidar um sobrinho jovem e intelectualmente capacitado para assessorá-lo politicamente em sua campanha pela Europa.

Com isto, mostra-nos a sua sabedoria em procurar novos parceiros, já que dos velhos muito se conhece e pouco se espera.

Além disto, via de regra, os jovens discípulos são incondicionalmente mais fiéis e otimistas, pois o que lhes falta em astúcia lhes sobra em coragem.

Aura Pahim, Porto Alegre, RS

Luta difícil

Assim como a vossa, esta nossa luta, do Conselho de Moradores da Lagoa da Conceição, de Florianópolis, não tem fim aparente ("fim" no sentido de acabar...). Poucos têm consciência suficiente para se engajarem neste movimento, que busca "apenas" legar um mundo melhor àqueles que virão depois de nós. Muitos são declaradamente contra, cegos que estão pela ânsia de lucros cada vez maiores, custe o que custar. Trabalhamos praticamente sozinhos. Contra a correnteza. Contra o medo. Mas vamos em frente.

Semana passada foram lacrados com cimento, pela prefeitura, os canos que conduziam esgotos para a Lagoa da Conceição. Foi a única solução encontrada para se dar um fim à contaminação cada vez mais perigosa: a análise da água revelou índices de contaminação por coliformes fecais aterradores: 400 mil por 20 ml!!!

Mas, esta atitude em breve de nada mais adiantará. Os restaurantes turísticos precisam eliminar seus dejetos. E a Lagoa sequer tem rede de esgoto. E temos certeza de uma coisa: qualquer solução encontrada pelos nossos "técnicos" não será discutida com aqueles que talvez tenham a solução para o problema. E, se não a solução, pelo menos boas sugestões, pois quem melhor do que nós moradores para dar orientação aos que elaboram os projetos para nossa comunidade?

O que está ocorrendo é conseqüência da irresponsabilidade que há longa data caracteriza nossos administradores, e de um sistema de "intendências" fundamentalmente errado, pois está a serviço de interesses completamente estranhos à comunidade.

Mas isto tudo é história velha e muito comprida. Agora estamos preocupados em busca de uma maneira não tão radical de resolver o problema de esgotos e poluição da Lagoa. Talvez tenhamos soluções. Mas como chegar até, por exemplo, os proprietários dos restaurantes, fechados ao diálogo e de mentalidade tacanha?

A luta, a nossa e a vossa, é contra isto: contra a ignorância.

E vamos nela, vamos com força gente! Precisamos todos nos ajudar.

Cezário Simões Júnior, Florianópolis, SC

Navexologia I

Venho pesquisando na Ufologia, Parapsicologia e suas ligações políticas há tempos. No jornal *Movimento,* de 9 de janeiro, publiquei uma carta em que torno públicas as censuras, tentativas de censuras e pressões contra uma Ufologia aberta e democrática. Além de pesquisar os extratarrestres e discos voadores tenho contatos telepáticos com os mesmos.

Algumas instituições, contudo, não aceitam como verdadeiras tais comunicações e também combatem a Parapsicologia na Ufologia. Outras pessoas procuram também ridicularizar qualquer coisa a respeito dos discos voadores acusando quem está ligado ao assunto de louco, mentiroso, charlatão, reacionário, etc.

A Ufologia é uma ciência e não um charlatanismo para desviar a atenção das grandes massas dos seus problemas mais imediatos e prioritários. Já se conhecem muitas coisas a respeito dos OVNIs, porém alguns detalhes ainda estão sendo escondidos do grande público. O meu desejo é popularizar e democratizar ao máximo a Ufologia.

Os extraterretres têm interesse em melhorar ou ajudar na melhora das condições gerais da humanidade terrestre atualmente. Por isto mesmo combatem a bomba atômica, se preocupam com a questão ecológica planetária e da computarização ou tecnificação do homem nos nossos dias. Além disso também difundem o vegetarianismo, combatem o fumo, álcool, chocolate e café. Acima de tudo os extraterrestres são pacifistas. Procuram encaminhar a humanidade terrestre para uma situação melhor, porém não usando da força bruta e sim tentando persuadir direta ou indiretamente.

A humanidade terrestre tem o direito de aceitar ou rejeitar os conselhos extraterrestres. Ninguém está obrigado a obedecê-los. A humanidade terrestre poderá e tem capacidade de resolver seus próprios problemas, se for racional e não se autodestruir numa hecatombe atômica.

Desejo fundar uma futura sociedade para isto, que seria chamada de Supa — Sociedade Ufológica-Parapsicológica-Arqueológica. Acima de tudo seria uma sociedade democrática e um dos objetivos principais seria manter um contato e maior amizade com os nossos amigos extraterrestres. Quem desejar maiores informações pode escrever para Praça Marechal Deodoro, 397, apto. 85, Ed. Daisy, Santa Cecília, CEP 01150, São Paulo, Capital.

Tal qual Galileu Galilei, Júlio Verne e outros, também estou sofrendo muitas pressões, tentativas de censuras, acusações de charlatanismo, reacionário, mentiroso, louco, etc. Tais pressões, contudo, não me tiram o estímulo para continuar com a minha idéia. Faço um jornalzinho, intitulado OVNI, no qual tento divulgar tudo isto, mas devido a problemas financeiros está parado. Estou numa situação financeira tão difícil que praticamente não tenho dinheiro para pagar o aluguel do pequeno JK onde vivo. Sendo assim, preciso bastante de apoio.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

Navexologia II

Aos leitores do *Coojornal.*

Considerando necessário corrigir e complementar o artigo "Conselhos úteis", publicado nesta seção em janeiro, escrevo estas linhas.

O Clube Nova Era foi fundado em 1968. Desde 1976 troquei o cargo de presidente pelo de secretário. Tenho 40 profissões (caricatura numérica), entre as quais as de redator, relações públicas, cartunista, inventor, demógrafo, psicólogo, secretário, futurólogo, dicionarista, compilador, parapsicólogo, navexólogo, cosmólogo, metafísico, professor, sociólogo, ensaísta, poeta e filósofo.

O presidente de nossa entidade é Carlos Aguiar, cujo QI (162) iguala-se ao meu; ele também desempenha dezenas de profissões, entre as quais poeta, espiritualista, assistente jurídico e sociólogo.

Temos 30 principais finalidades (outra caricatura numérica), das quais (...), o ingresso da humanidade na comunidade universal dos seres racionais; reforma da sociedade em prol do humanismo; instituição do intelectualismo político (todo candidato a altos cargos públicos deve ser sábio); honestidade no comércio e na indústria (...).

Nossas pesquisas ufológicas começaram em 1973 e, no ano seguinte, evoluíram para pesquisas navexológicas. A Navexologia, extensão da Ufologia, consiste no estudo das naves e civilizações extraterrestres. De importância crescente, acarretará para a humanidade tremendas conseqüências culturais, morais e sociais.

O Clube Nova Era, compreendendo a complexidade do problema humano, propõe uma solução global e múltipla: filosófica, cultural, econômica, ecológica, navexológica, espiritual, social, etc. A única possível.

Carlos A. Ducatti, Porto Alegre, RS

CARTAS

Pedro Arão

Recebi, tardiamente, a notícia da morte violenta do último dos *Arão* — Pedro Arão Filho.

Um amigo entregou-me um exemplar do jornal *A Tribuna,* de Santo Ângelo, de 22 de setembro de 1977, que traz a notícia: "Pedro Arão morreu com o crânio esfacelado".

Pedro Arão Filho era o último dos irmãos homens de Artur Arão. Era ele o único elo vivo entre a tragédia dos Arão — de repercussão internacional — e a história atual.

A imprensa pode encarafunchar o assunto. Não tenho nenhum conhecimento do inquérito policial. Mas o que parece ser um acidente, pode ser um caso mais profundo. O fato é um tanto estranho: o crânio esfacelado com sua própria arma de caça.

Pedro, apesar de ser um homem simples, tinha a coragem renomada dos Arão; e nunca cessou de acusar os bárbaros trucidadores do coronel Pedro Arão. Heróis e mártires de uma época, os Arão sofreram demais e merecem — mesmo postumamente — a consideração dos homens de consciência.

Ludovico Meneghello, Nova Prata, RS

Nota da Redação: *Ludovico Meneghello é autor do livro "Eu Sou Artur Arão", muito elogiado no ano de sua publicação, 1976.*

Para ler

Por meio desta, venho solicitar a remessa regular do *Coojornal*. Aqui no Presídio da Justiça Militar Federal, de São Paulo, somos 22 presos políticos. Buscamos manter entre nós uma intensa atividade cultural. Por isso temos o maior interesse em conhecer o que de melhor se publica no Brasil.

Grato pela sua atenção.

Marco A. Tavares Coelho, São Paulo, SP

Nota da Redação: *O pedido já foi atendido.*

Fala Goiânia

Quero congratular-me com a equipe do *Coojornal* pelo excelente trabalho que estão desempenhando na nobre missão jornalística.

Por outro lado, venho lamentar que em uma cidade como Goiânia não são encontrados jornais aí do Sul, os quais considero como os melhores do País.

Aproveitando a oportunidade, gostaria, se possível, que me indicassem onde ou como poderei encontrar as publicações das charges do Santiago, do Sampaulo e do Ronaldo.

Avelino Rakoski, Goiânia, GO

Nota da Redação: *Para adquirir os livros destes humoristas você pode dirigir-se à L&PM Editores — Rua Nova Iorque, 306, Porto Alegre, RS.*

AGENTES UNIVERSITÁRIOS

O COOJORNAL está selecionando representantes para colocação de assinaturas nas faculdades da capital e interior.
Tratar na Com. Coruja, 372
Porto Alegre — RS

De Madrid

Envio aí um recorte do *Diário de Lisboa* de 21 de janeiro, que me chamou a atenção porque citava o nosso glorioso *Coojornal*.

Brizola chegou e foi manchetes em Lisboa. A política por aqui está em franca turbulência, principalmente depois do assassinato do ex-prefeito de Barcelona, provocando de todos os lados manifestações de repúdio e cada vez mais uma união em torno do fortalecimento da democracia.

Nestes primeiros dias de reconhecimento da vida madrilenha, se observa uma abertura em todos os níveis. Filas de uma quadra para ver filmes como Emanuelle e Ultimo Tango em Paris e até os espanhóis já dizem que se fala menos agora em futebol do que no tempo de Franco, porque há muitos problemas para serem discutidos.

Como sempre, os mais velhos não gostam enquanto os jovens defendem a situação atual. Até uma peça teatral de Jean Paul Sartre, *Las Manos Sucias,* que estava proibida durante 30 anos passou a ser bastante discutida.

Ivan Carneiro Gomes, Madrid, Espanha

Braços cruzados

Pelo presente me congratulo com esse jornal pelo artigo publicado no número 24, intitulado "A guerra dos braços cruzados". Matéria, sem dúvida, de grande interesse para a História Urbana, entre outras, mereceria, a nosso ver, uma chamada na página externa. Recolhi o recorte ao Arquivo Histórico de Porto Alegre (Travessa Mário Cinco Paus, 20, 8º andar).

O desenvolvimento do artigo vale não só pelas citações objetivas das fontes consultadas, como pela forma jornalística de sua elaboração. Gostaríamos de saber, por isso mesmo, o nome de seu autor e o do orientador que, por lapso de composição, foi omitido.

Prof. Francisco Riopardense de Macedo, Porto Alegre, RS

Nota da Redação: *A reportagem foi feita por Marcelo Lopes e Vera Costa e contou com a orientação do historiador Décio Freitas.*

Hipólito, sim

É como diz o velho ditado: "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Há cerca de seis anos lançamos, com a ajuda de um grupo de colegas e do próprio presidente Alberto André, da Associação Riograndense de Imprensa, a campanha em prol de Hipólito José da Costa. Sem dúvida, a missão contituiu-se em trabalho árduo, principalmente pela descrença de uns e a indiferença de muitos.

Mas persistimos. E como resultado dessa persistência e o apoio de Alberto André, de outros colegas de imprensa e um grupo de historiadores, conseguiu-se criar em Porto Alegre o Museu de Comunicação Hipolito da Costa, o Sel Imprensa (em 1974), a remodelação da Rua Hipólito da Costa em Porto Alegre, a criação da praça Hipólito da Costa em Pelotas e a denominação de Rua em Ijuí em homenagem ao patrono da imprensa brasileira. Também em Ijuí criamos o Clube de Imprensa Hipólito José da Costa e em Pelotas foi fundada a Loja Maçônica Hipólito José da Costa.

Pode parecer muito, mas não o é. Em se tratando do patrono da imprensa brasileira, até o ano de 1972 praticamente desconhecido de seus concidadãos, entendemos de perseguir com a campanha de vulgarização de seu nome.

A 13 de dezembro último endereçamos correspondência ao prefeito de São Paulo, Olavo Egydio Setubal, pedindo a sua excelência que desse denominação de Hipólito da Costa à Rua ou Avenida da Paulicéia. E para satisfação nossa e do Clube de Imprensa Hipólito da Costa, de Ijuí, recebemos correspondência daquela autoridade confirmando nosso pedido.

Raul Quevedo, Ijuí, RS

Gramsci, de novo

O artigo de Jefferson Barros sobre Pasqualini e Gramsci (*Coojornal* Nº23) foi interessante e altamente estimulante. Mas, infelizmente, equivocado. A não ser sob a justificativa de divulgar o pensamento de Gramsci, nada explicaria a ligação de seu nome com o de Pasqualini. Primeiro, porque as origens do pensamento político de Pasqualini podem ser encontradas na Internacional Socialista e no pensamento social da Igreja, enquanto o pensamento de Gramsci evolui a partir de um outro ramo do socialismo, a Internacional Comunista e o movimento bolchevista.

Interpretar Pasqualini com base num autor que ele nem mesmo conhecia parecer ser uma liberalidade extrema ou um esforço notável para, enfim, falar de Gramsci. Que, aliás, e sem qualquer dúvida, foi uma das grandes figuras intelectuais da Itália neste século. O que seria cabível, isto sim, seria mostrar que Gramsci representa a vitória dos conceitos da Internacional Socialista (socialismo com democracia) e que estava se aproximando dos socialistas não bolchevistas e, por esta via, de Alberto Pasqualini.

Uma coisa interessante: o eurocomunismo não significará, então, mais nada além do fim de algumas teorias e práticas bolchevistas, que levaram os partidos comunistas do Ocidente ao vexame da véspera da II Guerra Mundial, quando o acordo entre Stalin e Hitler foi anunciado e eles tiveram de dar meia-volta.

O que disse Gramsci, talvez em condições menos dramáticas, com igual ou menor brilho e erudição, já vinham dizendo muitos socialistas europeus, tais como Harold Laski e Clement Atlee que, estes sim, foram autores de cabeceira de Pasqualini.

Jorge Martins Jr., Porto Alegre, RS

Uma carta do cão

Acabo de receber a modesta antologia de mais de 15 contistas piauienses, que foram reunidos num livrinho muito pai d'égua, muito cabra-da-moléstia, editado pela Editora Nossa, fundada pelo jornalista e professor Cineas Santos.

Desse Cineas Santos já se falou muito pelo Piauí. Imaginem que ele conseguiu lotar o teatro mais importante e maior de Teresina (mais de 600 lugares) mostrando na ocasião aspectos da vida (miserável) à margem do Rio Parnaíba e ninguém — digo a grande imprensa do Piauí, onde a maior tiragem é do *O Estado,* que tira 3.500 exemplares diários! (Que me desminta o Montgomery Hollanda, seu editor!) — lhe deu uma linha sequer.

Cineas, filho de São Raimundo Nonato, um lugarejo do cão, onde há cinco Mavericks, 200 prostitutas e milhares de pobres trabalhadores, tem lutado muito para a sobrevivência do *Chapada do Corisco,* o melhor nanico do Norte-Nordeste, mas que deixou de circular há quase oito meses. Agora, pelo que me diz em carta, voltará em março. Vamos ver se a moçada do RS assina o *Chapada,* um jornal do cão: Rua Simplício Mendes, 867 (Sul), Teresina, Piauí.

Mas como diz o título, "Ô de Casa" é uma antologia de contistas do perdido Piauí. São, quase todos, dos sertões do Piauí, sem linhagem burguesa, sem títulos ou penduricalhos, valem pelo que são: **gente.** Entre eles: F. Miguel Moura, matuto, filho de Jenipapeiro, puxou cobra pros pés, foi caixeiro, prevaricou, estudou, casou e tornou-se escravo do Banco do Brasil; Dodó Macedo, bancário, estudante de Direito (vai morrer de fome...), contista, desenhista; Arnaldo Albuquerque, piauiense, 24 anos, faz cartuns, charges, contos. E por aí vai a apresentação dos jovens contistas piauienses, que não tiveram a inteligência (!) de abrir a antologia com poemas à Trindade Piauiense: Petrônio-Francelino-Velloso, a grande e imperdoável falha da antologia.

E quem duvidar da existência de uma literatura de vanguarda, às margens do Paraíba, escreva para o cordelista João José Piripiri, autor de *Vida de Pobre,* cujo endereço é: Rua Simplício Mendes, 867 (Sul), Teresina, Piauí.

Com o abraço de um não piauiense, mas brasileiro.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

Nota — **As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.**

Renascemos cada vez que nosso ideal inspira um grupo de pessoas.

O cooperativismo existe desde que o homem se tornou um animal racional e social.

Reflexo do sentimento de solidariedade humana, o cooperativismo é uma alternativa às pessoas que, unindo seus esforços, fazem frente àqueles que procuram tolher a evolução social.

Operando para a obtenção de melhores resultados nas ações econômicas, o cooperativismo aperfeiçoa cada vez mais sua idéia básica: a força de cada um na união de todos e a força de todos no trabalho de cada um.

COTRIJUI
Cooperativa Regional Tritícola
Serrana Ltda. - Ijuí - RS.

Cris Queiroz

Angela Davis: mais combativa do que nunca

UM FILME PARA ANGELA

De cabelos curtos, brincos, pulseira, colar, saia e botas, ela parece uma dama bem comportada. Nada disso. Angela Davis, a garota negra e comunista do Alabama, que no fim dos anos 60 sacudiu os Estados Unidos e o mundo por suas posições políticas, amadureceu — e está mais combativa do que nunca.

Sua luta anti-racial e anticapitalista toma forma e se avoluma através do tempo. Ela ainda consegue mobilizar milhares de pessoas e criar um debate aberto.

Prova disso foi a rápida passagem de Angela aqui em Paris no fim de janeiro. Veio para o lançamento de um filme sobre sua vida e luta, feito pelo cineasta Jean Daniel Simon — e durante três dias falou incansavelmente aos jornais, televisão e auditórios lotados.

"Nada mudou de substancial nos Estados Unidos nos últimos anos", foi uma de suas tantas afirmações. "Carter se ocupa dos direitos humanos em outros países mas não no seu. Não é por que Carter nomeou alguns negros para altos cargos de administração que o problema está resolvido. Isto não quer dizer nada. A Coca-Cola também está fazendo publicidade com negros na televisão".

Angela diz que o racismo foi sobretudo uma arma utilizada pelo capitalismo para a exploração dos trabalhadores. E apontou a França como um bom exemplo: "Cria-se entre os trabalhadores franceses a idéia de que eles estão ameaçados pelos estrangeiros. Além disso, pagam aos franceses um pouco mais que aos estrangeiros para lhes dar a impressão de que são mais valorizados. Na verdade, o que eles querem é dividir a classe trabalhadora".

A dirigente da Aliança Nacional contra o Racismo e a Repressão Política nos Estados Unidos atacou também o que ela chama de "falsa interpretação da liberdade" em seu país. Em nome desta concepção americana de liberdade, disse, permitem-se absurdos como a existência legal de um partido nazista e de movimentos fascistas.

E o filme? *Angela Davis — L'Enchainement* procura mostrar as atividades políticas deste personagem que tem três defeitos graves para a sociedade americana: ser mulher, negra e comunista. Acompanha de perto toda a evolução de Angela, desde o clima de ódio racial que marca sua infância num bairro conhecido como *Dinamite Hills,* devido aos numerosos atentados à bomba feitos por racistas brancos. É também documento: mostra uma série de fatos relativos ao desenvolvimento da luta anti-racista nos EUA durante os últimos 25 anos, indo do macartismo à revolta dos guetos negros e ao assassinato de Martin Luther King.

O final é ambientado em 1976, com a campanha eleitoral desenvolvida por Angela Davis para a presidência da República, pregando uma sociedade mais justa e a liberação das minorias oprimidas.

Zélia Leal

ASSINE DE FATO

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP 30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Mulheres no esquecimento

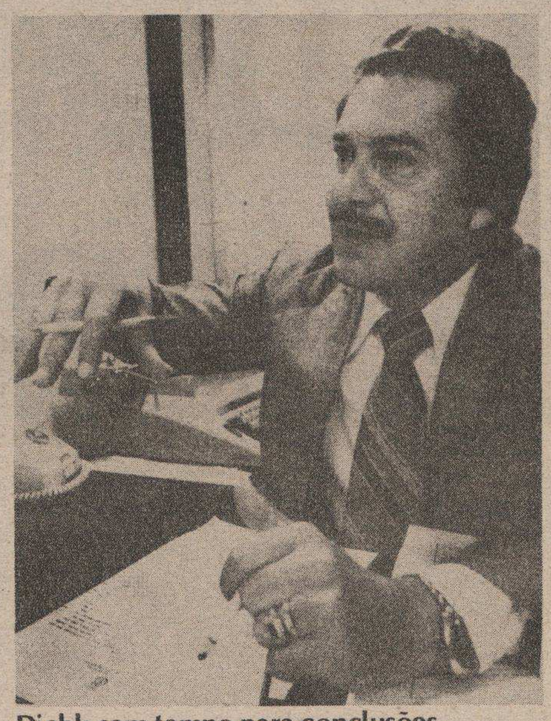
Há mais de um século as mulheres do mundo inteiro são homenageadas no dia oito de março. Mas quem por aqui conhece esta data ou sabe a sua origem?

O Dia Internacional da Mulher — que não tem nada a ver com as datas comerciais que conhecemos, como Dia das Mães, dos Namorados, das Secretárias... — inclui a mulher numa categoria mais ampla, a trabalhadora, e foi instituído em lembrança ao assassinato de operárias norte-americanas.

A primeira greve feita exclusivamente por mulheres aconteceu em Nova Iorque e teve um triste fim no dia oito de março de 1857: a morte das grevistas num incêndio criminoso. Incapazes de vencer a determinação das operárias, que pleiteavam a redução do horário de trabalho de 16 para oito horas diárias, os patrões mandaram pôr fogo na fábrica têxtil em que trabalhavam.

Apesar da origem do Dia Internacional da Mulher estar num episódio ocorrido nos Estados Unidos, ele consta no calendário americano como homenagem a um santo desconhecido. O mesmo acontece nos demais países do Ocidente, entre eles o Brasil. E em Portugal, durante o fascismo, esta data foi ostensivamente ignorada. Já na Europa Oriental, o oito de março constitui um importante feriado, em homenagem a todas as mulheres que trabalham — dentro e fora de casa.

Regina Vasquez



Diehl: sem tempo para conclusões

Inquéritos: TFP na retranca

No inverno de 1975, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade no Rio Grande do Sul ocupou durante semanas as manchetes da imprensa gaúcha, além de ser objeto de uma movimentada Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI encerrou seus trabalhos em outubro daquele ano, mas até hoje não foi apresentado o relatório final, a cargo do deputado arenista Rubi Diehl, que alega "falta de tempo".

Diehl cuidou de outros assuntos, sendo inclusive relator de outra CPI neste período, e cujo relatório já foi apresentado. E a TFP no Rio Grande do Sul aproveitou o período para um estratégico retraimento que lhe valeu o esquecimento por parte de deputados, população e imprensa.

O deputado justifica o desinteresse pelo relatório final, pelo fato de "não ter sido constatada nenhuma atividade ilícita da TFP". Mas o certo é que alguns fatos ainda não estão bem explicados.

De Ildefonso Homero Barradas, vice-presidente regional da entidade, e tabelião em Caxias do Sul, sabe-se que foi indiciado em inquérito policial (levado ao Ministério Público) por denúncia criminal envolvendo o menor Luiz Antônio da Paula Santos.

Quanto à sindicância junto à Corregedoria Geral da Justiça, referente ao fato de Barradas ter lavrado irregularmente no seu cartório, em Caxias do Sul, escrituras para o DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos), de Porto Alegre, seu resultado é sigiloso. Sabe-se apenas que a CPI enviou suas conclusões ao Ministério Público para denúncia criminal contra o tabelião. O que aconteceu a partir daí permanece desconhecido. Mas, se ainda não foi punido, recebeu um prêmio, pois agora tem também um cartório em Porto Alegre, na Avenida Presidente Roosevelt, 777.

Na Prefeitura de Porto Alegre ficou sem conclusão o inquérito administrativo instaurado para verificar denúncias de protecionismo funcional, favorecimento pessoal e outros, relativas a funcionários do DMAE que também eram membros ativos da TFP. Mas, durante o inquérito, foram afastados o superintendente administrativo João Menezes Costa (presidente da TFP no Rio Grande do Sul) e o procurador da autarquia, Jacob Ireno Weizeman (tesoureiro regional da TFP). Mais tarde, Menezes Costa obteve aposentadoria por tempo de serviço (35 anos).

Há mais irregularidades. Durante a busca e apreensão realizada na sede da TFP por deputados da CPI, foram encontrados documenots relativos a viagens para São Paulo, com duração de vários dias, de membros da entidade que trabalhavam no DMAE. No entanto, quando os cartões-pontos foram requisitados à Prefeitura, alguns não foram encontrados e outros tinham sido normalmente batidos (não se descobriu por quem) durante o período da ausência. Este foi o caso de Valmeron Donato Bordinhão.

Em Porto Alegre, a TFP mantém silêncio e se recusa a dar qualquer informação — só o departamento de relações públicas da organização, em São Paulo, tem autoridade para falar. Em outros estados, porém, a movimentação continua: em Ponta Porã, no Mato Grosso, militantes exibiram uma foto do deputado gaúcho Algir Lorenzon, que presidiu a CPI, como a de um inimigo da TFP.

Regina Vasquez

O caos em Florianópolis

Os pescadores da Ilha de Santa Catarina (onde fica o centro e a grande parte da zona urbana de Florianópolis) estão apavorados. No domingo de carnaval, cerca de 15 mil carros invadiram a semideserta Praia do Santinho, que não dispõe sequer de um bar.

Nas 42 praias da ilha, a cada ano que passa e com intensidade crescente, os pescadores descendentes dos colonizadores açorianos estão perdendo sua privacidade e aprendendo a conviver com sôfregos turistas. E os hotéis, antes raros, já começam a proliferar, embora a defasagem entre o número de pessoas que chegam diariamente à ilha (cerca de três mil) e o de acomodações seja imensa.

Por exemplo: nas praias de Florianópolis só existem quatro hotéis, mais as cabanas do *Holliday Center,* cujas diárias chegam a Cr$ 1.600,00. No centro, a rede hoteleira também é insuficiente. Numa construção foi colocado um letreiro luminoso: "Hotel". E, apesar de ainda haver só pedreiros trabalhando, suas precárias acomodações foram totalmente tomadas. Vejam só.

Mas explica-se: a grande maioria dos que chegam a Florianópolis, principalmente por via rodoviária, são obrigados a pernoitar dentro dos carros ou, então, comprar uma barraca e acampar por uma diária de Cr$ 25,00 por pessoa.

Esta súbita invasão de turistas tem feito muitos comerciantes sonhar em enriquecer instantaneamente, aumentando descaradamente os preços de tudo. No restante do litoral catarinense, excetuando-se alguns restaurantes e bares de Camboriú, balneário que recebe 250 mil turistas nesta época, os abusos são escassos e os preços razoáveis, ainda...

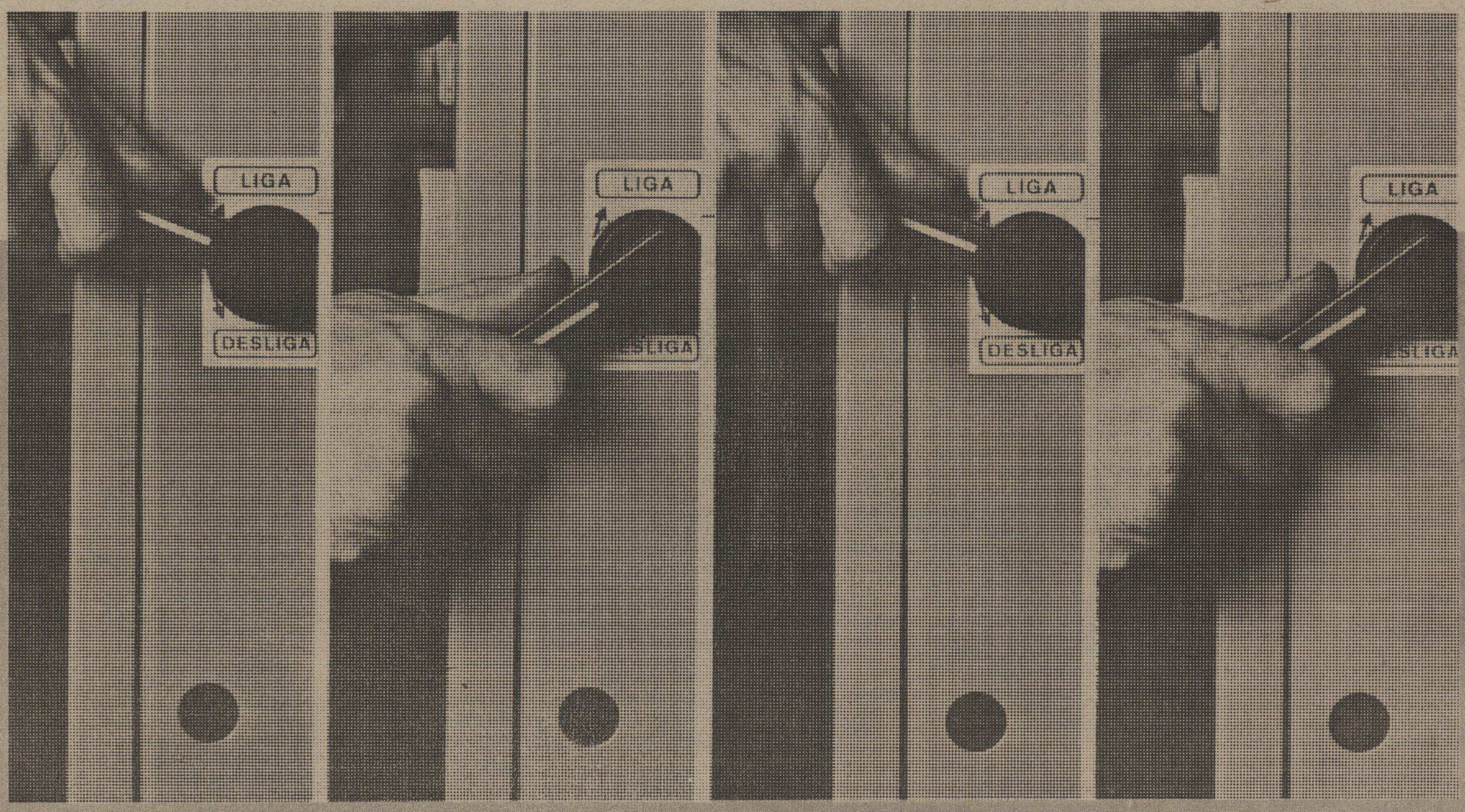
Para reter ao máximo esta gigantesca onda de pessoas em Santa Catarina — é impossível fazer um cálculo aproximado do número de turistas, inclusive argentinos — os hoteleiros estão organizando uma campanha publicitária a fim de expandir a temporada de verão, de novembro a abril.

Ano passado, os hotéis de Camboriú fizeram uma promoção em São Paulo e o movimento em janeiro e fevereiro cresceu 30%. Fora dos meses de temporada, os hotéis viram enormes elefantes brancos — só em Camboriú são 50 — que sobrevivem graças a uma ou outra convenção.

Luiz Lanzetta

Este é um motor elétrico Eberle. Você liga e desliga, liga e desliga, liga e desliga.

E ele nem liga.



Martins & Andrade

Os motores elétricos Eberle são construídos para ter uma longa vida útil. Mesmo trabalhando sob as piores condições, acima ou abaixo do ponto de regime.

Tente, por exemplo, avaliar a dureza do regime de trabalho do motor elétrico que movimenta um trefilador ou ainda uma máquina operatriz. Ele é ligado, exigido a curtos intervalos, submetido a uma inversão no sentido da rotação, exigido e desligado. Esta operação repete-se dezenas de vezes, dia após dia.

Para resistir, só mesmo sendo um forte. Só sendo Eberle.

Os motores elétricos Eberle, antes de enfrentarem o desafio do trabalho, passam por um teste muito mais rigoroso: o controle de qualidade Eberle.

Se o seu motor elétrico é Eberle pode ficar descansado.

Ele não vai queimar.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.

Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:

Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Telegráfico EBERLE - Fone: 21-1211
Telex n.º 0542 155 MAEB - BR
Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS

ou para a Agência Eberle da sua cidade.

Salvaguardas para o cidadão!

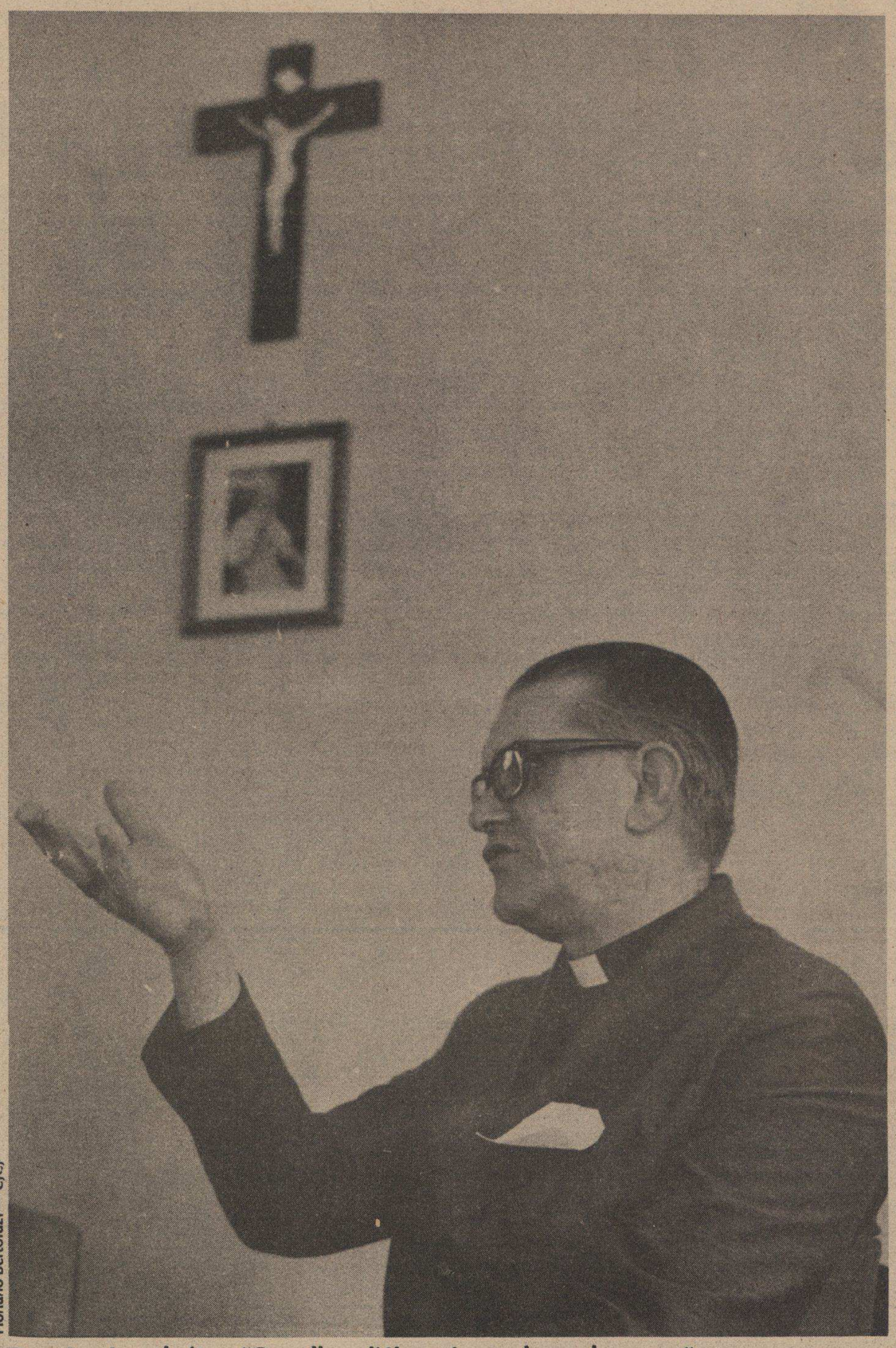
O secretário geral da CNBB fala dos temas que a Igreja pretende ver em debate em 1978

No vídeo do televisor ou na tela do cinema, um operário toma o café da manhã com sua mulher, despede-se da família, vai ao trabalho num confortável trem e trabalha o dia inteiro, alegre e em boas condições, até bater o ponto no fim do dia e sair, confraternizando com o patrão. Aí a cena congela e escurece, para reabrir num estúdio onde os atores — Mauro Mendonça, Rosa Maria Murtinho e Rogério Fróes — retiram a maquilagem e esclarecem: "Este filme que nós acabamos de representar ainda é um sonho, mas pode ser realidade com trabalho e justiça para todos".

O filme de um minuto faz parte da Campanha da Fraternidade 78, lançada em janeiro pela Igreja Católica, intitulada Justiça e Trabalho para Todos. **Com a campanha, a Igreja retoma reivindicações pelos trabalhadores, que o secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, definiu como salários justos, participação nas decisões das empresas e liberdade de associação. Em 1978 a Igreja discutirá apenas isto? O presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, diz que não:**

— É que se constatou que houve crescimento econômico na América Latina, mas cresceu também o abismo entre os que têm e os que não têm. Não se justifica isso num continente cristão. Notamos ainda um retrocesso na participação do povo na vida política de seus países. Queremos analisar saídas. A Igreja não pode deixar de discutir isso, porque ela precisa estar ligada ao povo, aos princípios do cristianismo.

Em Santa Maria, RS, no dia em que completou 25 anos de ordenação sacerdotal, Dom Ivo Lorscheiter comentou a Campanha da Fraternidade 78 e o diálogo que o governo propôs à Igreja. A entrevista concedida ao repórter Paulo Gérson Antunes de Oliveira:



Floriano Bertoluzi — CICJ

Dom Ivo Lorscheiter: "O melhor diálogo é o da boca das urnas"

— O senhor, que participou diretamente do diálogo, acredita que ele evoluiu?

Dom Ivo — Pelas manifestações de Dom Aloísio e de Dom Vicente houve, ao menos, uma continuidade. Dos que participaram, pela Igreja, do diálogo, houve uma salutar coincidência de pensamentos, o que é bom para a Igreja. Mas acredito que ele deve se estender mais, inclusive com a participação do MDB. Agora, se quisermos realmente ser um país democrata, como dizem, o povo deve falar. Não adianta dizer que o povo não está maduro. Na minha opinião o melhor diálogo é o da boca das urnas. Mas as eleições precisam ser verdadeiramente livres.

— Com isso o senhor quer dizer que não concorda, por exemplo, com a opinião emitida por Pelé há algum tempo?

Dom Ivo — A declaração de Pelé, eu respeito, mas considero uma afronta aos brasileiros. Não concordo com os que acham que o povo não está maduro para votar. Além do mais, se estas pessoas têm razão, o que não acredito, é urgente que se "treine" o povo para exercer o direito do voto. Já que essas pessoas pensam assim, entendo que é preciso treinar para evoluir. Na minha opinião, é caminhando que se anda.

— No diálogo com o senador Petrônio Portela, o senhor pediu que fossem ouvidos outros setores da Igreja, especialmente Dom Helder e Dom Evaristo. Os dois não foram ouvidos ainda. Por quê?

Dom Ivo — Espero que sejam ouvidos logo mais. Não só para se saber o que eles pensam, mas para ver o que pensa o homem que dirige a maior diocese do mundo, que é o caso de Dom Evaristo, em São Paulo. Nós da CNBB ainda estamos aguardando que Dom Evaristo e Dom Helder sejam ouvidos.

— Para resolver o impasse político o MDB propõe uma assembléia constituinte eleita pelo povo. O que o senhor pensa dessa fórmula?

Dom Ivo — É uma fórmula técnica. A Igreja faz esforços para uma institucionalização, pacificação e participação verdadeira do povo na vida nacional. Oficialmente não houve manifestações da Igreja em favor da constituinte. Mas não queremos é que sejam feitas reformas por determinadas pessoas. Queremos que sejam feitas por todos no país. Se a constituinte levar a isso, a Igreja apóia. Se houver outro caminho, a Igreja também apóia.

— O governo fala em salvaguardas para substituir as leis de exceção. Como o senhor vê esta situação?

Dom Ivo — Li, há dias, um artigo do vice-presidente da CNBB, Dom Geraldo Fernandes, de Londrina, que fez uma observação pertinente: "Quando se fala em salvaguardas do Estado" — disse Dom Geraldo —, "deve-se também falar antes das salvaguardas dos direitos de cada cidadão". E eu concordo com isso. Deve-se buscar a conciliação entre os direitos do cidadão e do Estado. O indivíduo não pode prejudicar o Estado no que ele tem de direito legítimo, ou seja, escolhido pela maioria da vontade popular. Mas o Estado não deve prejudicar os direitos do homem. Aliás, este sempre foi o grande problema político. A Igreja, mais uma vez, só defende as grandes teses. Não temos a fórmula técnica. Acreditamos, porém, que não adianta tirar o AI-5 e o Decreto-lei 477 e substituí-los por outros.

—Anistia e direitos humanos. Qual a sua posição diante desses assuntos tão discutidos pelos políticos?

Dom Ivo — Sempre devemos cuidar para que a Igreja não defenda posições casuísticas. A Igreja deve defender, repito, os grandes postulados, mas sem falar em detalhes dos programas. A Igreja defende o direito de liberdade, de manifestação, de associação, de opinião, mas ela não deve sair fora das grandes exigências doutrinárias. Acho que ninguém deve estar ou ser preso por idéias. Só, se fez algo contra a sociedade. A Igreja defende o direito de cada um ter a sua opinião e, se cometeu algum crime, deve ter o direito amplo de defesa. A Igreja defende o direito de se pensar e opinar sobre qualquer idéia, mas não pode defender, por exemplo, um assalto ou roubo de banco, só porque determinado homem foi levado a praticar estes atos por suas idéias. Esse é um crime que deve ser julgado com amplo direito de defesa, como qualquer outro.

— O senhor admite inclusive a participação de partidos socialistas no processo político do Brasil?

Dom Ivo — Os partidos são indispensáveis num sistema político. Agora, quais e quantos, a Igreja não sabe. Nós não nos preocupamos com isso. Só queremos que os partidos tenham programas políticos definidos, coisa que, pena, não houve ainda no Brasil. Então se vê o Teotônio Villela dizendo coisas, apesar de arenista, bem diferentes de outros políticos do mesmo partido. Isso mostra que falta um programa definido e unitário, partidos que defendam suas idéias democraticamente. Nós entendemos que é importante serem os partidos defensores claros de determinados programas ou idéias. Agora, não vamos dizer quantos e quais partidos devem existir. Isso é coisa para os técnicos no assunto, os políticos.

— As posições adotadas pela Igreja têm lhe valido algumas acusações de esquerdista...

Dom Ivo — A Igreja não pode ser confundida com partido político. Cristo não disse como seria o governo da Palestina. A Igreja só defende as posições que acha certas e não se preocupa com as fórmulas. Apesar dessa posição, ela tem sido acusada de falar demais.

— A campanha da CNBB para 1978, cujo título é Trabalho e Justiça para Todos, na página oito, critica a ausência de sindicatos livres. No texto ela admite, subjetivamente, o direito de greve?

Dom Ivo — Não vamos entrar em casuística. Não quero interpretar além do que está escrito. Leão XIII defendeu o direito de associação dos trabalhadores. O sindicato é órgão de defesa dos trabalhadores. Dar assistência é bom, mas não é o fundamental. Vocês da imprensa é que devem ver a situação atual do sindicalismo. O nosso programa espera que neste ano se pense nisso, é tema de reflexão. Os sindicatos devem ser livres e a Igreja não quer ser paternalista, pois eles devem encontrar seu próprio caminho.

— O senhor tem desenvolvido um trabalho constante em sua diocese, de diálogo com os marginalizados e os grupos de influência. O que de concreto conseguiu com estes dois setores da sociedade?

Dom Ivo — Quando se conversa com os marginalizados, eles respondem bem. Na operação que denominamos de "periferia", se conseguiu bons resultados. Já com os grupos de influência, os progressos são, digamos, tímidos. Houve iniciativas boas, mas por enquanto não evoluiu muito. Mas nos deu esperança este trabalho e esperamos prosseguir. Estamos trabalhando com três grupos (especificamente, mantendo conversas): os marginalizados, os empresários e os homens de comunicação. O que não se pode é desanimar.

Aqui você encontra Coojornal

Belo Horizonte
Juiz de Fora
Florianópolis
Tubarão
Lages
Blumenau
Curitiba
São Paulo
Campinas
Santos
Vitória

Natal
Maceió
Recife
Caruaru
Brasília
Salvador
Rio de Janeiro
Niterói
João Pessoa

Fortaleza
Mossoró

Nas praias
Tramandaí
Capão da Canoa
Torres
Pinhal
Cidreira
Camboriú
Santa Teresinha

coojornal

O cinema continua esperneando

Esperava-se um bom início de ano para o cinema brasileiro. Afinal, depois de anos de batalha e expectativa, deveria entrar em vigor a lei que obriga a exibição de um filme curta-metragem brasileiro junto com toda a fita estrangeira. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1975, mas só regulamentada em outubro do ano passado pelo Conselho Nacional de Cinema, para vigorar a partir do dia 1º de janeiro em São Paulo, Rio e Brasília.

O casamento, no entanto, foi considerado indesejável desde o começo pelos exibidores nacionais e distribuidores estrangeiros por razões que se verá mais adiante. E eles, com todo o seu poderio, dedicaram-se a impedi-lo.

No dia 16 de dezembro, a Companhia Serrador Ltda., a Companhia Ouro Importadora e Distribuidora de Filmes, a Art Filmes e outras entraram com um mandado de segurança contra as resoluções número 18 e 19 do Conselho Nacional de Cinema, que regulamentaram a exibição compulsória do curta-metragem brasileiro.

O juiz Américo Luz, da 6ª Vara Cível do Rio de Janeiro, aceitou o mandado de segurança e suspendeu por 90 dias (prorrogáveis por mais 30) a vigência da lei. O protesto foi geral. Assembléias de cineastas, produtores, técnicos, atores, cineclubes e demais entidades sucederam-se no Rio e São Paulo, deplorando o golpe baixo dos distribuidores e exibidores. Inutilmente.

Nem o ministro da Educação, Ney Braga, que considera a lei "intocável", teve poderes para vetar a liminar. Seu pedido foi simplesmente indeferido pelo Tribunal Federal de Recursos.

Má qualidade dos filmes e insuficiência de produção para cobrir o espaço fixado foram os argumentos básicos do mandado dos exibidores e distribuidores. Os verdadeiros motivos, porém, são mais profundos. Segundo a lei, 5% da bilheteria do filme estrangeiro devem ser destinados ao curta, assim distribuídos: 2,5% ao exiBIDOR; 0,3% ao distribuidor e 2,2% ao produtor. Além dessas razões econômicas, existem as políticas: o grande público — que desconhece sequer o que seja curta-metragem no Brasil — passará a ter relação com a pequena produção nacional e sua atenção voltada para aspectos da realidade brasileira, experiências estéticas e personagens da vida cotidiana que constituem a maioria dos temas dos curtos.

Enquanto os realizadores do cinema brasileiro lutam com unhas e dentes contra o boicote ao curta-metragem, o governo decide aumentar a reserva de mercado do longa-metragem, de 112 para 133 dias. A novidade passou quase despercebida pelos principais cineastas, embora reconheçam que o mínimo avanço é salutar na atual conjuntura cinematográfica. A briga, porém, trava-se cada vez mais em outra trincheira — contra a dominação do filme estrangeiro, tão mais nociva quanto mais audaciosa. Neste sentido, é bastante sintomático o êxito — provisório — dos exibidores nacionais e distribuidores estrangeiros no mandado de segurança contra a lei do curta-metragem.

Filmes de maior arrecadação em 1976

Nacionais	Arrecadação (Cr$)	Espectadores
a) Simbad, Marujo Trapalhão	17.221.249,00	2.903.748
b) Jeca Contra o Capeta	15.258.357,00	2.692.639
c) Dona Flor e Seus Dois Maridos	14.258.764,00	2.333.615
d) Xica da Silva	10.564.381,00	1.623.276
e) O Bacalhau	5.826.168,00	895.980
Total	*63.128.919,00*	*10.449.258*

Estrangeiros	Arrecadação (Cr$)	Espectadores
a) Estranho no Ninho	21.391.993,00	3.091.896
b) Dia de Cão	10.936.147,00	2.108.140
c) Sobreviventes dos Andes	10.330.120,00	1.503.153
d) Ilha no Topo do Mundo	10.287.623,00	1.442.750
e) Tommy	8.717.469,00	1.452.301
Total	*61.663.352,00*	*9.598.240*

Fonte: Embrafilme.

O número de espectadores e o total arrecadado em filmes brasileiros ultrapassaram os filmes estrangeiros. A tendência deverá repetir-se nos dados referentes a 1977.

CONTRA O MONOPÓLIO

As preocupações da classe cinematográfica, no entanto, não param aí . O aumento da reserva de mercado é uma reivindicação insistentemente formulada, assim como a reformulação de ator e técnico, cujo projeto continua no Ministério do Trabalho. As inevitáveis divergências também permeiam as discussões desses e outros assuntos. Contudo, são anuladas quando se trata de enfrentar o inimigo comum — o intenso bombardeio de filmes estrangeiros, subvertendo e oprimindo o mercado nacional deixando apenas 30% desse mercado ao filme brasileiro.

Com isso a saúde da indústria cinematográfica norte-americana continua forte. Relatório do Banco Central do Brasil diz que o filme estrangeiro faturou, em 1975, 18 milhões de dólares, cifra elevada no ano passado para 25 milhões, o equivalente a Cr$ 400 milhões. A contrapartida político-cultural desses números é a ampliação do domínio imperialista. Símbolos maniqueístas do bem e do mal — o herói solitário defendendo paternalmente os fracos e desamparados, Tarzã-Branco reinando nas selvas africanas, Super-Homem invencível a serviço da ordem e da lei ou o açucarado amor que a tudo vence — os filmes, no cinema e televisão, são o melhor canal da indústria de diversão para transmitir a ideologia do *american way of life*.

Todavia, não há bem que sempre dure e "de repente o cinema americano se sente ameaçado pela perda de mercado", como afirmou o cineasta Luiz Rosemberg Filho, que terminou *Crônica de um Industrial*. Um dos sintomas dessa nova situação que se esboça é o desejado aumento da reserva de mercado, última bandeira de luta da classe. Para Roberto Farias, presidente da Embrafilme, essa reivindicação viria a beneficiar uma outra aspiração: o Mercado Comum, a ser formado entre os países de língua portuguesa e espanhola, que permitirá o intercâmbio de filmes de todos os países membros.

Conseqüência imediata: fortalecimento de um cinema com amplas afinidades culturais e semelhantes aspirações políticas. Os analistas observam que o Terceiro Mundo carece não de filmes luxuosos, mas de produções modestas, porém culturalmente ricas.

Os entendimentos para consecução do plano vêm esbarrando no que Arnaldo Jabor chamou de "inércia dos países subdesenvolvidos". Esse comportamento, naturalmente, é causado pela força dos que desejam manter a colonização. A próxima reunião dos países interessados no Mercado Comum, depois do encontro de julho do ano passado em Brasília, estava marcada para dezembro. Foi cancelada por pressões de Jack Valenti, o presidente da *Motion Pictures Association* — consórcio das principais produtoras norte-americanas — que tem feito periódicas viagens ao Brasil.

RESERVA É PALIATIVO

Os filmes brasileiros que atraem razoável público são os digestivos *Dona Flor, Xica da Silva, Tenda dos Milagres* e afins, que não se preocupam em ir além do folclorismo saudável, tipo exportação, ínfima minoria num país que realiza apenas 80 fitas por ano. É certo que as estatísticas revelam um crescente interesse pelo filme brasileiro (*veja quadro*), mas isso não representa um salto qualitativo em termos culturais. A menos que se considere *O Bacalhau* — um dos mais assistidos — como contribuição ao cinema... Continua, por outro lado, o consumo de quase 200 fitas estrangeiras anualmente, das quais 180 são norte-americanas. Tudo com a cumplicidade ostensiva dos exibidores. O esquema funciona assim:

O exibidor compra lotes de 20 a 30 filmes estrangeiros — policial vulgar, comédia idem, Kung-Fu, etc. — a preço fixo, permitindo-se reter todo o virtual lucro da bilheteria. Sob essas condições, ele tem direito a dois ou três êxitos garantidos — King-Kongs, Tubarões e assemelhados — com lucro pré-fixado em 50% da renda, no máximo. Já o filme brasileiro, pela lei, só pode ser negociado mediante 50% da renda para o exibidor, que acha pouco. A metade restante é dividida entre o produtor e o distribuidor. Assim, o filme estrangeiro dá mais lucro ao exibidor, ganhando prioridade — e ainda tem a seu favor o condicionamento do público a curtir qualquer porcaria, desde que falada em inglês.

"O problema do cinema brasileiro não vai ser resolvido só com a reserva de mercado, mas isso dá mais espaço para o filme", prevê o crítico José Carlos Avellar. Já Luiz Carlos Barreto discorda. Pessoalmente, o bem sucedido produtor e presidente do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica do Rio considera a reserva de mercado uma questão superada. "Neste momento o cinema brasileiro não precisa mais dessa reserva, é uma medida paliativa. O que é necessário e deve ser reivindicado é a Lei do Similar Nacional, que existe para toda indústria, menos à cinematográfica" (A lei citada determina um percentual elevado nas importações de similares de produtos fabricados no país).

MERCADO CONTROLADO

Contudo, para afastar, eventuais barreiras e manter o mercado sob controle, existem as distribuidoras. Sediadas no Rio, elas se agruparam na Associação Brasileira Cinematográfica que, ironicamente, nada tem de brasileira. Dela fazem parte a Condor, Film Center, Fox, Columbia, Warner, Unit Artists e a Cinema Internacional Corporation, que engloba a Metro, Walt Disney, Paramount e Universal. A CIC opera em todos os países da área de influência americana, exceto o Canadá. É uma associação tática visando exclusivamente o mercado exterior e varia em sua composição de acordo com a região onde atua.

No Brasil a CIC atua desde 1971, inicialmente no ramo de distribuição. Depois entrou de sola na produção: *Motel, Tangarela, A Extorsão, O Pai do Povo,* recém concluído. Belas esculhambações, como se nota. Os lucros foram abaixo do previsto e a CIC recuou nessa parte. Mas participou também em regime de co-produção, com *Os Pastores da Noite,* cartão-postal da Bahia. Sua jogada mais audaciosa, porém, foi a compra de 17 salas em São Paulo, Rio, Curitiba e Salvador, abocanhando mais uma fatia desses grandes centros.

Desse modo o capital estrangeiro vem arrebatando setores estratégicos da indústria cinematográfica brasileira. A última investida foi a implantação da Filmar do Brasil S/A, em São Paulo, produtora que tem como associados principais o italiano Carlo Ponti (com 42% do capital inicial) e o empresário brasileiro Mário Garnero, presidente do Banco Brasilinvest e da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Há rumores indicando a participação de capital multinacional no negócio, originário de fundos congelados (lucros que não puderam ser remetidos para a matriz) de empresas estrangeiras. Uma delas seria a Volkswagen, da qual Garnero é considerado o testa de ferro brasileiro. A primeira produção da Filmar já está acertada. Será *Naked Sun* (Sol Nú), estrelado por Lee Majors (*O Homem de Seis Milhões de Dólares*) e Karen Black. Um policial, naturalmente, cujas filmagens começam em março, em Angra dos Reis, no Rio.

A principal vantagem que a Filmar traz ao cinema brasileiro, segundo a visão de Edo Rocha, um dos diretores, é o "intercâmbio que as produções conjuntas proporcionarão". Quanto às desvantagens, duas pelo menos valem ser mencionadas. Os filmes poderão passar por brasileiros na reserva de 112 dias, prejudicando as produções genuinamente nacionais. A segunda é mais grave: em todos os países que abriram as portas à produção direta — com capital somente estrangeiro — ou co-produção — capitais associados — houve a irreversível devastação cinematográfica local — Espanha, México, Inglaterra e Itália são exemplos clásicos. Sobre a Itália, o consagrado Bernardo Bortolucci, em recente entrevista à *Veja,* queixou-se que "hoje em dia os filmes italianos tornaram-se bastardos, são uma mistura de italiano com alemão, francês, inglês e, sobretudo, com americano".

Tércio Santos

atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Caverá: ainda à espera do milagre

A imprensa registrou fartamente o acontecimento: julgando-se "possuída pelo demônio", Elaine Maciel Barbosa, de 16 anos, percorreu a pé os quatrocentos e noventa e seis quilômetros que separam Porto Alegre de Alegrete, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, carregou por outros oitenta quilômetros uma cruz de madeira pesando aproximadamente 20 quilos e, no final da tarde de sexta-feira, 10 de fevereiro, acabou *crucificada* no Cerro do Finado Picucho, na histórica Serra do Caverá, divisa dos municípios de Alegrete e Rosário do Sul.

Três mil pessoas presenciaram a cena, 60 delas permanecendo no cerro dia e noite, durante os três dias que durou a *crucificação*. Portadores das mais diversas doenças foram levados ao local na esperança de que a menina, a essa altura por muitos considerada *santa*, curasse milagrosamente seus males.

Não faltaram as análises *sociológicas* para o fato: a ignorância, a curiosidade e até o sadismo eram as razões que levavam a multidão até o Caverá — a maioria pagando Cr$ 50,00 por uma passagem de ônibus que normalmente não custaria mais de Cr$ 5,00. Ou, então, como fizeram muitos, dispendendo Cr$ 800,00 para irem de táxi até o lugar, por uma estrada de chão batido em péssimas condições.

O que os jornais não lembraram é que Alegrete, o maior município do estado, com aproximadamente 7.500 quilômetros quadrados, zona de grandes propriedades dedicadas à criação de bovinos e ovinos, possui, também, a maior favela rural do Rio Grande do Sul — Vila Nacional — e que aí poderiam estar algumas explicações para o fenômeno. Aliás, a Serra do Caverá, onde a manifestação popular em torno da *crucificação* de Elaine Maciel Barbosa provocou tanto espanto, é uma das regiões mais pobres do estado e sintetiza bem o processo de transformação econômica que levou à decadência da pecuária — até então, a grande mobilizadora de mão-de-obra em toda a fronteira oeste.

Local de grandes batalhas, onde, durante a Revolução de 1923, o caudilho Honório Lemes ganhou o apelido de *Leão do Caverá*, a fronteira oeste — que além de Alegrete é formada pelas cidades de Rosário do Sul, Livramento, São Gabriel, Quaraí, Bagé, Uruguaiana e Dom Pedrito — sempre foi caracterizada pelo latifúndio e pela pecuária extensiva.

Com a decadência da pecuária, notadamente nos últimos trinta e cinco anos, a liberação de mão-de-obra foi tornando-se cada vez mais expressiva. O crescimento dos custos de manutenção das fazendas — imposto territorial, salários, produtos veterinários, implementos agrícolas, gasolina, etc. — reduziu o número de empregados nas estâncias.

Paralelamente, a crescente mecanização de algumas culturas agrícolas que em parte substituíram o boi, contribui, também, para aumentar o contingente de subempregados e desempregados no meio rural. Segundo uma pesquisa do Incra, no ano de 1950 a proporção era de um trator para cada 178 hectares, naquela região. A mecanização diminuiu tal proporção, que no início da década de 70 já era de apenas um trator para 38 hectares.

E mais: com a conclusão das obras da BR-290, em 1974, 1.400 homens ficaram sem emprego na região polarizada por Alegrete (que no auge econômico da pecuária foi conhecida também por *Polígono do boi*), quadro que, aliás, não mudou muito de lá para cá: apenas em 1976 a Prefeitura Municipal demarcou as terras onde deverá surgir, num futuro remoto, um distrito industrial.

Nesse quadro, a formação das favelas rurais, como a Vila Nacional, aparece como conseqüência inevitável da marginalização sócio-econômica das camadas baixas da população, e como apenas uma etapa do processo de migração dessas populações para os centros urbanos.

Não há, portanto, nada de surpreendente no fato de que uma manifestação de misticismo, característica dos meios pobres e marginalizados, ocorra lá. Após subir os 148 metros do Cerro do Finado Picucho, carregando no colo sua filha de 1 ano e três meses, a doméstica Sônia Miranda Pedroso ofegava nas proximidades da cruz.

"O que a senhora acha de tudo isso?"

"Eu ? Ora, eu vim aqui pra acompanhá a Elaine. Eu soube pelo rádio que ela ia se crucificar e quis acompanhar ela."

"E por que a senhora trouxe a criança?"

"Pra ver se ela cura."

" O que a criança tem?"

"Tem tudo. Sopro no coração, disritmia. O médico de Porto Alegre queria cortá as perninha dela, pra botá um aparelho, mas eu não deixei."

"A senhora acredita que ela possa curar sua filha?"

"Acredito, acredito, acredito sim. Quem faz um sacrifício desses tem que sê santo. Eu acredito que ela vai curá minha filha."

Como Sônia Miranda Pedroso, casada com o servente João Dorval Pedroso (que não quis ir até o cerro), era a maioria das três mil pessoas que assistiram à *crucificação* de Elaine, e que tanto impressionaram aos jornalistas.

Manoel Canabarro

olívio lamas

Elaine: "afastando o demônio" e alimentando o misticismo entre a pobreza

Cresce a indústria do Vestibular

O mito do cursinho pré-vestibular revela-se um negócio cada vez mais rendoso. Gigantes ou pequenos, todos podem ser lucrativos, tal a massa de alunos que se valem deste expediente na esperança de garantir uma vaga na universidade.

Em Porto Alegre, a Universidade Federal e a Pontifícia Universidade Católica oferecem pouco mais de cinco mil vagas no total — e pelo menos 22 mil se candidatam, número igual ao de alunos que freqüentam os pré-vestibulares.

Deste total, 80% vinham de dois cursinhos, o IPV e o Mauá, que no começo deste ano se uniram para formar um curso gigantesco, que vai do supletivo ao pré-vestibular e usa inclusive métodos eletrônicos, como equipamentos de vídeo-teipe, no ensino.

Também no começo do ano surgiu um novo curso, desta vez com uma proposta diferente. É o Unificado, que pretende ser um cursinho ainda mais elitista: não terá mais de dois mil alunos que serão buscados justamente nas escolas classe A da cidade.

A proposta do Unificado, criado por 10 professores que fugiram dos "dois grandes", é "dar um embasamento cultural mais diversificado" a alunos que possam pagar mais pela quase certeza de passar no vestibular.

O conglomerado IPV-Mauá chega a dar aulas para 540 pessoas numa mesma sala de aula. O Unificado se diz contra esta massificação, mas nem tanto assim: suas salas abrigarão entre 150 e 200 pessoas... "Isto é normal", garante o professor Marco Bueno, diretor-presidente do curso. E outro sócio, Jorge Moreno, acrescenta: "São aulas-padrão. Na Faculdade de Medicina as turmas variam entre 120 e 150 alunos. No Colégio Anchieta, onde dou aulas, as turmas são de 100 alunos".

Um dos atrativos do Unificado será a *Sessão das 6*, projeto cultural com seis edições mensais. Serão apresentadas sessões de teatro, cinema, palestras, debates. Se for necessário, serão repetidas aulas não aprendidas pelos alunos. A política governamental e a comentada abertura são razões invocadas pelos dirigentes do cursinho para se lançarem neste empreendimento:

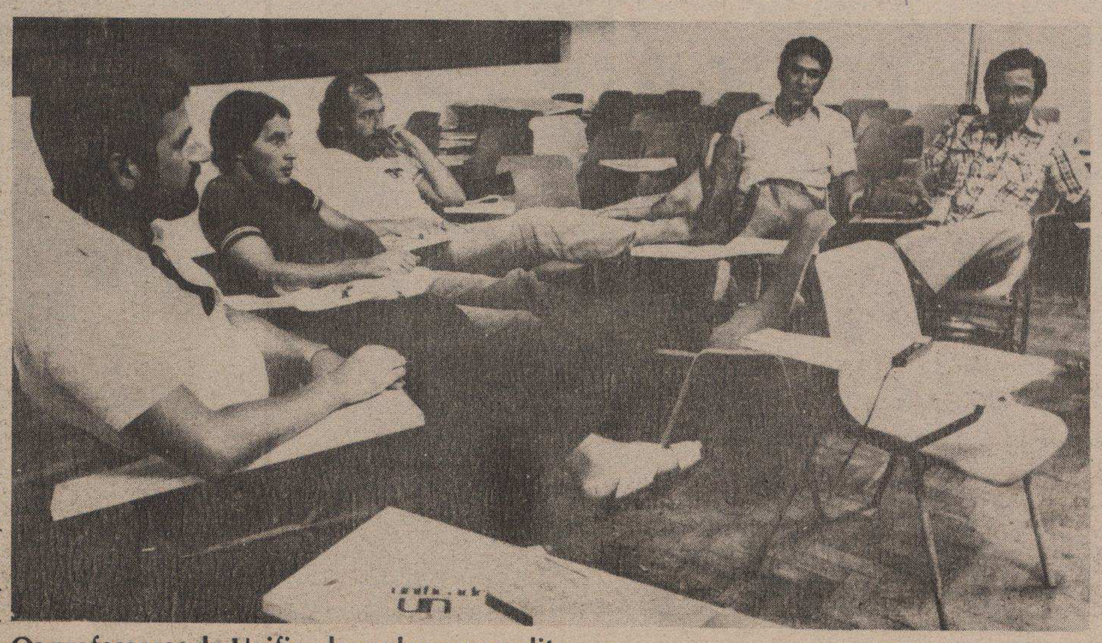
— O grande momento de massificação dos cursinhos aconteceu há quatro anos, exatamente na época de maior euforia em termos ideológicos no País. Isso é uma decorrência histórica, assim como nós também podemos dizer que somos uma decorrência da situação típica de abertura que está aí. O ensino do cursinho está todo voltado a uma situação histórica, ele é autoritário, não permitindo a participação do aluno. É isso que pretendemos mudar — afirma o professor Sergius Gonzaga.

De qualquer forma, o ponto de partida foi uma questão de política econômica, reconhece Gonzaga. "Nós notamos que alunos de colégios muito bons, como Anchieta, João XXIII, Israelita, ficavam nos cursinhos apenas dois, três meses e depois desistiam. Sentiam que para eles aquilo era repetitivo. Então, vamos oferecer algo novo. Uma proposta de atividade cultural que vai ser uma das coisas mais importantes do cursinho. Eles estão curiosos. É um dado concreto da juventude de hoje e que não existia há quatro anos".

Jorge Ernesto, outro professor, afirma que os jovens de hoje são potencialmente melhores do que a geração de quatro ou cinco anos atrás. "Aquela geração era muito superficial, muito difusa. Agora estão começando a pensar, a tentar discernir as coisas que acontecem. E, em conseqüência, a se expressar melhor, pensar bem, falar bem".

O curso no Unificado custa Cr$ 4.800,00 à vista; Cr$ 6.500,00 em quatro pagamentos; 7.200,00 em 10 vezes. Se a procura for muito grande, não tem problema: para evitar a "massificação", os preços serão aumentados.

Rejane Baeta



jacqueline joner

Os professores do Unificado: aulas para a elite

Delfim pede socorro a Krieger

No seu livro de memórias (*Desde as Missões*, Livraria José Olímpio) o senador Daniel Krieger conta o seguinte episódio:

— Certa feita, o presidente Costa e Silva me disse que o ministro Albuquerque Lima fazia sérias restrições à política financeira e aos critérios usados pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, nas distribuições de verbas aos Ministérios. O Ministro do Interior revoltava-se contra os cortes feitos nas dotações orçamentárias de sua pasta.

— O general Albuquerque Lima, naquela fase, tinha uma acentuada influência no Governo. O presidente manifestou, em face das queixas de alguns ministros contra a atitude do da Fazenda, o propósito de substituí-lo. Disse a ele: "Não faça isso, Presidente. A pasta mais importante, pelas suas atribuições e responsabilidades, é a da Fazenda. E os especialistas com projeção para ocupá-la são raros. O senhor conta nos dedos da mão, ao passo que ministro para as outras áreas existem às centenas.

Daniel Krieger era líder do Governo e presidente da Arena, homem prestigiado, foi atendido. E Delfim Neto deve ter-se lembrado do episódio recentemente, pois no início de fevereiro telefonou para o Senador convidando-o para um jantar em São Paulo. Delfim queria ver se Krieger, um reconhecido articulador, ajudava-o a superar as fortes restrições que muitos caciques da Arena em Brasília fazem a sua escolha para o governo de São Paulo. Krieger aceitou o convite para o jantar. Não se sabe se aceitou articular Delfim com as lideranças arenistas que estão contra ele.

NOVA IMPRENSA

COM O NEGRO

Está nascendo um veículo gaúcho dirigido aos negros, a revista *Tição*. Já na primeira edição, que começou a circular em fevereiro, surge naturalmente o debate do problema racismo, embora seus editores ressaltem que a revista terá uma preocupação muito mais cultural e social do que racial.

"A revista não assume uma posição sectária, segregária, de separatismo. Antes quer levantar tais questões, dentro do que cabe e é possível no atual ciclo das instituições nacionais", disse Emílio Chagas, o editor-chefe.

Entre os colaboradores da revista estão Oliveira Silveira, Janice Viola e Jorge Freitas (texto), Edgar Vasques, Ricky Bols, Magliani, Ferré, Juvenal da Luz e Neny Scliar (ilustrações), Leonid Streliaev, Guto Cruz e Alfonso Abraham (fotografia), entre outros. De Abraham a revista traz um ensaio sobre a festa de Iemanjá (menção honrosa no concurso lançado em 77 pelo Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre).

Entre os assuntos do primeiro número destacam-se um debate sobre educação de negros, um depoimento de Clementina de Jesus, entrevista com o jogador Escurinho, do Inter, depoimentos sobre a condição da mulher negra, a polêmica em torno do fato de espichar cabelos e uma reportagem sobre o Clube Marcílio Dias.

Tição; *Cr$ 15,00; 32 páginas; 5 mil exemplares; Trimestral;* lay-out *e produção gráfica da Phoenix, Arte Visual Editora e Comunicação; Diretor-responsável: Vera Daisy Barcelos; Publicação da Editora Paralelo; Rua Lopo Gonçalves, 599, Porto Alegre.*

DESDE MACEIÓ

Alagoas também tem imprensa alternativa: desde dezembro de 77 está circulando *O Debate,* por enquanto um mensário, que já no *slogan* de capa se define: "Jornal de decisão não se amedronta por dizer verdades toda a vida".

A primeira edição traz reportagens sobre a poluição em Maceió provocada pela Salgema (industrialização do cloro e soda cáustica), os crimes em Alagoas ("Por que se mata tanto em Alagoas?", pergunta o jornal, ao revelar a denúncia do deputado federal José Costa, que relatou 240 "crimes misteriosos" cometidos por um Esquadrão da Morte no estado) e lembra uma antiga promessa do governador Divaldo Suruagy, não cumprida, de construir a estrada dos sertanejos.

O Debate; *Cr$ 5,00; mensal; 16 páginas; publicação da empresa Jornalística e Editora O Debate Ltda.; diretor-responsável: Bezerra Neto; Rua João Pessoa, 415, Alagoas, Maceió.*

VEM DE BAGÉ

Vem de Bagé o novo nanico gaúcho, *Rejornal*. Feito por estudantes secundaristas, traz uma salada de assuntos — da visita de Sadat a Israel até informações sobre a Copa do Mundo na Argentina. Colunas de arte moderna, música, literatura e informações de serviço sobre o que fazer e onde ir em Bagé.

Rejornal; *mensário; Cr$ 5,00; editado por Eurico Kluwe Salis e Marcello Vernet de Beltrand; endereço omitido no expediente; Bagé.*

POSTOS DE VENDA DE ASSINATURAS DO COOJORNAL

01 — Banca de revista — *Estação Ferroviária*
02 — Loja 2 — *Centro Comercial Independência*
03 — Livraria Coletânea — *Altos do Mercado Público*
04 — Caco Som — *José do Patrocínio, 100*

Enfim, boas notícias na TV

A Tupi começou a investir também em telejornalismo. No começo deste ano contratou Sérgio de Souza, 43 anos, 19 de jornalismo, ex-editor da revista *Realidade*, para estruturar os telejornais da Rede Tupi de Televisão, dos Diários e Emissoras Associados.

Sérgio de Souza pediu — e levou — uma verba de Cr$ 1.300 mil para montar a estrutura inicial que contará com 50 jornalistas. E ganhará também novos equipamentos e pessoal técnico para implantar seus planos, que vão desde um telejornal de meia hora diário a documentos e entrevistas.

Um mês depois de assumir a direção, Souza já contratou 18 profissionais — quase todos da imprensa escrita — e modificou os dois telejornais que já existiam, um esportivo, ao meio-dia, e o noticioso da noite.

O programa de entrevistas também começou a ser montado. Lembra o velho *Pinga Fogo* da Tupi: um entrevistado, dois jornalistas da equipe e outros dois jornalistas convidados.

A novidade maior será o telejornal diário, que deverá ir ao ar a partir de abril ou maio. Será um jornal de meia hora que vai buscar Ibope com base na qualidade e dinamismo das notícias. Para garantir isso, Souza está contratando uma equipe selecionada: já estão com ele, José Hamilton ribeiro, ex-editor de *Realidade,* o psiquiatra Roberto Freire, Guilherme Cunha Pinto, que saiu da *Veja,* e o teatrólogo e jornalista Plínio Marcos.

Lucila Camargo

"Você não acha que é imprudência?"

No ano passado, quando o Governo Federal, aprovou a instalação de uma usina de cobre no Rio Grande do Sul, o presidente da Eluma S.A., uma empresa paulista que ganhou a concorrência, andou no estado distribuindo folhetos sobre o grupo.

Num desses folhetos, estavam os nomes dos diretores da empresa e, entre estes, os repórteres foram atraídos pelo nome de João Batista de Figueiredo, que figurava entre os membros do Conselho Fiscal da empresa.

Na entrevista que o presidente da Eluma, Eduardo Campello, deu no Palácio Piratini, uma coisa que todos queriam saber era se aquele João Batista era o mesmo que eles estavam pensando.

— É sim — respondeu o empresário — é o João, ele trabalha conosco há muitos anos.

Nenhum jornal publicou nada, talvez por não verem nada demais no fato de o chefe do Serviço Nacional de Informações participar da diretoria de uma empresa privada. Figueiredo já era então presidenciável.

No início de janeiro último, um repórter lembrou do episódio e resolveu saber se o general, agora já candidato à presidência, já havia se desligado da firma. Não foi entendido em seus propósitos. De São Paulo, pelo telefone, um dos diretores da Eluma respondeu:

— Você não acha que está sendo imprudente?

(EBC)

A Copa como arma política

Um homem faz pregação contra a Copa para que ninguém esqueça 7.500 presos políticos

Marek Halter lançou sua campanha de boicote à Copa do Mundo na Argentina, através do jornal Le Monde, **em outubro do ano passado. Ele próprio considerou a campanha "uma chantagem mundial para salvar vidas humanas".**

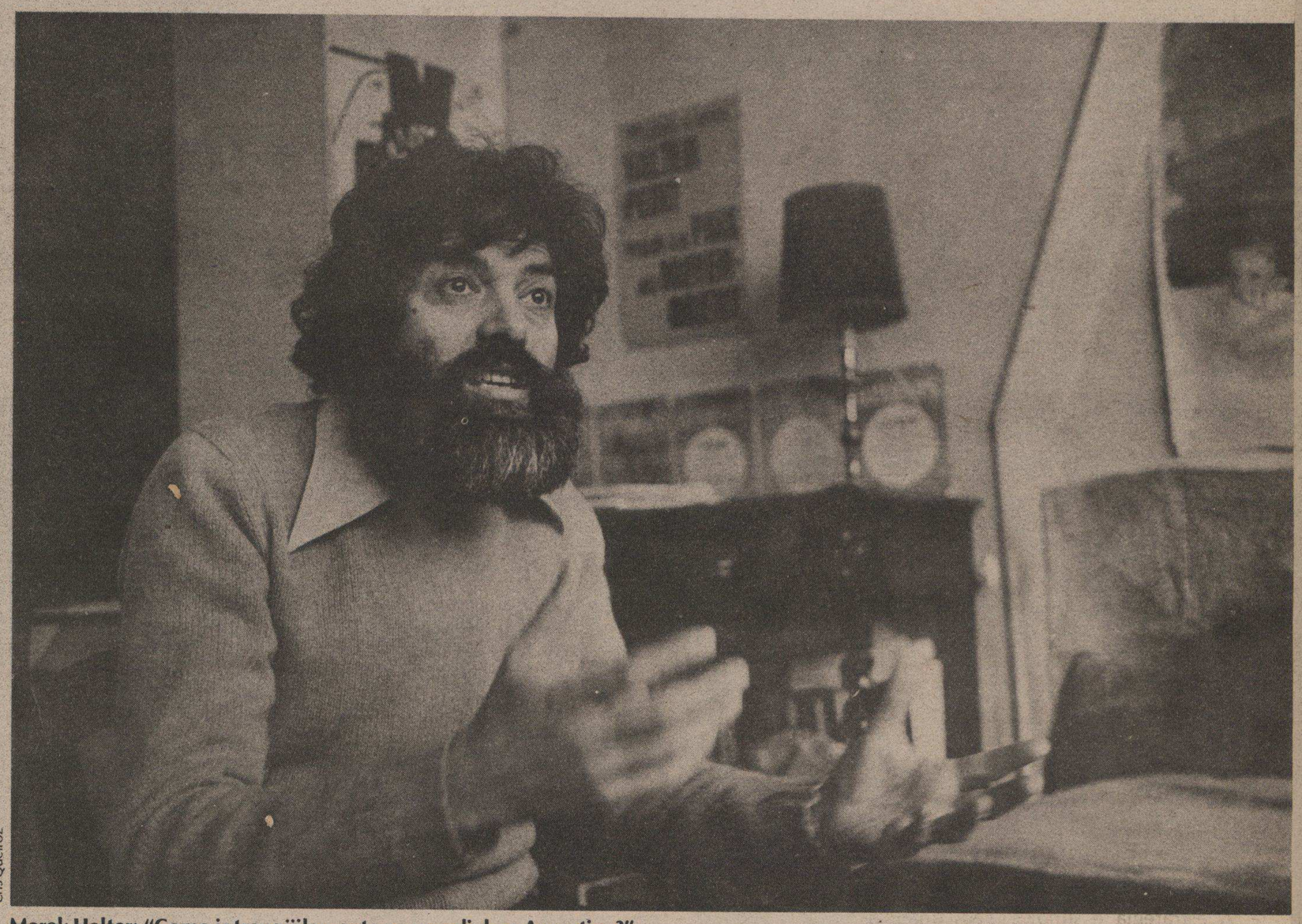
O destaque na imprensa foi grande e o apelo de Halter se expandiu rapidamente através da Europa. Na tentativa de mobilizar todos os países selecionados para a Copa, ele visitou inclusive o Brasil, em dezembro, lançando oficialmente a campanha através do jornal O Estado de São Paulo.

"Há muito anos que vimos nos submetendo a uma série de chantagens, de todos os tipos", diz ele. "Desta vez eu proponho uma chantagem em nome dos direitos humanos. Isto é, se não for mais possível impedir que a Copa do Mundo se realize na Argentina, eu proponho que sejam impostas condições para jogar. Cada equipe selecionada deveria exigir a liberação de 150 prisioneiros políticos. Estes nomes seriam sorteados na lista dos 7.500 prisioneiros políticos."

Solicitado pelos correspondentes de imprensa de quase todo o mundo em Paris, Marek Halter, um judeu-polonês que estava entre os poucos que conseguiram escapar do gueto de Varsóvia, viu de repente seu atelier de pintura transformado numa espécie de agência de notícias. Todos querem conversar pessoalmente com este escritor-pintor e revolucionário, que em 1976 lançou um livro autobiográfico, O Bobo e os Reis, **editado no Brasil pela Símbolo e lançado em São Paulo por ele mesmo, em dezembro de 77.**

Atualmente, com mais de 40 anos, Halter continua a pintar e a escrever: prepara um livro sobre sua experiência na Argentina, onde viveu na década de 50. Mas, politicamente declara estar revisando suas posições. "Muita coisa mudou nos últimos 10 anos, inclusive eu".

Agora, em janeiro, a repórter Zélia Leal, do Coojornal, **ouviu um longo depoimento de Halter sobre seus objetivos e sua campanha.**



Cris Queiroz

Marek Halter: "Como ir tranqüilamente ao mundial na Argentina?"

VIVI NA ARGENTINA

"Me lancei nesta história a partir do momento em que fui atingido pessoalmente. Eu vivi na Argentina. Grande parte das pessoas que foram mortas ou estão presas eram meus amigos. A gente paquerava junto há 15 ou 20 anos. Não são rostos anônimos. São rostos que conheço e isto é importante.

Há mais ou menos cinco meses, seqüestraram minha prima com seu marido. Fiz campanha para salvá-los. Os presidentes da França e dos Estados Unidos intervieram. Dois meses depois, colocaram os dois corpos diante da porta de seus pais.

Existe um provérbio russo que diz: 'Minha camisa está mais perto de meu corpo.' Por isso lancei a campanha. É terrível dizer isto mas é a verdade.

Vivi na Argentina. Fiz minha primeira exposição lá. Conheci Perón e fui expulso por ele. Quatro meses depois, ele caiu. Voltei 20 anos depois: com Perón de novo, por acaso. Há seis meses voltei novamente A Buenos Aires, na mesma época em que tive uma exposição em Porto Alegre. Mas desta vez só pude ficar uma noirte, porque recebi ameaça de morte."

EXPLORAÇÃO DOS MORTOS

"Até agora, nossa consciência e nossa indignação eram controladas por ideologias. Vivemos há 50 anos com uma indignação seletiva. Quando alguém morria, a gente perguntava antes de que cor era sua ideologia. A que partido pertencia. A partir de então a gente se indignava. Ou não se indignava.

A Argentina poderia fazer parte desta série de causas que passam despercebidas. Porque a Argentina não mata mais hoje que há quatro meses, quando fiz meu primeiro artigo. Os argentinos já estavam gritando há muito tempo. Havia quatro comitês em Paris. Mas ninguém divulgava nada, porque a Argentina não entra no quadro clássico de nossa concepção ideológica. É uma situação paradoxal: de um lado, os americanos que condenam a repressão na Argentina; de outro, a União Soviética que a defende. Além de tudo isso, um partido comunista stalinista que não é ilegal. Diante deste quadro, é evidente que não compreendemos as forças políticas argentinas. Não existe possibilidade de identificação ideológica. E a partir do momento em que não há identificação ideológica, que o jogo de forças não entra no quadro clássico e que a gente não pode explorar estes mortos no plano nacional, a gente não liga. Como não ligamos, há 50 anos, a outros povos: irlandeses, armenianos, kurds, comunistas indonesianos (um milhão de mortos em três meses). Ninguém protestou porque na época eram comunistas pró-chineses. E a China, na época, não interessava a ninguém."

DECLÍNIO DAS IDEOLOGIAS

"Para tirar a Argentina deste esquecimento era necessário um apoio humanitário. E este apelo representa um precedente histórico que pode modificar a forma de luta pelos direitos humanos no mundo. É a primeira vez que uma campanha desta importância parte de um indivíduo e não de um partido político.

Penso que entramos num decênio que será dominado pelos indivíduos. Existe atualmente um declínio de ideologias. Depois do Camboja, Vietname e Goulag, os socialismos foram desqualificados. Como foi desqualificado o liberalismo, com a bomba de Hiroshima e o massacre do Vietname.

Como as duas maiores ideologias foram desqualificadas, criou-se um enorme vazio. E, neste vazio, se desenvolvem duas tendências: de um lado o barbarismo (violência de Estado e violência individual) e de outro uma espécie de retorno ao indivíduo. A busca de uma nova moral. A busca de noções desaparecidas como a utopia e o idealismo. Vontade de fazer algo pelos outros. Penso que a luta contra o barbarismo deve ter prioridade sobre as outras. Penso que isto é um sentimento universal.

Este é o momento para escutar tipos como Helder Câmara. São os indivíduos que derrubaram Nixon e não as forças políticas. São os indivíduos que atacam o sistema soviético. E isto é novo na história contemporânea."

FUTEBOL E ARREDORES

"Minha posição, apoiada pelos Partidos Socialistas francês, sueco e holandês é clara: a Copa do Mundo deve ser transferida para outro país. A Federação européia propôs o Benelux. *E a Holanda, a Bélgica e Luxemburgo já afirmaram que estão prontas a receber a Copa do Mundo e pagar as despesas nos próximos seis meses. Mesmo os brasileiros ficariam contentes em receber os participantes do mundial.*

Mas não tenho muitas ilusões a este respeito. Os dirigentes da Fifa me disseram que se eu tivesse lançado a campanha há uns seis meses, havia possibilidades de transferir os jogos para outro país. Porque eles mesmos não estavam muito entusiasmados com a Copa em Buenos Aires.

Mas se a gente não conseguir alcançar nosso objetivo teremos, ao menos, despertado as pessoas para o problema da Argentina. Agora, as pessoas que forem assistir aos jogos saberão que existem 7.500 presos políticos no país, que mais de 15 mil pessoas desapareceram depois do golpe militar e que cerca de seis mil teriam sido executadas. Não sou eu quem está dizendo isto. É o Secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, que não é comunista, quem afirma.

E também terei conseguido irritar alguns jornalistas que acham que esporte não tem nada a ver com política. Ao mesmo tempo me alegro porque sei que vários jornais e agências designarão dois jornalistas para a Argentina. Um para cobrir o futebol, outro para ver o que se passa nos arredores."

COMO BERLIM EM 36

"Mas eu penso que não se deve ir a um país onde existe uma tal repressão porque no fundo damos um aval a este regime.

Eu comparo a Argentina com Berlim em 1936. As pessoas que participaram dos jogos da Alemanha deram um voto de confiança a Hitler. A imprensa mesmo felicitou-o por isso. Depois, ele pôde continuar tranqüilamente a preparar o massacre dos judeus e a invasão da Tchecoslováquia.

'O esporte ganhou em 36 porque os Estados Unidos conseguiram impor os negros nas competições', disse-me um jornalista. Sim, é verdade. Só que estes negros morreram três anos depois nos campos de batalha. E Jesse Owens, o fabuloso negro que conseguiu ganhar cinco medalhas, não teve a honra de apertar a mão de Hitler, que presidia os jogos. Ele partiu antes para não ter que apertar a mão de um negro."

TODOS ESTARÃO FICHADOS

"A agência de publicidade americana Burson-Marsteller *realizou para o governo argentino um estudo de 150 páginas mostrando como transformar a Copa do Mundo em máquina de propaganda a favor do regime. Segundo a mesma agência, esta promoção representa 'uma ocasião única', de modificar a imagem do país.*

A recepção de jogadores e jornalistas é cuidadosamente preparada: festividades, viagens turísticas através do país, encontro com os ídolos do esporte argentino (Fangio, Monzon, Villas) e mesmo do escritor Jorge Luis Borges. A Burson-Marsteller *organizou igualmente a lista de oito grandes países que receberão um tratamento especial.*

A firma alemã Siemens *enviou ao governo argentino dois computadores que servirão para fichar todos os espectadores. Os ingressos serão nominais e instransferíveis. Para comprá-los será exigida a carteira de identidade. Para os jornalistas, o controle será o mesmo. Um jornalista credenciado não poderá em hipótese alguma ser substituído por um colega do mesmo jornal. As credenciais nominais serão de duas cores: azul para os jornalistas 'de confiança' e vermelho para os 'duvidosos'.*

Os hotéis e casas de família que receberão torcedores também serão fichados e rigorosamente controlados. A Coca-Cola liberou uma verba de 25 milhões de dólares para a Copa do Mundo.

Diante de tudo isto, como ir tranqüilamente para a Argentina?"

Cômoros valorizados

Grandes empresas estão loteando o litoral gaúcho com promessas raramente cumpridas

O diretor de uma grande construtora gaúcha está ao telefone, falando com um outro diretor, da Caixa Econômica Estadual:

— Olha, vocês precisam me liberar logo esse dinheiro, senão não posso pgar vocês!

Ele está realizando um ato rotineiro no ramo, que vive de um rendoso círculo vicioso: pegar dinheiro do governo para construir casas ou apartamentos; construir; vender para um comprador que também apanhou dinheiro do governo e com o resultado desta venda — descontado um bom lucro, evidentemente — sair para outra. E assim por diante.

Neste verão, porém, os negócios estão parados em Porto Alegre, como em todo o Brasil, devido à decisão do governo de restringir o crédito imobiliário — os financiamentos para compra de casas ou apartamentos usados foram suspensos e isso paralisou o mercado.

Nesse ramo, no entanto, a imaginação é fértil e alguma das maiores empresas imobiliárias do estado decidiram mudar o alvo dos seus negócios. Seguraram os pagamentos que tinham para fazer com a Caixa e foram investir na praia, juntando-se a um contingente de pequenas empresas que já atuam permanentemente no litoral.

O resultado é que não se consegue ficar cinco minutos diante da televisão, abrir um jornal, ou ouvir música no rádio, sem receber vários convites para "aproveitar as delícias do verão", "cantar sem parar", "viver o sol e o mar" e outros prazeres inacreditáveis que se pode obter comprando um terreno em Tramandaí, Pinhal, ou mesmo no farol de Santa Marta, já no litoral catarinense.

A estratégia é simples: sem financiamento da Caixa ninguém consegue vender um apartamento ou uma casa, que custam de 500 mil a 1.500 mil cruzeiros. Um terreno na praia varia de 30 mil a 200 mil e é mais fácil de vender, o investimento é menor. As vezes, nenhum além da compra da área para lotear.

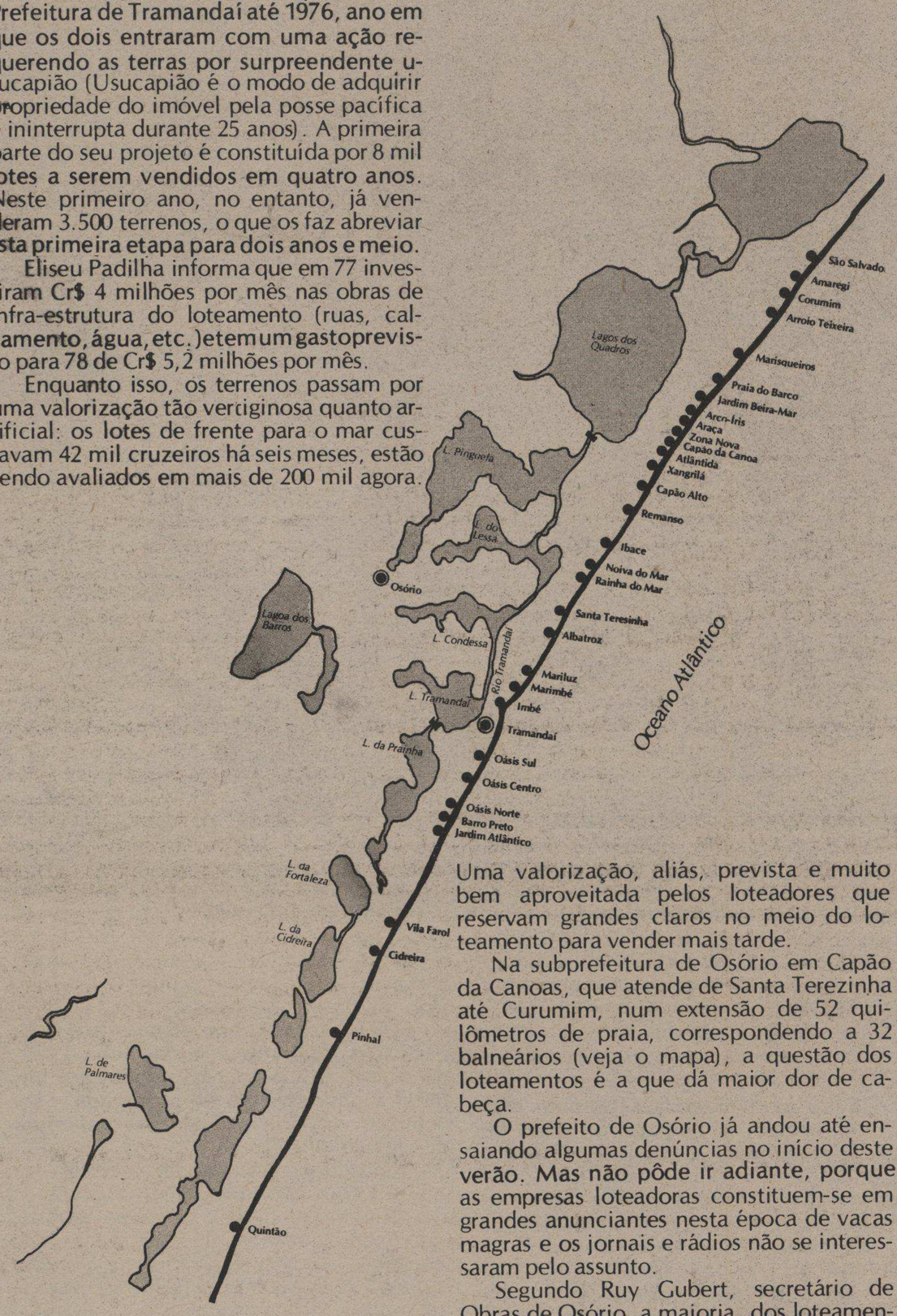
Assim, de Quintão, no extremo sul do literoal gaúcho, até Morro dos Conventos, já em Santa Catarina, há cerca de 40 loteamentos em plena fase de vendas, o que dá um total aproximado de 100 mil terrenos.

Se ficassem todos na mesma área, representariam uma nova cidade que só perderia em população para Porto Alegre. Em Tramandaí, por exemplo, dois advogados, Eliseu Padilha e Affonso Cury, que tinham uma pequena imobiliária, trabalhando com compra, venda e locação de imóveis, agora se dedicam a loteamentos na praia. Estão lançando a Nova Tramandaí, 40 mil lotes numa área de 2026 hectares (o dobro da área da atual Tramandaí).

A maior parte desta área pertencia à Prefeitura de Tramandaí até 1976, ano em que os dois entraram com uma ação requerendo as terras por surpreendente usucapião (Usucapião é o modo de adquirir propriedade do imóvel pela posse pacífica e ininterrupta durante 25 anos). A primeira parte do seu projeto é constituída por 8 mil lotes a serem vendidos em quatro anos. Neste primeiro ano, no entanto, já venderam 3.500 terrenos, o que os faz abreviar esta primeira etapa para dois anos e meio.

Eliseu Padilha informa que em 77 investiram Cr$ 4 milhões por mês nas obras de infra-estrutura do loteamento (ruas, calçamento, água, etc.) e tem um gasto previsto para 78 de Cr$ 5,2 milhões por mês.

Enquanto isso, os terrenos passam por uma valorização tão vertiginosa quanto artificial: os lotes de frente para o mar custavam 42 mil cruzeiros há seis meses, estão sendo avaliados em mais de 200 mil agora.



Uma valorização, aliás, prevista e muito bem aproveitada pelos loteadores que reservam grandes claros no meio do loteamento para vender mais tarde.

Na subprefeitura de Osório em Capão da Canoas, que atende de Santa Terezinha até Curumim, num extensão de 52 quilômetros de praia, correspondendo a 32 balneários (veja o mapa), a questão dos loteamentos é a que dá maior dor de cabeça.

O prefeito de Osório já andou até ensaiando algumas denúncias no início deste verão. Mas não pôde ir adiante, porque as empresas loteadoras constituem-se em grandes anunciantes nesta época de vacas magras e os jornais e rádios não se interessaram pelo assunto.

Segundo Ruy Gubert, secretário de Obras de Osório, a maioria dos loteamentos não atendem as exigências de lei municipal e há mesmo um grande número deles clandestinos, cujas plantas não foram aprovadas pela prefeitura. O que a grande maioria compra é um monte de areia.

— A coisa mais difícil é encontrar um loteamento que esteja dentro da lei — diz Gubert.

— Existe a lei, mas ninguém obedece — diz Gubert — Pela lei, os lotes não podem ter menos de 360 metros quadrados (12x30), devem ter água, esgoto, a largura das ruas não pode ser inferior a 16 metros, tem que ser reservada uma área para recreação.

Estas, mais a instalação de redes de água, luz e esgotos, são obrigações do loteador, mas quem acaba tendo que fazer são as prefeituras. Este ano, porém, a Zona Nova de Capão, por exemplo, foi duas ou três vezes inundada pelos esgotos proveniente das fossas sanitárias que os moradores acabaram construindo depois de cansarem de esperar pela rede de esgotos prometida.

A própria Prefeitura teve que aterrar com mais de 1.500 caçambas de areia um riacho de água podre que atravessava o loteamento. Em Arroio Teixeira, praia vizinha, o último loteamento deixou para área verde uns cômoros de areia de dois metros de altura.

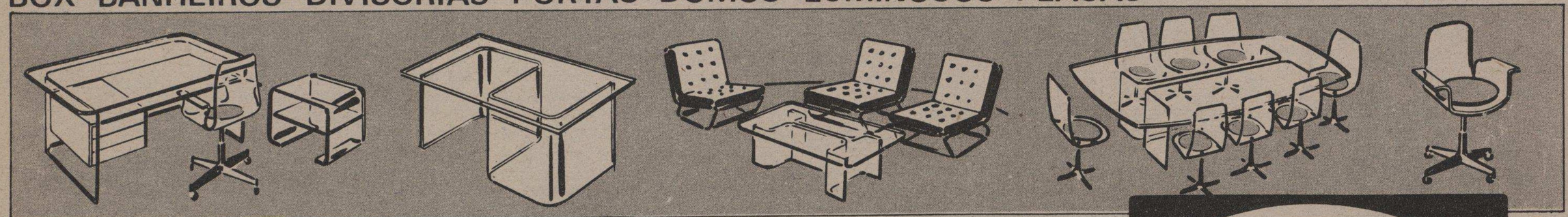
Na maioria dos casos — diz o secretário — eles iniciam o loteamento deixando o espaço para a área verde. Mas, depois aquela área valoriza e eles acabam vendendo e dando em troca um banhado ou um monte de areia lá num canto do loteamento. Na zona chamada Capão Novo, loteada em 1956 e onde foram vendidos dois mil lotes, até hoje não há estrada de acesso, a rede de luz é improvisada, não há água ou esgoto. E a firma desapareceu.

Segundo Gubert, além de ter que arcar com os investimentos para implantar a infra-estrutura, a Prefeitura ainda tem o ônus de ser o centro das queixas dos compradores: "É um desfile interminável de gente pedindo água, esgoto, reclamando que a imobiliária prometeu e não cumpriu".

O próprio Eliseu Padilha reconhece que a imagem do negócio não é das melhores. "Loteamento na praia ganhou fama de picaretagem", diz ele depois de garantir que a sua empresa vai cumprir o que promete — água, luz, esgoto e calçamento em toda a área. A Prefeitura de Tramandaí, para se garantir que se as loteadoras vão instalar a infra-estrutura, toma para si 60% da área e só vai entregando para venda à medida em que a empresa vai implantando os serviços. A Kury & Padilha, no entanto, "por ser uma empresa conceituada na cidade", foi dispensada. E, embora anuncie que "água e luz" já estão instalados nas primeiras casas que se constroem no seu loteamento, pode-se notar as bombas dos poços artesianos. (**EBC**)

PRODUTOS DE ACRÍLICO

BOX - BANHEIROS - DIVISÓRIAS - PORTAS - DOMOS - LUMINOSOS - PLACAS



MÓVEIS DE ACRÍLICO - AÇO - VIDRO

BIRÔS - CADEIRAS - POLTRONAS - CENTROS - CONJUNTOS

Rua do Parque, 433 - Tel. 22-6866 - Porto Alegre - RS

GENTA

public. eiffel

"Há elogios que ofendem a gente"

O irmão do futuro Presidente sente-se encabulado com os elogios excessivos

Por Uirapuru Mendes

Aos 63 anos, o escritor Guilherme Figueiredo não corre mais o risco de perder uma eleição para a Academia Brasileira de Letras, como já aconteceu.

De repente, suas qualidades literárias ganharam imprevisto realce. Os elogios se multiplicaram como num passe de mágica, descobriram-se de uma hora para outra todos os títulos que acumulou em sua carreira: advogado, professor, teatrólogo, ensaísta, conferencista, diplomata, poeta, tradutor, crítico de música e teatro, cronista e romancista, autor de mais de 40 obras literárias (a mais famosa delas, a peça *A Raposa e as Uvas* já foi encenada em mais de 50 países, ficou 4 anos em cartaz em Moscou e foi premiada no 40º aniversário da Revolução Russa).

Descobriu-se também, e sobretudo, que se trata de um democrata irredutível, liberal de nobre estirpe, tendo sofrido ele próprio o estigma da repressão. Durante o Estado Novo, defendeu seu pai, o coronel Euclydes Figueiredo em julgamento diante do Tribunal de Segurança, sob a mira de metralhadoras.

Por duas vezes, nos últimos anos, tentou participar de congressos de escritores na Bulgária, mas não conseguiu visto para sair do país. "Uma coisa kafkiana", se queixa ele, sentado em sua sala de presidente de Ensino da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro.

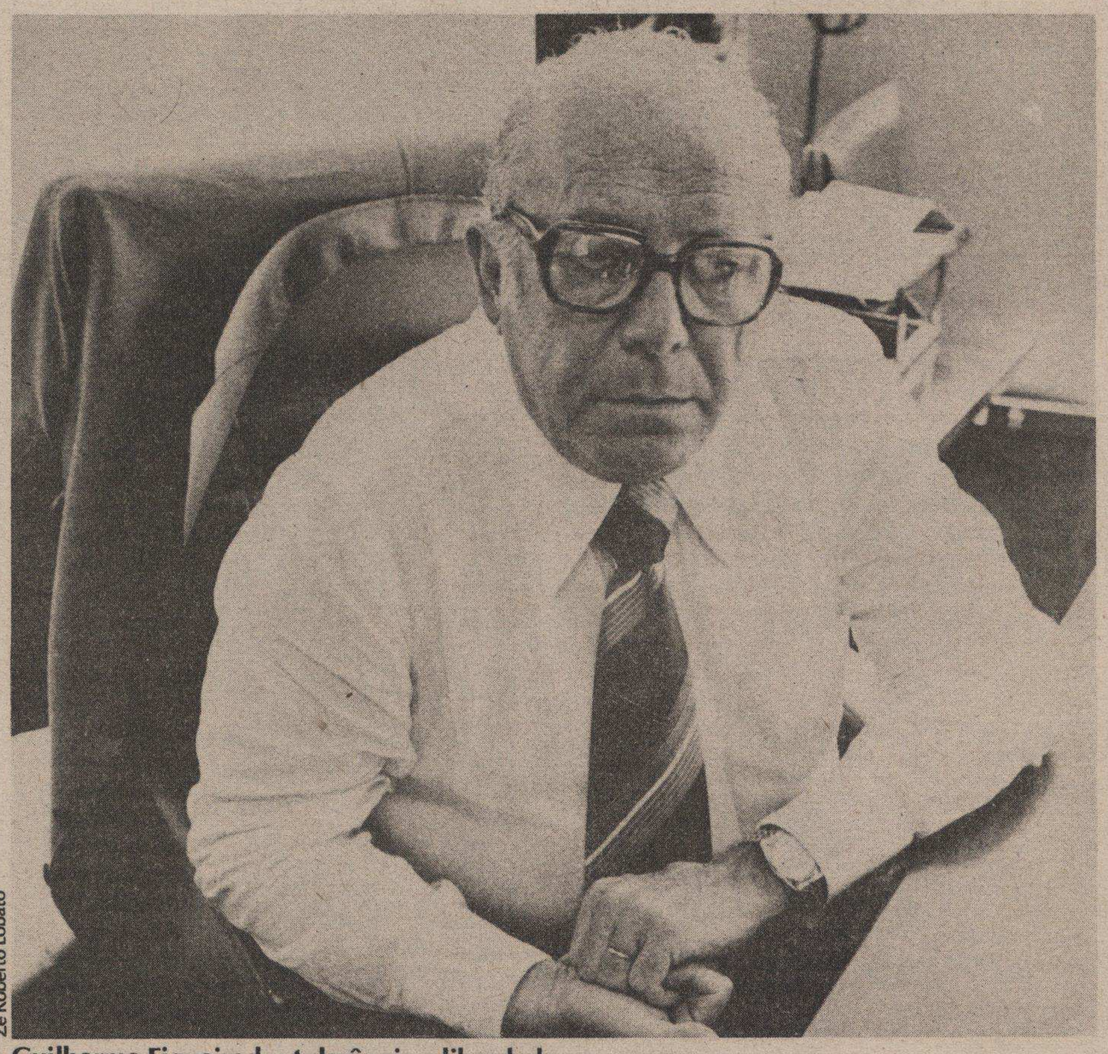
Nesse momento irrompe na sala uma estudante de Medicina, às voltas com outro "problema kafkiano": precisa obter um atestado ideológico.

— Você matou alguém, andou dando tiros de metralhadora? — pergunta Figueiredo.

— Não, minha ficha é limpíssima — garante a moça.

— Esse negócio de atestado ideológico é um absurdo, uma besteira. Ainda não sei como, nem quando, mas vamos ver qual a melhor forma de conseguir isso — promete Figueiredo.

Depois, muda de assunto (ou não muda): "Chegam a dizer que o Severo Gomes é comunista. Assim não é possível!"



Zé Roberto Lobato

Guilherme Figueiredo: tolerância e liberdade

— O sr. disse uma vez que da sua experiência político-conspiratória, na revolução constitucionalista de 32, ficou um certo nojo da maioria dos homens públicos brasileiros, inclusive de muitos que estavam do seu lado. Continua pensando assim?

— Desgraçadamente, há um certo tipo de político brasileiro que não se aferra a princípios, mas a oportunidades. É o político que corre atrás das oportunidades eleitorais, ou de galgar postos a qualquer preço. Na minha geração, isso foi uma conseqüência do próprio Estado Novo. Nossa geração não teve experiência do debate democrático. Muitos dos bons acabaram então assessores de ministros, encerrados em gabinetes, sem lutar por suas idéias. Isso que está acontecendo hoje no Brasil não é tão terrível assim. O Estado Novo liquidava jornais simplesmente através do corte do fornecimento de papel. As redações viviam infestadas de censores. Quando fui defender meu pai diante do Tribunal de Segurança, em 37, os acusados eram mais de 100 e o tempo destinado à defesa era de 5 minutos. Quando terminei de falar, o juiz disse que os argumentos não eram convincentes e tirou a sentença do bolso, datilografada.

— A injustiça do processo é flagrante, mas não terá havido, de 64 para cá, outras injustiças desse gênero, passíveis de serem reparadas?

— As injustiças foram muitas, e devem ser reparadas. Toda vez que um indivíduo perde seus direitos sem ter oportunidade de se defender, está havendo uma injustiça.

— O sr. adotou como divisas as virtudes da tolerância e da liberdade. Não estarão faltando ambas no Brasil?

— Estão faltando no mundo inteiro. A frase não é minha, mas de Victor Hugo: "Que a poesia tenha a mesma divisa da política: tolerância e liberdade".

— A tolerância implica no respeito e consideração pelo adversário, e isso também parece que está faltando, não?

— Está faltando dos dois lados, é bom deixar bem claro. Acontece que o brasileiro está mostrando uma certa incapacidade de usar as palavras. É um homem que se encastela na sua opinião, ou então não tem opinião nenhuma. Tive exemplos disso em minha própria casa, onde sempre recebi amigos de todas as tendências políticas. Chegou um ponto em que eu não podia mais convidar certas pessoas para a mesma reunião. De repente, todo mundo começou a se chamar de filho disso, filho daquilo. Assim não dá.

— O sr. já afirmou que o intelectual deve participar da política e das lutas partidárias, sobretudo para não deixar aos imbecis a oportunidade de governá-lo. Mas como ele vai participar, sem haver abertura do regime?

— Tenho impressão que essa abertura vai haver. O que não se pode é ficar cobrando de meu irmão definições nesse sentido, pois por enquanto ele continua sendo chefe do SNI e apenas candidato a candidato. Se o Magalhães Pinto está conspirando, o dever do chefe do SNI não é chamar a imprensa, mas levar essa informação ao conhecimento do presidente da República.

— O sr. é a favor do retorno do voto direto nas eleições para os governos estaduais e presidência da República?

— A favor do voto direto com esclarecimento do eleitor, e sobretudo, a favor do voto distrital. Não acredito num sistema eleitoral em que o sujeito fala para cem mil pessoas sem ouvir uma única pergunta. Não é ligando a tevê que o eleitor vai gostar de um candidato, como se fosse um galã de novela. Se o candidato é do distrito, ele fala de voz para voz. Precisamos reeducar o eleitor, para ele saber que dialoga com o candidato, que os seus pontos de vista são levados em consideração. Outra vantagem do voto distrital é que o pobre também pode concorrer em igualdade de condições, fazendo campanha de casa em casa.

— Como foi sua passagem pelo movimento Esquerda Democrática, em 45?

— Fundamos esse movimento dentro da UDN, para ser uma ala de abertura à discussão dos problemas sociais, para não ficar só naquela coisa jurídica. Já naquele tempo nos preocupávamos com a necessidade de se fazer a reforma agrária, como já ocorreu em todos os países civilizados. Mas é só falar em reforma agrária para começarem a dizer que isso é coisa de comunistas. E o partido menos interessado em fazer a reforma agrária é justamente o Partido Comunista, já que agricultor contente não serve mesmo como massa de manobra. Então essa reforma continua sendo uma necessidade. De que adianta um agricultor ter um terreno de 500 m^2 e ficar ali plantando para sua subsistência? Ele nunca vai poder comprar um trator, mas se formar uma cooperativa com seus vizinhos, o trator vai atender às necessidades de todos os cooperativados. E não é só o trator, tem que lutar contra o barbeiro, contra o caramujo, dar assistência total. O que não pode mais acontecer é o que aconteceu com um amigo meu que viajava pelo interior da Bahia e foi abordado por uma criança, que lhe perguntou: "Moço, o senhor quer um menino?" Não podemos continuar tendo a Austria em São Paulo e o Paquistão no Nordeste. Tem que haver reforma agrária, redistribuição de renda.

— Sua peça "A raposa e as Uvas", uma alegoria sobre a liberdade, foi encenada na maioria dos países socialistas, ficou mais de quatro anos em cartaz em Moscou e foi premiada no 40º aniversário da Revolução Russa. Em contrapartida, a apresentação do Ballet Bolshoi pela televisão é proibida no Brasil...

— Uma decisão no mínimo obscurantista. Seria Romeu e Julieta uma obra contra Deus, Pátria e Família? Só faltou sugerirem que o seu texto fosse retirado das livrarias e bibliotecas, e queimado em praça pública, pois assim certamente estaríamos lutando contra a corrupção, a subversão, e contribuindo para a Ordem e Progresso do nosso amado Brasil...

— A arte de escrever consiste mesmo em reescrever?

— Escrever é um ofício diário, como qualquer outro. É dentro desse ofício que se aprende a escrever. E mais, é preciso ter a coragem de riscar o que escreveu, jogar fora. Ou então escrever e guardar, até esquecer. Depois então, você faz nova leitura, já como crítico, como se aquilo não fosse obra sua. Mário de Andrade, falando sobre a crônica jornalística, me dava um conselho: "Escreve sempre como se fosse para livro e não para jornal". Os três mandamentos mais importantes para um escritor são: ler muito, escrever muito e riscar mais que tudo. O bom escritor se avalia pela coragem que tem de jogar tudo na lata do lixo. A única maneira de melhorar o que se escreve é não gostar do que se escreveu. O escritor tem que estar sempre descontente. Deve ter uma grande vergonha de elogios. Ia Bruyère já dizia: há elogios que ofendem. Agora, pelo fato de ter um irmão candidato a candidato, tenho recebido mais elogios do que devo, e isso me encabula muito.

— O sr. foi candidato duas vezes — uma a vereador e outra à Academia Brasileira de Letras — e perdeu em ambas. Isso quer dizer que o sr. não é bom de eleição?

— Na eleição para vereador, os amigos me puseram na chapa e nem tomei conhecimento. Tinha vergonha de colar cartaz. Eu tinha voltado dos Estados Unidos, uma noite fui colar cartaz, chegou um bêbado e ficou olhando para mim e para o cartaz. Fiquei envergonhado e disse que o candidato era meu irmão. Meu amigo disse que assim não dava, eu tinha era que ter pedido o voto do homem. Acontece que muita gente tem a idéia do escritor como um participante no meio da massa, e não é assim. O escritor lança idéias, mas é um criador solitário. Quase todos os escritores foram péssimos homens públicos. Jorge Amado é mais escritor que político. Carlos Drummond de Andrade, também. Gilberto Freire é mais sociólogo. Mas Lacerda era mais político que escritor. O escritor é sempre uma vítima da violência, mas não sabe se jogar contra a violência, por ser antiviolento. É mais fácil ver autoridade dando tiro em escritor do que ver escritor dando tiro em autoridade. Escritor não dá tiros, fornece idéias. Já imaginou se Garcia Lorca houvesse fuzilado Franco?

— O fato do sr. ser o mais velho dos cinco irmãos lhe deu ou lhe dá alguma ascendência sobre os demais?

— Nunca houve lideranças entre nós. A liderança era o pensamento de papai, que pairava sobre todos. Não precisávamos trocar muitas idéias, porque as idéias eram as mesmas.

RADICE — REVISTA DE PSICOLOGIA

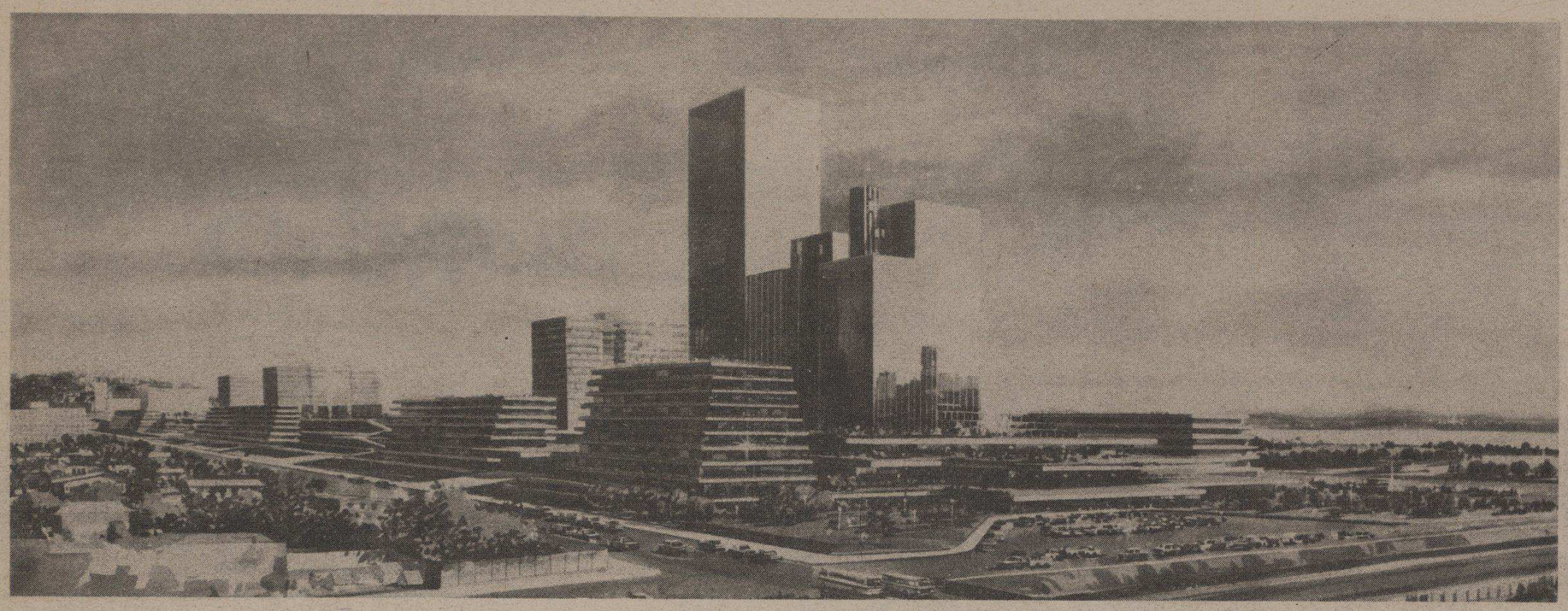
Radice é uma revista de jornalismo da psicologia. Uma revista aberta, crítica, democrática; feita para informar e debater os acontecimentos e tendências da psicologia, principalmente em nosso país.

Assinaturas

5 edições + 1 número atrasado: Cr$ 100,00
N.º 1 ao 9 (mamão sem caroço): Cr$ 150,00

nome . . . . . .
endereço . . . . . **.CEP**. . . . . .
atividade profissional . . . . . .

Envie cheque nominal para Radice — Revista de Psicologia — Av. Rui Barbosa 762, ZC-01 — Rio de Janeiro, 20.000.



Um gigantesco conjunto que é uma verdadeira cidade nova na frente do Rio Guaíba, numa área que a Prefeitura aterrou, depois vendeu e agora está construindo, ao lado, um grande parque para valorizar

Uma nova cidade. Para quem?

Em dezembro deste ano a cidade de Porto Alegre ganhará uma grande área de lazer — o Parque Marinha do Brasil, construído junto ao Rio Guaíba. Mas, mais do que os moradores, quem vai ganhar realmente é o grupo imobiliário Maguefa.

A construção do grande parque valoriza ao extremo uma área nova, conquistada com aterros ao rio, e só ele — o parque — animou o grupo Maguefa a investir na área que adquirira há quatro anos, em concorrência pública, por Cr$ 36 milhões.

A preços atuais, o grupo pretende investir Cr$ 2 bilhões em cinco anos na construção de apartamentos, casas, estacionamentos, centro comercial, supermercado, bares, lancherias, escritórios, centro médico, hotel, duas escolas, equipamentos de serviços e de recreação — enfim, uma verdadeira cidade, que deverá abrigar de 20 a 30 mil pessoas entre residentes e funcionários do comércio.

O negócio assegura à Maguefa um privilégio singular com relação ao índice de aproveitamento dos 34 lotes comprados do município de Porto Alegre. A faixa de 165 mil metros quadrados, localizada na Zona Sul, entre as Avenidas Borges de Medeiros e Praia de Belas, constitui uma exceção em toda a zona.

Enquanto hoje, nas proximidades, ninguém poderia ocupar mais que duas vezes a área do terreno, o que corresponderia a um prédio com no máximo 10 andares, o grupo imobiliário tem permissão legal para erguer espigões com até 20 andares. Alguns técnicos da Supervisão de Planejamento Urbano da Prefeitura consideram esta concessão "absurda sob o ponto de vista urbanístico". E o mais absurdo ainda, diz um alto funcionário do órgão, "é que no Conselho Municipal do Plano Diretor o anteprojeto será aprovado com confetes e serpentinas".

Na opinião deste técnico, o erro primário foi a Prefeitura entrar no jogo imobiliário e vender o terreno. Segundo ele, a área deveria ser mantida para a construção de praças, no futuro, ou trocada por prédios com valor histórico. Antes disso, porém, em 1970, surgiu a Lei 3.414, do Plano Diretor, cujo efeito será a quebra do equilíbrio da paisagem urbana após a execução dos planos da Maguefa.

É preciso não esquecer também as facilidades oferecidas à especulação imobiliária após a destinação, em 1970, de uma área para a construção do Parque Marinha do Brasil. E a Maguefa, sem dúvida, também soube tirar proveito disto.

O parque está sendo construído com recursos do BNH (via Fundo de Garantia). Para pagar este financiamento e seus juros, a Prefeitura conta com o recolhimento dos impostos que surgirão com as construções na área. Então o contribuinte vai pagar duplamente por uma especulação que beneficiaria poucos.

O anteprojeto da Maguefa se integra perfeitamente ao Parque Marinha do Brasil. Há inclusive ligações através de três passarelas sobre a Avenida Borges de Medeiros. O prefeito Guilherme Socias Villela, no entanto, não concorda que haja esta integração: "Não vejo semelhança entre área verde e blocos de concreto. Talvez me falte conhecimentos urbanísticos".

É? Pois, do jeito que as coisas estão postas, o que a Prefeitura poderá questionar são apenas as modificações propostas pela Maguefa, com relação ao projeto original elaborado pela extinta Divisão de Planejamento Urbano.

De acordo com este projeto, informa o secretário de Obras, Jorge Englert, seriam construídos edifícios com 20 andares, destinados a diversas atividades, respeitando o uso estabelecido pelo Plano Diretor. Assim, nos lotes de números Quatro a sete, 16, 26 e 32 funcionariam um supermercado, escritórios, bancos, lancherias, bares, restaurantes, cafés e lavanderia. As garagens individuais e coletivas seriam nos lotes de números nove, 15, 27 e 33.

Os prédios destinados a residências ficariam todos nos lotes um a três, 10 a 13, 20 a 24, 28 a 31, oito, 14, 17 e 19. Os números 18 e 25 seriam reservados a escolas primárias e no lote 34 seria construído um hotel.

Estas definições de uso por lotes não foram mantidas pela Maguefa. É por isso que a Prefeitura terá que enviar à Câmara uma nova lei propondo a alteração do uso dos terrenos por lotes e aumentando também a cota de altura de prédios, hoje fixada em 60 metros (20 andares). Mas isto não deverá ser problema também, devido à "simpatia" já conquistada pelo grupo junto à Prefeitura.

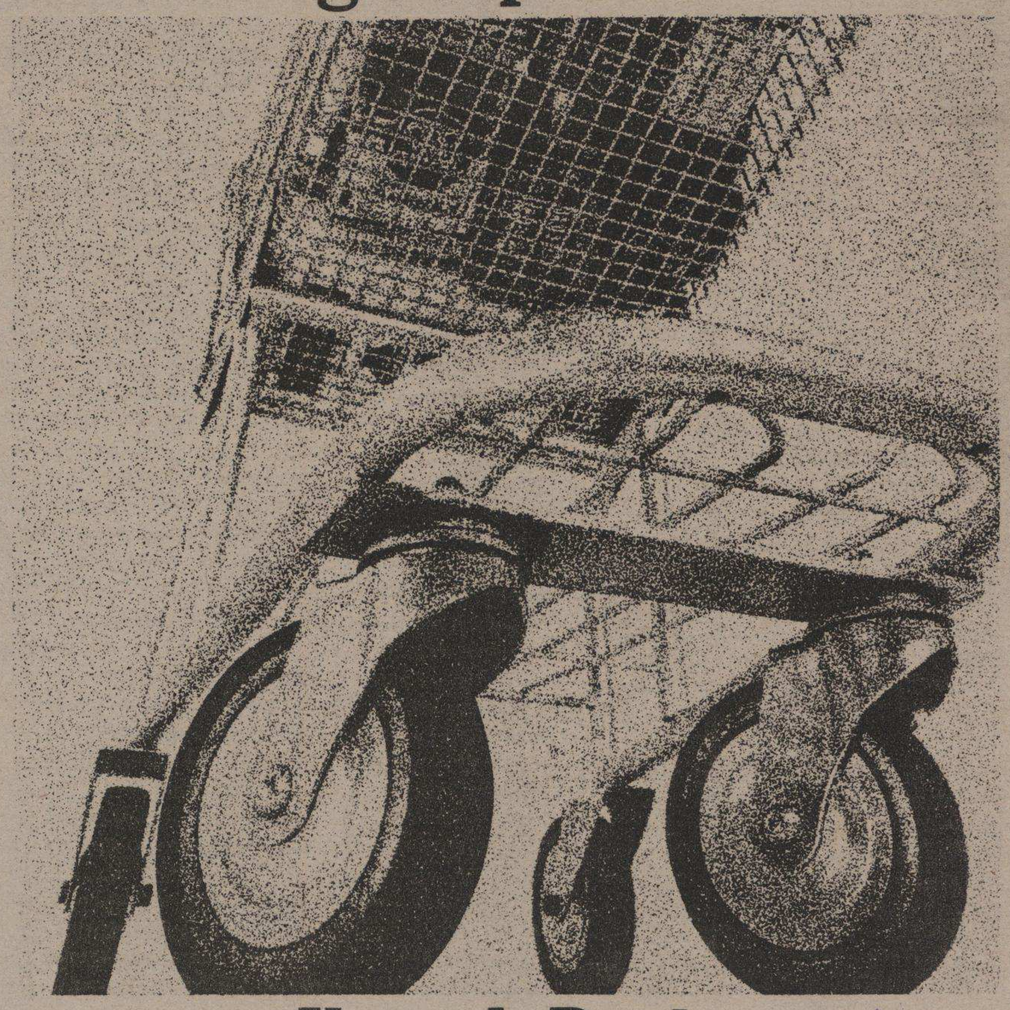
A elaboração da unidade urbanística foi iniciada em julho do ano passado por dois arquitetos conhecidos, Carlos Maximiliano Fayet e Jorge Debiagi. Depois de tomar conhecimento do espaço que tinham para trabalhar — 650 mil metros quadrados de área construída numa faixa de 165 mil metros quadrados — sua localização na cidade e as exigências do cliente, Fayet, Debiagi e um dos diretores do grupo se lançaram numa maratona que incluiu viagens a 15 cidades do exterior (Europa, Américas do Norte e Sul).

O objetivo destas viagens, disseram os arquitetos, era trazer de fora informações que, somadas à experiência brasileira, em termos de arquitetura, possibilitassem a criação de um projeto descompromissado com "sistemas ortodoxos".

De volta a Porto Alegre, os dois arquitetos estabeleceram alguns pré-requisitos. O principal deles: o conjunto ficaria entre um bairro residencial e um parque, aos quais deveria se integrar. Depois de alguns meses de trabalho sobre a prancheta surgiu o imponente conjunto arquitetônico denominado Unidade Urbanística Praia de Belas, que prevê inclusive prédios com piscinas e garagens subterrâneas.

Maroni João da Silva

Nestes tempos de crise você precisa de um carro que gaste pouco.



Use o do Real.

REAL

Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA

Jacobina Mentz, a que se dizia "inspirada por Deus", foi assassinada junto com os adeptos de sua seita. Um século depois, sua tragédia é filmada no mesmo local onde ocorreu

A beata maldita volta ao Morro do Ferrabrás

Por Marina Wodtke

Há cem anos, um grupo de fanáticos religiosos provocou a ira da Igreja e das autoridades no Vale do Rio dos Sinos*, onde se concentravam as colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Eles eram liderados por uma mulher chamada Jacobina Mentz Maurer, que se dizia "inspirada por Deus".

Era uma mulher frágil de corpo, rosto bonito e traços delicados, bastantes diferentes daquilo que geralmente se espera de uma filha de rudes colonos. Em torno dela chegaram a se reunir 300 colonos descententes de alemães até que a seita foi destruída numa batalha a 2 de agosto de 1874, quando Jacobina e seus seguidores mais fiéis foram chacinados por um contingente militar e suas casas foram queimadas.

Pouco antes de morrer, Jacobina matou a sua filha mais nova, de três meses de idade:

— Meu bebê, este eu levo comigo. Não devo permitir que vá pelo mundo acompanhado de zombaria e vexame.

Sua previsão estava certa. A maldição, lançada sobre o "melindroso, sangrento, controvertido e estúpido episódio" na região fez com que seus cinco filhos que escaparam com vida, netos e bisnetos sofressem por mais de um século a vergonha de serem descendentes da "bruxa, feiticeira, prostituta, sedutora de homens, desregrada, embusteira".

A tragédia de Jacobina passou a ser considerada "a mancha mais negra" da colonização alemã no Vale do Sinos e a palavra **Mucker** (em alemão, falso beato, santarrão) como eram chamados ela e seus seguidores causava arrepios entre as boas famílias no Vale do Sinos.

Essa maldição, no entanto, chega ao fim. Há dois anos, no centenário da morte de Jacobina, o historiador Moacyr Domingues escreveu um extenso trabalho, baseado em documentação inédita, revisando a história dos **Muckers,** até então contada por seus inimigos.

E agora, no início deste ano, dois cineastas — um brasileiro e um alemão — estiveram por 60 dias no cenário da tragédia reconstruindo as principais ocorrências para um filme sobre o assunto. De acordo com a versão de Moacyr Domingues, o filme em si já seria, por certo, elemento importante para mudar a opinião dos moradores da região a respeito dos **Muckers.**

Mas, nesse sentido, Jorge Bodanzky e Wolff Gauer — os dois cineastas — conseguiram ir além, pois para dar mais autenticidade (e, provavelmente, por dispor de recursos escassos para a produção) usaram os próprios moradores da região para compor os personagens.

Apenas as quatro personagens principais foram feitas por atores profissionais. Marlise Saueressig, atriz gaúcha nascida na região onde ocorreu o movimento dos **Muckers,** fez o papel de Jacobina. Os outros três foram José Lewgoy, Paulo César Pereio e Ricardo Hoepper. Os demais, cerca de 100 personagens, foram feitos por agricultores, donas-de-casa, estudantes, jardineiros, funcionários públicos, políticos locais, bancários, etc., das cidades de Sapiranga e Taquara (veja na página seguinte).

Em fins de janeiro quando os dois concluíram as filmagens e foram embora, **Muckers** era o assunto mais falado destas cidades e a sua história era repassada por todos com a maior naturalidade. Havia a aceitação quase unânime das interpretações que os dois diretores faziam do episódio e que de certa forma desfazem a imagem perversa que ficou de Jacobina.

— A história desse grupo tem que ser vista como a de estrangeiros, praticamente jogados numa região agreste, repleta de índios, numa mata virgem, sem as mínimas condições de sobrevivência. Naturalmente eles se fecharam e formaram uma comunidade que se autogeria. Não corria dinheiro, o comércio era na base da troca e os mais cultos ensinavam os mais jovens (Wolff Gauer).

— Esse tipo de fenômeno aconteceu repetidas vezes no Brasil. Para isso basta existir uma comunidade acossada, sem meios de se integrar e de se expressar, obrigada a fechar-se e a defender-se sem nenhuma ajuda (Jorge Bodanzky).

*** A região conhecida como Vale do Rio dos Sinos é hoje uma das mais prósperas do estado, concentrando a produção de calçados e um desenvolvimento do parque industrial. Seus municípios principais são: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga e Taquara.**

A HISTÓRIA

Por volta de 1860, no Morro do Ferrabrás, (hoje cidade de Sapiranga) morava o casal João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina. Ele era carpinteiro, mas tinha habilidades em receitar ervas e preparar ungüentos para as doenças de seus amigos. Ela seguia a religião Anabatista (uma das Igrejas Evangélicas) e era leitora ardorosa da Bíblia. Era frágil, sujeita a crises que a deixavam sem sentidos durante horas.

Seu cunhado João Jorge Klein, ex-Pastor e considerado por muitos como o mentor intelectual da seita, fala assim de Jacobina:

— Em sua meninice, era uma criança doentia, muito disposta a chorar, aprendia pouco e com dificuldade, sofria de insônia. Agitada durante a noite por sonhos, sofria convulsões que faziam acreditar em manifestações epilépticas. As esperanças de melhoras nesse estado de saúde com o decorrer dos tempos não se realizaram. A moléstia aumentou e Jacobina jazia muitas vezes sem sentidos, abaixo de convulsões, pronunciando palavras sem nexo. Consultado o médico, Dr. Hildebrand, este aconselhou procurar o quanto antes um casamento para a mocinha.

Rudes e místicos, os moradores das zonas próximas ao Morro do Ferrabrás, começam a ver sinais de superioridade nos remédios de João Jorge, aliados à religiosidade e às crises da mulher.

Assim, os primeiros adeptos reúnem-se em torno do casal. Por volta de 1870, começam as reuniões de cunho religioso, com leitura e interpretação de trechos bíblicos e canções sacras.

Em pouco tempo, há em torno dos dois, um movimento que se amplia rapidamente. Diz-se que acorriam pessoas até de Porto Alegre e Pelotas. Isso é pouco provável, segundo Domingues, a menos que fossem alguns imigrantes alemães destas cidades, pois Jacobina não falava português..

No início não houve reação de hostilidade declarada por parte do restante da população, nem dos padres católicos ou dos pastores protestantes. Um pastor evangélico, de Dois Irmãos, chamou-os de **Muckers,** — santarrões, falsos beatos — e o apelido vulgarizou-se.Diz Domingues:

— Não nos foi possível precisar em que exato momento os clérigos de ambas as confissões tomaram posição declaradamente hostil aos Muckers. Todavia a reação deve ter principiado no ano de 1870, aumentando gradativamente de virulência ao longo de 71 e 72 para ter seu desfecho em abril de 1873, depois que se esgotaram todos os meios brandos de dissuasão.

PÁRIAS SOCIAIS

Segundo Domingues, entre os **Muckers** conhecidos não havia nenhum que não tivesse o seu pedaço de terra e "existiram **Muckers** das três classes — alta, baixa e média".

— Mas, diz ele, **verdade é também que para Jacobina Maurer convergiram os párias sociais da região colonial, emprestando a seu movimento significado social relevante.**

Antes do livro de Moacyr Domingues foram escritos outros dois sobre o assunto. Um escrito pelo padre Ambrósio Schupp, coerente com o pensamento da Igreja Católica, cujos padres, junto com os pastores protestantes, foram os grandes responsáveis pelo início da repressão e massacre dos **Muckers.** O outro pelo historiador Leopoldo Petry, mais preocupado em redimir os nomes de famílias tradicionais envolvidas nos episódios.

Os dois livros se basearam em depoimentos de participantes ou descendentes destas famílias. Domingues foi o primeiro a consultar os documentos da época, recolhidos ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Diz ele:

— O estudo do passado não deve constituir simples exercício de recreação intelectual, mas sim fonte de inspiração para nossa conduta presente e futura. E este melindroso, sangrento, controvertido e estúpido episódio encerra uma grande lição: mostra-nos os riscos da obstinação e do radicalismo e a espantosa força dos preconceitos! Não é difícil manipular a opinião pública e mobilizá-la em prol de causas nem sempre justas!

Através de documentos religiosos e depoimentos em inquéritos policiais que averiguaram a atividade do grupo, Dominjacqueline ioner

Uma cena do filme: Jacobina desmaiada chega à delegacia para prestar depoimento

gues prova que até determinado momento não havia entre os **Muckers** qualquer intenção de fundar uma nova religião.

Até abril de 1873, apenas um ano antes do desfecho, eles continuavam a casar, batizar e confirmar seus filhos nas igrejas da região, como sempre haviam feito.

A própria Jacobina batizou, em abril de 1872, sua filha Aurélia na Igreja Evangélica de Campo Bom. E, somente Leidard Maurer, a menina morta antes da batalha final, não era batizada na Igreja.

Nas versões anteriores, afirmava-se que Jacobina se intitulava a "Encarnação de Cristo" ou "Cristo feminino". Para Domingues havia exageros nesta parte: ela simplesmente se considerava "inspirada por Deus", e acreditava "não haver intermediários entre ela e a Divindade".

— É evidente que todos os Muckers **a respeitavam** e **a admiravam, pois de outra forma não seriam seus discípulos; os insultos lançados à honra dela também os atingiam, pois freqüentavam suas reuniões com as mulheres, filhos e netos.**

O rompimento com as igrejas viria no dia 4 de maio de 1873, seis anos depois do início das reuniões. A partir desta data os **Muckers** não freqüentaram mais seus templos e tiraram seus filhos das escolas. Foi esta data que marcou também o início das violências. Quatro dias depois começava a intervenção das autoridades com as primeiras prisões.

As circunstâncias, sob as quais Jacobina foi conduzida presa a São Leopoldo, estão relatadas num abaixo-assinado dirigido em fins de 1873, pelos membros da seita, ao Imperador Pedro II. À certa altura está escrito:

"... que, no dia 22 do mesmo mês (maio), dia da Ascensão do Senhor, fora presa a mulher de Maurer, se achando ela doente de um mal que costumava dar, ficando sem sentidos, sendo levada — por uma escolta de 8 praças — em uma carreta, sendo que, na viagem, que durou 9 horas, foi ela insultada, continuando doente até àquela cidade, onde a depositaram na casa da Câmara, exposta ao público, tendo sido examinada por médicos, a fim de ver se era fingida a moléstia, com aplicações de agulhas e pontas de canivetes por todo o corpo e mais aplicações médicas para ela tornar a si, o que conseguiram só depois de cinco horas..."

No primeiro trimestre de 1873, com a designação de novas autoridades policiais do município, defechou-se o cerco em torno de Jacobina. A pressão atingiu o auge:

Presumimos que padres e pastores, nos últimos dias de abril, perderam as estribeiras: aproveitando as pregações da Quaresma, profligaram dos púlpitos, por toda a parte, as atividades dos Muckers **e algo deve ter sido dito ou feito que, afinal, levou estes ao rompimento.**

O casal Maurer passou a partir daí, a assumir as funções dos clérigos: casou Maria Sehn, filha de João Sehn,um **Mucker** católico e grande proprietário de terras à beira do Rio dos Sinos. Enterrou fora do cemitário, numa roça, João Nicolau Fuchs, patriarca de uma família que havia aderido em massa à seita.

ASSASSINATOS

Em 22 de novembro de 1873 o inspetor de polícia, João Lehn, encarregado de observar os movimentos na casa de Maurer, por morar perto, sofreu um atentado a bala e reconheceu a voz do autor dos disparos: seria um dos irmãos Sehn, Jacó ou Rodolfo — este mais tarde assumiria a liderança masculina do movimento já que o marido de Jacobina, com medo, não participava mais das decisões.

Seis dias mais tarde, foi dirigido à presidência do Estado um pedido de deportação do casal Maurer e seus principais adeptos, assinado por duas mil pessoas, um número considerável levando-se em conta a população das colônias na época.

Um mês mais tarde os **Muckers** respondiam com um relatório encaminhado ao Imperador, levado ao Rio de Janeiro por três membros da seita.

Mas é um crime acontecido em 30 de abril de 1874 que precipitou a escalada de violência. Jorge Haubert, ex-**Mucker,** foi assassinado na casa de seu tutor, por um indivíduo disfarçado.

A partir do dia 24 de junho, mais de uma centena de velhos, mulheres e crianças começaram a convergir para o Ferrabrás onde virtualmente ficaram sitiados e confinados. Quase 40 dias e noites de angústias, apreensões, medo e febris preparativos foram vividos até Jacobina ser morta a 2 de agosto, ao lado de Rodolfo Sehn e de seus últimos adeptos. Foram quase seis semanas de vigília constante, pontilhadas de combates e mortes: enquanto uns combatiam, outros oravam...

Poucos dias antes, começavam as vinganças que marcariam os **Muckers** como sanguinários e levariam as gerações posteriores a terem vergonha de sua descendência. Na noite do dia 15 de junho, foram mortos e queimados cinco membros da família Kassel — a mãe Ana Maria e quatro filhos. O pai, Martinho Kassel, não estava. Um mês antes havia saído da seita, pois Jacobina queria que deixasse sua mulher, porque esta não abandonava as confissões para o padre da Igreja Católica.

A criada de um Mucker **havia denunciado ao chefe de polícia em São Leopoldo que sorte igual a da família e casa de Martinho Kassel estava destinada a 16 outras... De repente, passados 3 ou 4 dias, explode a violência simultaneamente em Sapiranga e Campo Bom (cidade vizinha) e na noite seguinte, outro tanto em São José do Hortênsio e Linha Nova.**

A noite de 25 de junho registrou 13 homicídios, 7 tentativas de homicídio e sete propriedades incendiadas.

Antes mesmo de seguirem as forças do Exército para o Ferrabrás, os jornais publicaram algumas informações sobre os preparativos dos **Muckers** para a resistência. Escreveu o Rio-Grandense: **A gente de Maurer usa blusas de baeta encarnada e os habitantes da colônia dizem que por baixo dessas blusas se revestiram de couro para se garantirem das balas; que os foguetes incendiários de que se servem para lançar fogo às casas, foram, segundo é voz pública, fabricados pelo ex-pastor Klein e são de rápido efeito; que, atirados à distância, incendeiam as casa e quando os habitantes espavoridos abrem as portas para fugir, são mortos a tiro e golpes de facão.**

Afirmava-se que as mulheres do bando também manejavam espingardas com bastante precisão, para o que fizeram anteriormente constante exercício.

A 27 de junho o coronel Genuíno Sampaio, herói da Guerra do Paraguai, chegava a Campo Bom com 120 praças da infantaria, 17 peças de artilharia e 40 da Guarda Nacional.

Sem a menor dúvida, Genuíno cometeu um grave erro: subestimou o adversário e avançou por terreno desconhecido, à noite, fiado apenas em informações de pessoas que não tinham a obrigação de conhecer a tática militar. Com inconcebível ingenuidade, estava certo de que o inimigo não percebera seus movimentos, quando é certo que os Muckers dispunham, sobre o morro do Ferrabrás, de excelente ponto de observação.

O resultado não poderia ser outro: os **Muckers** Calmamente se prepararam para enfrentar a tropa e quando viram-na dentro de uma verdadeira ratoeira, desfecharam o ataque. Testemunha ocular diz que as descargas dos **Muckers** eram comandadas por um apito, o que está a demonstrar que havia alguém capaz no comando e que era tranqüila, segura, a sua ação.

A retirada foi feita em condições dramáticas: encurralados na estreita picada e fustigados durante 45 minutos pelo inimigo, é de se admirar que tenha sido possível retirar a artilharia, arrastada a braço pelos pobres soldados; e é de crer que aí se deram as mais numerosas baixas.

De todo o estado chegavam manifestações de repúdio das colônias alemãs.

ATROCIDADES

A grande batalha aconteceu no dia 19 de julho. Os **Muckers,** cercados de todos os lados, concentraram-se na Casa de Maurer, à exceção de oito homens que foram vistos entrar para o mato. O fogo tomou conta da casa e os soldados retiraram vivas 52 pessoas, entre mulheres e crianças, e oito mulheres mortas.

Segundo Klein, os **Muckers** "convencidos de estarem condenados ao aniquilamento", enfrentaram todas as forças contra eles mobilizadas, o que deu lugar a verdadeiras cenas de vandalismo":

— Não eram mais homens os que ali lutaram contra os Muckers. **Eram animais** ▶

A batalha entre os Muckers e o Exército no dia 19 de julho, segundo uma litografia de E. Wiedermann, reproduzida no livro de Leopoldo Petry

selvagens, verdadeiros demônios! As pobres mulheres, indefesas e acuadas, eram sumariamente mortas a tiros e seus cadáveres seviciados. Fetos já quase completamente desenvolvidos (eram gêmeos) foram arrancados das entranhas de um cadáver e enfiados numa vara comprida, como se quisessem preparar charque. Cortaram órgãos genitais que eram apresentados à contemplação de todos. Cortaram os dedos e as orelhas da mulher de João Sehn, gravemente ferida, para apossarem-se dos anéis. A mulher morreu pouco depois. Uma anciã cega procurou afastar-se às apalpadelas, foi espetada na parede pelos indivíduos embrutecidos. As casas foram todas saqueadas e, como de costume, depois incendiadas, sendo vitimadas pelas chamas as mulheres e crianças que nelas haviam sido encerradas; menores que tentavam fugir, eram mortos a tiros pelas costas.

Moacyr Domingues diz que existem poucos elementos para confirmar ou desmentir estas atrocidades, relatadas por João Jorge Klein, mas confirma a degola de um membro importante da seita logo após este combate, onde morreram 18 adultos e pelo menos 10 ou 12 crianças no lado dos fanáticos. E ficaram recolhidas à cadeia em Porto Alegre 16 mulheres e 36 adolescentes e crianças. No lado do exército uma baixa importante, a do coronel Genuíno Sampaio, que mais tarde ganhou uma estátua no local do combate de 19 de julho. A uns 200 metros deste monumento, resiste até hoje uma tosca cruz de madeira, colocada no local onde foram enterrados Jacobina e os últimos 16 **Muckers,** que com ela resistiram ao combate de 2 de agosto no meio do mato onde haviam-se refugiado, numa cabana construída com cipós e árvores, retirados do local.

A cena final é assim descrita pelo **Mucker** João Daniel Noé, em depoimento a seu filho Miguel Noé, anos mais tarde: "Na cabana estavam quatro mortos: Rodolfo Sehn, Jacobina Maurer e 2 mulheres que ele não conhecia. Jacobina estava ainda com o revólver firme na mão. Todos os quatro foram mortos a tiros de revólver, e a criança menor que Jacobina levou consigo para o mato, essa também estava morta e enterrada dentro da cabana. Afinal a luta tinha chegado ao fim. Na manhã seguinte, a mando do comandante, os mortos foram sepultados".

No mesmo depoimento Noé conta como foi a vida de sete sobreviventes dos **Muckers** que permaneceram nos matos com medo de serem presos caso se mostrassem:

— Lá nos matos eles podiam caçar o suficiente. De fora não se via nada. Eles cozinhavam de noite para que não se visse a fumaça. Todos os meses, dois ou três visitavam suas famílias, para aconselhá-los na roça e pôr tudo em ordem. Pois em cada casa moravam duas famílias, para que tudo ficasse em ordem.

Seus piores dias eram os domingos, quando outros caçadores se embrenhavam nos matos. Aí eles desfaziam seu acampamento e, para que não fossem achados, tapavam-se com folhas. E cada um tomava um rumo diferente e caçava. Os cães fugiam deles por causa de seu cheiro de mato.

Os sete homens conheciam tão bem as redondezas, tanto de dia quanto de noite, que eles podiam desviar-se de tudo e de todos para não serem vistos. A barraca eles não deixavam muito tempo no mesmo lugar, só 8 a 14 dias. Depois eles mudavam de lugar, onde havia água. Lá eles ficavam por causa da saúde, pois mato verde e água fresca lhes conservava a saúde. Nenhum ficou doente.

Com os pássaros do mato eles fizeram amizade. Para onde iam e onde acampavam, eles eram a alegria dos pássaros. Lá os pássaros se reuniam e cantavam, assoviavam e chilreavam. Como eles se alegravam com os pássaros! Eles os deixavam em paz, de sorte que os pássaros chegavam bem perto para comer os restos de comida.

Os dois mais jovens dentre eles abandonaram o mato ao 3º ano. Aí os fugitivos procuraram dar outro rumo as suas vidas e foram para Vacaria, para a campanha. Lá eles começaram a trabalhar e casaram Jacó Noé e Pedro Arend. Os outros cinco ficaram sete anos no mato. Os últimos dois anos eles estiveram diversas vezes bem perto de suas famílias, onde eles armavam sua barraca.

No último ano eles não precisaram mais de barraca. Quando chovia eles dormiam em casa. Como os outros já haviam saído da cadeia, eles também saíram do mato.

jacqueline joner

Filmagens em Taquara: o máximo de autenticidade

O filme tomou conta da cidade

Há mais de 10 anos, falou-se em filmar a tragédia dos Muckers. *Os jornais chegaram a noticiar que Ingrid Bergmann faria o papel de Jacobina Maurer, depois não se tocou mais no assunto.*

Em setembro do ano passado, numa ensolarada manhã, dois jovens chegaram à tranqüila cidade de Sapiranga, de 20 mil habitantes, localizada a 60 quilômetros de Porto Alegre. Foram recebidos com frieza: além da barba grande, das camisetas e das máquinas que traziam a tiracolo, vinham falando num assunto quase proibido na cidade — vinham fazer um filme sobre os Muckers.

Mas, foi eles anunciarem que os atores do filme seriam escolhidos entre os moradores da cidade e tudo mudou. Mais de 300 pessoas se apresentaram para os testes, que selecionaram pouco mais de 100, para trabalhar ao lado dos quatro únicos profissionais contratados: Marlise Saueressig, no papel principal; José Lewgoy, Paulo César Pereio e Ricardo Hoepper.

Para os Diretores — Jorge Bodanzki, 35 anos, ex-fotógrafo do Jornal da Tarde *e da revista* Realidade *e o alemão Wolff Gauer — era a terceira experiência com atores improvisados. Antes fizeram* Iracema, *que trata da vida de uma prostituta na Amazônia, e* Citirana, *baseado na literatura de Cordel do Nordeste, ambos premiados na França, Alemanha, Itália e Bélgica e proibidos no Brasil.*

"Eles assumiram seus papéis com extrema facilidade", disse Bodanzki. "Bastava explicar uma vez como seria a cena e tudo saía perfeito".

Na verdade, isto é apenas amabilidade do diretor. Algumas cenas, com menos de dois minutos de duração, exigiram sete horas de filmagem. No fim, os atores convidados sentiam-se recompensados não pelo pagamento pouco régio — Cr$ 100,00 por cena — mas pela oportunidade de serem considerados astros, "não como de tevê, mas de cinema".

E, com tantos amadores, sobraram tumultos e confusões. A começar pela escolha dos participantes: a Secretaria de Turismo de Sapiranga sentiu-se ofendida por ter a sua Rainha das Rosas preterida para participar do filme. "No seu lugar, escolheram a mãe e uma irmã", queixava-se um assessor do prefeito Remi Jorge Zimmer, da Arena.

Um belo dia, um dos personagens mais importantes deixou de participar de uma cena porque não podia perder um casamento...

Carla Saueressig, 18 anos, que recebeu Cr$ 3 mil para ser a segunda principal atriz (prima da principal, Marlise, esta, atriz do teatro de Arena de Porto Alegre e também natural da região) saía-se muito bem nas filmagens mas não escapou da boataria, comum em cidade do interior. Correu de boca em boca a fofoca, às vezes mais ou menos apimentada, de que iria posar nua numa cena. A mãe, descendente de alemães, não pensou duas vezes quando soube da notícia: correu atrás de Bodanzki e Gauer, exigindo satisfações. Alívio: eles não confirmaram e juraram que era tudo intriga.

Ao tentar mudar um pouco a história dos Muckers *os diretores acabaram tendo prejuízos, numa cena que se tornou hilariante. Na história, a casa de Jacobina fora incendiada pelos soldados durante a batalha, mas eles resolveram explodi-la no filme. Triste escolha. Para a cena que seria a mais forte, foi contratado um uruguaio, técnico em explosivos, de nome Mendes.*

Ficou combinado que no momento da explosão um dos diretores gritaria por ele. A casa estava preparada, o silêncio era total — mas, inadvertidamente, um integrante da equipe de filmagens chegou ao local e berrou por ele: "Seu Mendes!". A casa foi aos ares, ninguém filmou.

Durante dois dias tentaram tudo para repetir a cena, houve outra explosão que também falhou. Alguém até sugeriu o uso de um tanque do 18º Regimento de Infantaria de São Leopoldo, mas acabaram optando pelo uso de três quilos de TNT. Voou tudo numa cena perfeita — mas, novamente, nada foi registrado... Optou-se, então, pelo possível: filmar os destroços.

Dificuldades técnicas à parte, Wolf e Bodanzki acharam que as pessoas da região enquadraram-se perfeitamente à idéia que tinham do filme, principalmente porque nestes 100 anos pouca coisa se alterou. "As casas ainda são da época, a paisagem é belíssima, todos os descendentes vivem ali, e o mesmo dialeto, o hunsrueck, *ainda é falado pelos filhos e netos de alemães", disse Wolf. Assim, apenas 10% do filme será falado em português — e assim mesmo apenas para se enquadrar à legislação brasileira, sob pena de o filme não ser considerado nacional.*

Segundo Bodanzki, "queremos a verdade, mas que ela parta daqueles que foram descendentes do episódio, pois eles podem contar e representar melhor do que ninguém o que aconteceu".

Agora, só esperam ter êxito comercial, evitando o fracasso dos filmes anteriores da dupla, Iracema e Citirana. *Wolf Gauer, alemão, 36 anos, é quem desabafa: "Estes filmes foram positivos do ponto de vista técnico, mas nossos bolsos ficaram vazios e tivemos de nos sujeitar a fazer documentários e comerciais nada dignificantes".*

Para filmar Os Muckers *eles receberam, além dos Cr$ 2.500 mil (dois terços doados pela tevê estatal alemã e o restante pela Embrafilme) todo o apoio das cidades onde filmaram as cenas (além de Sapiranga, mais Taquara, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí e Campo Bom). A Prefeitura de São Leopoldo ainda cedeu os veículos para transporte dos atores e da equipe, a de Sapiranga deu a gasolina e a de Taquara emprestou seu prédio histórico, bem conservado.*

Para isso, aliás, o prefeito Tito Lívio Jaeger foi convidado inclusive a fazer uma ponta. Ficou mais de seis horas sob um sol de quase 40 graus sem dizer uma palavra — seu papel exigia apenas que ficasse olhando com ar de espanto para a heroína Jacobina...

Ingrid: não passou da notícia

A verdadeira Jacobina, quando jovem

Marlise: Jacobina, um século depois

Jacaré nadando de costas

De pé atrás do palanque, o secretário da Saúde, Jair Soares, comentava a sucessão estadual no Rio Grande do Sul:

— **Olha, em rio que tem piranha, jacaré nada de costas.**

Em cima do palanque, os outros candidatos acotovelavam-se, procurando a melhor colocação para assistir à troca de comando do III Exército, no Parque Farroupilha em Porto Alegre, dia 12 de janeiro.

Ali, sob o forte calor e o mais longe possível dos eleitores tradicionais, se desenvolvia mais uma feroz e animada batalha desta guerra de bastidores que quase uma dezena de respeitáveis senhores vêm mantendo e na qual cada um dá o máximo de si para mostrar-se digno de. governar os gaúchos nos próximos quatro anos.

É uma guerra — ou como diz o líder da oposição, Pedro Simon, um "concurso de miss simpatia" — na qual pequenos detalhes podem ser decisivos. Ser amigo de um general, por exemplo, pode ser de incalculável valia especialmente se o homem estiver prestigiado. Os candidatos, pelo menos, acreditam seriamente nisso e não era por outra razão que faziam tanto esforço para ficarem próximos do novo comandante do III Exército, general Samuel Correia.

Se eles estão certos, naquele dia o vice-governador Amaral de Souza, quase ao lado do general, recebeu a maior cotação. Seguido de perto pelo ministro Arnaldo Prieto e o secretário de Desenvolvimento Regional, Otávio Germano. Mais atrás, mas bem destacado por ser o mais alto de todos, Nelson Marchezan, deputado federal e secretário geral da Arena, seguido do engenheiro Telmo Thompson Flores, ex-prefeito de Porto Alegre.

Fora do palanque, preocupado com as **piranhas,** Jair Soares.

Nem só de sutilezas, no entanto, se compõe esta guerrinha. Das pequenas intrigas aos relatórios com denúncias aos órgãos de segurança, vale tudo que implique se não em valorização própria, pelo menos em desgaste dos adversários.

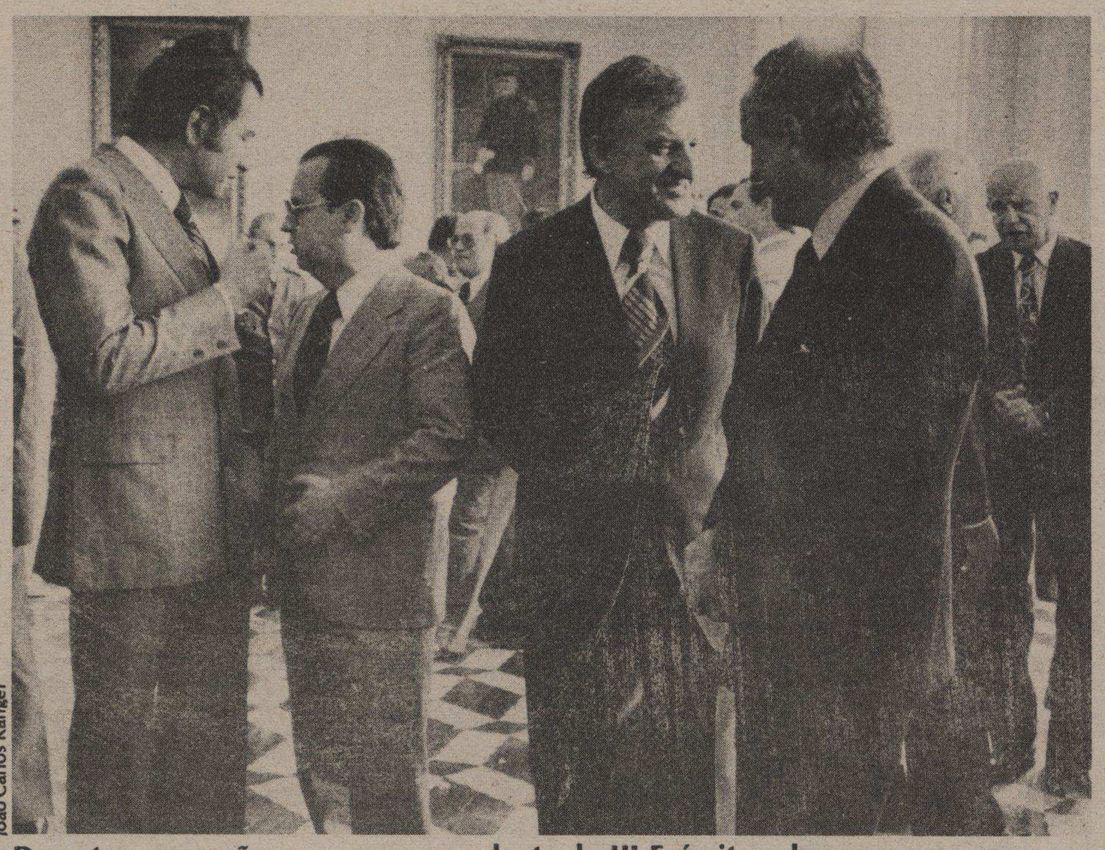
Já considerado o vencedor, Marchezan, é um dos que admite o desgaste que esta luta interna está provocando:

— **Estamos nos queimando uns aos outros, diz ele.**

Se depender do presidente regional da Arena, senador Tarso Dutra, a briga ainda vai longe. Ele afirma que a decisão sobre o futuro governador só será conhecida depois da convenção nacional do partido, provavelmente no início de abril.

Tarso vem lutando para que na hora de escolher o preferido, o presidente Geisel e seu sucessor João Batista Figueiredo, dêem alguma atenção à opinião das lideranças regionais. Ele reconhece, porém, que dificilmente uma opinião de Brasília possa ser contrariada.

— **Posso dizer que pretendemos uma solução democrática para escolha do futuro governador. Mais do que isso não falo. O resto deixo para a imaginação criadora da imprensa,** afirma Tarso.



João Carlos Rangel

Durante a recepção ao novo comandante do III Exército sobrou tempo para as "manobras" de Mardini, Amaral Germano e Prieto

Isso indica que apesar das frustrações anteriores, ele ainda tem esperanças de ver o partido com opinião própria. Em 1970 o coronel Euclides Triches foi indicado ao governo do estado pelo presidente Médici, durante um jantar. Seu sucessor, Guazzelli, foi surpresa, escolhido diretamente pelo presidente Geisel. Tarso espera que seja diferente desta vez.

GOVERNADOR

Se ainda acredita na independência, Tarso já desistiu de um outro sonho: ser governador. Com a saúde seriamente abalada ele ficou fora da luta que se preparava para travar pela quarta vez. Em 1966 perdeu na convenção do partido para Peracchi Barcellos e nos anos seguintes foi sempre preterido pelos presidentes da República.

Conta o folclore político regional que em 1974, quando Petrônio Portella lhe pediu que indicasse três nomes de possíveis candidatos ao governo do estado, ele teria dito: "Tarso, Tarso e Tarso". Outros nomes de candidatos foram sendo afastados com o tempo, com os dos diversos secretários de estado interessados e no final sobraram como mais prováveis: Marchezan, Prieto e Amaral de Souza.

Marchezan dizem os chamados analistas políticos é o que melhor condições reúne para atender as exigências para a indicação. Como se sabe, o novo governador terá de liderar a campanha arenista, a nível regional, nas eleições de novembro e deverá se encarregar de articular no estado o novo partido de sustentação do regime, que resultará da reforma partidária considerada inevitável. Para isto, Marchezan conta com o fato de ser o deputado federal gaúcho mais votado entre os arenistas e o de ter modernizado como secretário a administração nacional do partido governista, é conhecido como o "homem dos computadores". Some-se a isto a vantagem de ter livre trânsito na área militar. Uma das restrições ao seu nome seria a de que ainda é muito novo — o ex-governador Ildo Meneghetti tem esta opinião, ele o acha "inteligente demais" o que "nem sempre é bom".

A outra restrição é mais importante, Marchezan sempre foi um feroz inimigo do MDB e seu governo certamente não seria tão tranqüilo como o de Guazzelli, que em quatro anos manteve um convívio muito ameno com a maioria oposicionista. Num estado onde as perspectivas indicam nova vitória emedebista, este seria um problema grave para a indicação de Marchezan.

Apesar da vantagem, Marchezan não tem esquecido de golpear os concorrentes mais perigosos. No fim do mês passado surpreendeu os repórteres políticos saindo em defesa da honestidade do Ministro do Trabalho:

— Pelo amor de Deus, já estão dizendo que sou eu o responsável pela campanha das mordomias contra o Prieto. Isto não é verdade.

Assim, sem que ninguém tivesse pedido, ele relembrou o ponto vulnerável da candidatura do Ministro — as denúncias contra os gastos excessivos feitos por Prieto para abastecer a sua dispensa, publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1976. Dias depois, entendendo a orientação, o líder da bancada arenista na Assembléia, Hugo Mardini que apóia Marchezan, divulgou uma nota em que chamava o ministro de um "homem probo e honesto", talvez porque a imprensa gaúcha estivesse muito tímida para relembrar o episódio.

Mardini não ficaria aí. Dias depois revelou aos repórteres o resultado de uma *pesquisa* em que 20 entre os 23 deputados estaduais da Arena manifestavam restrições à indicação do Ministro. Pendentemente, pediu para não aparecer como fonte.

Outra surpresa estava reservada aos repórteres políticos quando da chegada do engenheiro Thompson Flores a Porto Alegre no mês passado. Ainda no aeroporto ele desmentiu que tivesse desistido de sua candidatura, só que até aquele momento ninguém sabia que ela estava oficializada.

Artimanhas à parte, somente uma transformação radical no quadro eleitoral afastaria Marchezan do Piratini. Há quem tenha ouvido do ministro Calmon de Sá cumprimentos ao secretário nacional da Arena, na base do "como vai, governador?", na reunião que decidiu a suspensão do confisco cambial da soja. E o empresário Sheun Ming Ling, presidente da fábrica de óleos Olvebra, com seu inconfundível sotaque oriental, ao cumprimentar Marchezan no final da solenidade de troca do comando do III Exército, comentou: "Governador, não esqueça que eu sou o maior pagador de ICM do estado".

Fora da questão do governador, a maior expectativa é em saber quem vai "entrar na fria", como explica um líder arenista. Ou seja, concorrer ao Senado na direta, contra o hoje considerado imbatível Pedro Simon. O melhor nome que a Arena tinha era o de Guazzelli, mas apesar de apelos dramáticos feitos por vários setores do partido, o governador já deixou claro que não pretende concorrer. Meio irritado com as pressões ele diz que tem "uma missão a cumprir. Terminar meu mandato até o fim. Ninguém vai decidir por mim".

Então quem vai na direta? É certo que a Arena irá utilizar pelo menos três sublegendas, procurando reunir nomes capazes de sensibilizar diferentes setores da sociedade. Para que, na soma, possa derrotar o candidato ou candidatos do MDB. Neste caso as prováveis vítimas, ou melhor, candidatos, receberiam antecipadamente a promessa de um bom cargo no governo Figueiredo. Na página seguinte **analisamos a posição relativa de cada um dos candidatáveis.**

ASSINE

coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 ☐

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

A lista e o prêmio provável de cada um

Uma lista de nomes da Arena gaúcha foi entregue ao presidente Geisel pelo senador Tarso Dutra, presidente regional do partido governista, no dia 31 de janeiro. Dias mais tarde foi incluído um último nome, o do general Gastão Pereira dos Santos. Desta lista deverão sair o futuro governador gaúcho, senadores (biônico e candidato à direta) e outros candidatáveis a cargos de nível federal, como ministérios, direção de empresas paraestatais etc. Estes são os gaúchos que deverão ser premiados com prioridade no governo Figueiredo.

ARNALDO PRIETO

— Ministro do Trabalho. Estava sendo carinhosamente preparado pelo sistema para suceder a Guazzelli até o chamado "episódio das mordomias". A partir daí tudo se complicou. Recentemente um deputado da Arena gaúcha dizia na Assembléia: "Vocês já imaginaram se eles botam o Prieto lá? Nós vamos passar quatro anos explicando como é que ele come 250 quilos de carne por mês". Apesar de tudo pode ser indicado para o governo do estado. Em democracia relativa é assim.

TELMO THOMPSON FLORES

— Presidente da Eletrosul e ex-prefeito de Porto Alegre. O grande problema é que não é "bom de voto", mas é considerado um dos bons administradores surgidos depois de 64. Tem chances de assumir a presidência da Eletrobrás, no lugar de Antônio Carlos Magalhães — provável futuro governador da Bahia. Antes, pode engrossar os votos da Arena, concorrendo numa sublegenda para o Senado. Está jogando alto.

HUGO MARDINI

— Deputado estadual, líder da bancada arenista na Assembléia. Sempre apostou no **endurecimento** cada vez maior do regime. Com a abertura, sua surpreendente ascenção política foi interrompida. Terá de adiar planos mais ambiciosos que tinha. Contenta-se com a suplência biônica no Senado ou com o cargo de vice-governador, mas pode até acabar numa sublegenda na direta para o Senado.

TARSO DUTRA

— Senador, presidente do Diretório Regional da Arena. É quase certa sua indicação para a vaga biônica no Senado. Teve problemas de saúde no ano passado que o impedem de enfrentar um mandato executivo ou uma campanha eleitoral. Logo depois do **pacote de abril,** num rasgo democrático, disse que não aceitaria a indicação indireta. Hoje mudou de tom, acha que a convenção deve decidir tudo. É uma perda importante para a campanha arenista, pois é o melhor de voto do partido.

CELESTINO GOULART

— Deputado estadual, líder do governo na Assembléia. Leva uma vantagem sobre todos os demais. Tem grandes amizades e prestígio no MDB gaúcho. Detalhe muito importante num estado em que o governador provavelmente terá de conviver com uma maioria oposicionista na Assembléia. Foi um dos responsáveis pela **calmaria** no governo Guazzelli. Está correndo por fora, mas é nome que cresce a cada dia que passa.

JAIR SOARES

— Secretário da Saúde e dentista do general Figueiredo. É chamado de **garoto de ouro** pelo futuro presidente da República. Nunca participou de processos eleitorais — é mais um dos que apareceram com a democracia relativa. Como administrador, méritos à parte, é incrivelmente dinâmico. Tem um bom *marketing,* vai subir na carreira, provavelmente será o Ministro da Saúde. Para o governo do estado, só se der zebra.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES

— Empresário e ex-Ministro da Indústria e Comércio no governo Médici. Dentro da idéia de reabilitar os **mortos** pelo chamado milagre econômico — vide Delfim em São Paulo — ele deverá ser premiado com alguma coisa. É outro tecnocrata que se diz convertido à política na hora da abertura. No governo do estado é zebra, só tem prestígio na área empresarial.

PAULO VELLINHO

— Empresário, diretor do Grupo Springer-Admiral. É uma espécie de empresário liberal esclarecido. Sua carreira na iniciativa privada é notada em Brasília. Agora talvez tenha chegado a hora de satisfazer um velho desejo: fazer carreira política. Nunca escondeu sua simpatia pelo cargo de Ministro da Indústria e Comércio. Pode concorrer à Câmara Federal.

NELSON MARCHEZAN

— Provavelmente será o homem (governador). Tem grande prestígio nas áreas militar e civil, é **bom de voto** e parece ter todas as cartas na mão. Votar a gente não vota mesmo, mas quem gosta de apostar no ganhador, pode jogar firme nele. Seu reduto eleitoral é a cidade de Santa Maria (quarta do estado). Era deputado estadual quando, em 1966, foi indicado para ser o Secretário do Trabalho no governo Triches. Ali mobilizou um esquema eleitoral que o levou à Câmara Federal em 1974, como o mais votado da Arena. Em sèguida foi indicado para ser o Secretário Nacional da Arena.

OTÁVIO GERMANO

— Secretário de Desenvolvimento e Obras Públicas. **Bom de voto,** tem muito prestígio regional, mas é pouco conhecido em Brasília. Talvez tenha de fazer o sacrifício de perder as eleições, concorrendo em uma sublegenda para o Senado. Depois ganha um cargo qualquer como prêmio. O que ele quer mesmo é ser governador e esperar os outros se desgastarem. Mas está difícil.

ROMEU RAMOS

— Secretário da Justiça. Ao contrário de Otávio Germano, tem prestígio em Brasília, mas é desconhecido no Rio Grande. É carta fora do baralho, mas está na lista. E se os dois eleitores quiserem pode dar ele.

AMARAL DE SOUZA

— Vice-governador. Nas listas tradicionais para o governo do estado está em terceiro lugar. Tem prestígio na área militar e estaria usando isto. Dizem que fêz dossiê contra os outros candidatos. Aliás esta fixação por papéis poderá lhe prejudicar, ainda mais num estado traumatizado por escândalos do tipo adubo-papel, trigo-papel etc. Não tem carisma, mas é relativamente "bom de voto". Está meio difícil mas não é zebra.

ALBERTO HOFFMANN

— Deputado federal. Ex-integralista, é um nome até certo ponto estranho na lista. Mas um observador mais atento notaria que é um dos arenistas que mais conhece os problemas agrícolas. Ora, isto pode ser importante quando se sabe que o general Figueiredo pretende adotar um modelo de desenvolvimento basicamente agrícola. Mas é zebrão.

GASTÃO PEREIRA DOS SANTOS

— General e irmão do atual vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. Na verdade é o único candidato lançado desde as bases eleitorais. É um intransigente defensor dos ruralistas gaúchos e por isto foi lançado por 10 deles, no início de fevereiro, como candidato ao governo do estado. As chances são mínimas.

SINVAL GUAZZELLI

— Governador. Só perde para o Tarso em voto. Mas está resistindo a todas as pressões para que concorra ao Senado na direta contra Pedro Simon, afinal não é bobo de entrar nesta. Sai do governo como um político brilhante, mas como um administrador discutível. Foi um governo pobre de realizações. Não se pode esquecer, no entanto, o esvaziamento do poder dos governadores. Depois de terminar seu mandato deve ser **premiado.** Já falaram até em Ministério da Agricultura, mas é pouco provável.

CARLOS ALBERTO CHIARELLI

— Secretário do Trabalho e Ação Social. Não disputa os cargos principais, mas se conseguir boa votação para deputado federal é candidato ao Ministério do Trabalho. Tem prestígio internacional nesta área e contribui na elaboração da nova CLT. Para se eleger mobilizou o melhor esquema eleitoral do estado, a Secretaria do Trabalho, que já levou Marchezan à Câmara Federal.

CONTINENTAL,

RÁDIO EM FREQÜÊNCIA LIBERAL

SOM PURO NOS 1120

A Central de Serviços da Coojornal está à venda

Compre os serviços da Coojornal.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais jornalistas-associados de todos os setores de imprensa.
Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do Estado para a produção gráfica e jornalística.
É uma experiência com mais de 4 anos e quase trinta clientes.
Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de boletins de empresas e entidades classistas.
Edição de revistas, livros, jornais, anais e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.
Agência de notícias, pronta para cobrir todo o RS, atendendo pautas de todas as áreas, através de notícias, reportagens, entrevistas, etc.

Serviços gráficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária. Coberturas. Arquivo a cores e P&B. Audiovisuais.
Estúdio de arte, com equipe de artistas gráficos entre os mais conhecidos profissionais desenhistas. Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc. Charges, cartuns e ilustrações. Programação visual.
Diagramação para criação e execução de projetos para qualquer tipo de publicação.

Serviços industriais
Fotocomposição. Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos e funcionários habilitados para trabalhos jornalísticos e publicitários. Revisão.
Fotolitagem: Completa unidade preparada para atender à necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.
A Coojornal aceita solicitações avulsas, periódicas, contratos e a prestação total ou parcial dos serviços acima citados.
Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições. Peça referências a respeito da qualidade gráfica e editorial dos nossos serviços.
A Central de Serviços está à venda. Aproveite.

cooJORNAL®
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 —Telex (051)1605
90000 —Porto Alegre —RS

A censura se retira em silêncio

O Governo pretende acabar com a censura à imprensa, mas não quer que se fale nisso. Esta foi a impressão colhida junto aos funcionários que assessoram o presidente da República, no Palácio do Planalto, a respeito da intenção governamental de suspender a censura aos jornais *Movimento, Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*. O funcionário entende que "quanto mais se falar no assunto, mais difícil será eliminar os últimos resquícios da censura".

O debate sobre a eliminação da censura ocupou as primeiras páginas dos jornais na primeira quinzena deste mês, quando foi noticiada a liberação do filme *Laranja Mecânica* que fora proibido durante a administração do presidente Médici. Posteriormente, o jornalista Villas Boas Corrêa divulgou a informação de que a Censura Federal havia suspendido os seus regulares telefonemas para as estações de rádio e televisão, contendo a relação de temas proibidos de serem noticiados. A auspiciosa notícia não obteve, porém, confirmação oficial. O porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Toledo Camargo, perguntado pelos jornalistas, limitou-se a dizer: "Deus queira que a notícia seja verdadeira."

Mas, como neste país "o futuro a Deus pertence", as súplicas ao criador, saídas da boca do porta-voz oficial do presidente da República, foram vistas pelos jornalistas como um sintoma de que o Governo cogita, em silêncio, em suspender a censura política aos órgãos de imprensa. Mas as autoridades não pretendem oficializar o fim da censura. Não só porque ela foi instituída de maneira não oficial, como também porque confirmar que a censura vai acabar, é reconhecer que ela estava sendo feita, em muitos casos, na surdina. Na maioria das vezes, com um simples telefonema à redação dos órgãos de imprensa.

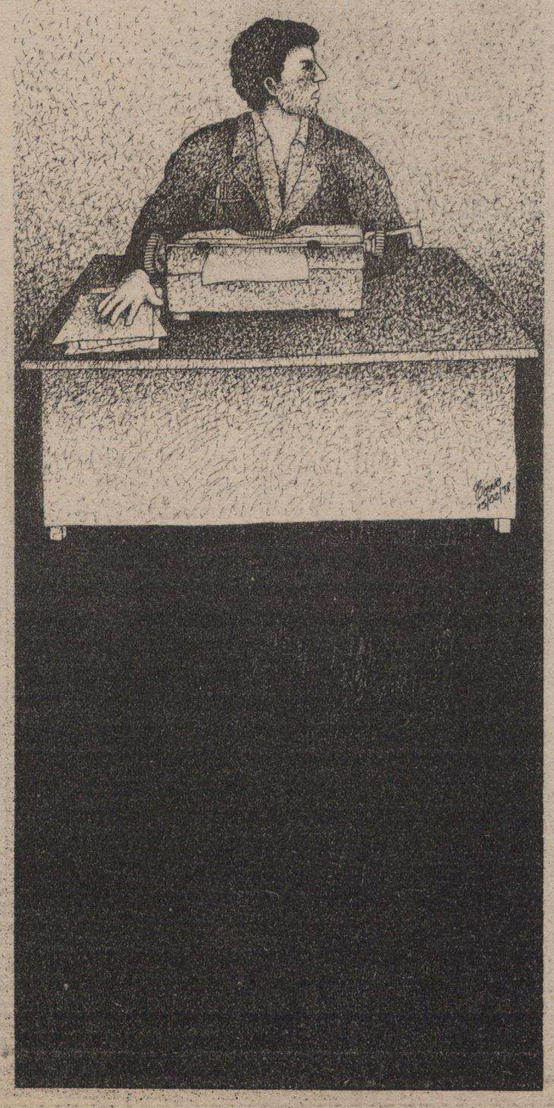
Para os funcionários governamentais, porém, a explicação é outra. "O debate que a censura vai acabar, representa uma forma de pressão", afirma o funcionário ouvido em Brasília. E complementa: "E este governo já provou que não age sob pressão". Para ele, o melhor que se faz para acabar com a censura é não falar nela e esperar que o governo venha a eliminá-la.

QUEM TEM MEDO?

"Não vemos nenhum motivo para que alguém tenha medo do que escrevemos no jornal. Não vemos razão para censura", disse em São Paulo o cardeal arcebispo Paulo Evaristo Arns, que está à frente do jornal *O São Paulo*, da Igreja Católica, sob censura há quase dois anos. De certo modo, é a mesma manifestação de Raimundo Rodrigues Pereira, diretor de *Movimento*, que em artigo que publicamos a seguir analisa a atuação da censura (Raimundo Pereira, que antes esteve em *Opinião*, é um dos jornalista brasileiros há mais tempo sob censura).

No Rio, o jornalista Hélio Fernandes, diretor do outro jornal sob censura prévia, a *Tribuna da Imprensa*, evitou por todos os meios falar sobre o assunto. A *Tribuna* é o jornal que há mais tempo está sob censura e Hélio Fernandes até há pouco fazia sucessivas denúncias sobre o material censurado. A mudança de atitude pode ser interpretada como sinal de que a *Tribuna* esteja negociando o afastamento dos censores.

Nos últimos nove anos, durante os quais vários jornais conviveram com a incômoda presença dos censores nas redações, foram tentadas todas as formas legais para afastá-los. Em vão. A última tentativa é de *O São Paulo* — 15 mil exemplares, vendidos nas igrejas e enviados às arquidioceses paulistas — que no ano passado, através da Fundação Metropolitana de São Paulo, que o mantém, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. O mandado é contra atos do presidente da República, do ministro da Justiça e do diretor geral do Departamento de Polícia Federal, sobre "a ilegalidade, o desregramento, o desrespeito e a irreverência que caracterizaram sempre a atividade dos censores". Ainda não foi julgado.



Catorze anos de arrocho à imprensa

A Imprensa Brasileira após 64: um Pequeno Estudo. Sob este título o professor Sebastião Geraldo Breguez, do Centro de Estudos de Comunicação Social da Universidade Federal de Belo Horizonte, apresentou um extenso trabalho na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Brasília em 1976. O trabalho começa com um breve histórico sobre a censura à imprensa no primeiro governo de Getúlio Vargas. Depois procura mostrar como se estabeleceu o relacionamento dos governos militares com a imprensa — alterando sucessivamente a legislação para se permitir limitar ou intimidar a liberdade de expressão nos jornais, no rádio e na televisão. A seguir, um resumo do trabalho de Sebastião Geraldo Breguez:

A Constituição ditatorial de 10 de novembro de 1937 especificava a sua preocupação em "assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à honra, a sua independência e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias a sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade". Sob essa alegação, exterminava-se a liberdade de imprensa.

Foi então criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que representava um aperfeiçoamento do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), criado em 1931. Nesse período só poderiam ser organizadas empresas jornalísticas que tivessem registro prévio no DIP. Quer dizer, só existiriam jornais que estivessem alinhados com o Governo. E, apurou-se depois, a partir de 1940, que 420 jornais e 346 revistas não conseguiram esse registro prévio. Além disso, os jornais que tentaram manter-se numa posição de independência e crítica, tiveram a licença para comprar papel, cassada. Foi assim que o governo de Getúlio Vargas tirou 61 jornais e revistas de circulação. Em 1946, com a promulgação da Constituição, foi restaurada a legislação de 1944 e desaparecem os organismos defensores do Estado Novo.

Curiosamente, a lei de imprensa mais liberal também conviveu com Getúlio Vargas, sancionada em 1953, um ano antes do seu suicídio. Ela possibilitou um amplo debate pelos jornais do segundo governo de Vargas, que Thomas Skidmore refere no livro *Brasil: de Getúlio a Castelo* (Paz e Terra, Rio, 1975):

— *A oposição exercida pela UDN era sustentada pela maioria da imprensa, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O renomado* **O Estado de S. Paulo**, *por exemplo, era um feroz oponente de Vargas. Duas organizações jornalísticas, de âmbito nacional,* **O Globo** *e os* **Diários Associados**, *também eram pilares do antigetulismo. Desde a eleição de Getúlio seus oponentes procuraram um tema sobre o qual basear toda a campanha oposicionista. Em 1953, concentram seu fogo na "corrupção" que envolveu a fundação do jornal pró-Getúlio, Última Hora.*

Com o golpe militar de 1964 vieram mudanças radicais em relação à imprensa e à livre veiculação de pensamento, idéias e informações. O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, embora não se referisse à liberdade de pensamento de maneira aberta, já deixava implícito alguns pontos. Já o AI-2, de 27 de outubro de 1965, haveria de ser explícito quanto às questões referentes à imprensa. Um exemplo: em seu artigo 24, retirou do júri a competência para o julgamento dos abusos da imprensa e aumentou o prazo de prescrição das ações penais. Também em seu artigo 12, alterou a última alínea do parágrafo 5º do artigo 141 da Constituição: "Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça e de classe". Mas não definiu o que era subversão, ficando a cargo do governo a qualificação do fato ou questão.

Outro exemplo: este Ato definiu a situação dos cassados, proibindo-lhes "manifestação sobre assunto de natureza política". Se o crime fosse praticado por

meio de imprensa, rádio ou televisão, o responsável pelo órgão de divulgação seria julgado e processado, incorrendo na mesma pena do cassado, além de uma multa. A Constituição de 1967 reafirmou quase todas essas disposições e, criando um novo aspecto, vedava aos estrangeiros a propriedade de empresas jornalísticas, disposição que seria casuísticamente alterada pouco tempo depois.

A 9 de fevereiro de 1967 foi assinada lei 5.250, que acabou com a Lei de Imprensa de 1953 e trouxe inúmeras inovações. Poucos dias depois, entretando, Castelo Branco baixou decreto e alterou um artigo da nova lei, pelo qual dava oportunidade aos estrangeiros de serem proprietários de empresas jornalísticas e nelas exercerem a orientação intelectual, "no caso de a empresa se dedicar a publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas". Assim dava-se margem à participação mais explícita do capital estrangeiro e do próprio estrangeiro na imprensa brasileira.

Depois veio a Lei de Segurança Nacional, que buscava controlar abusos de imprensa, divulgação de notícias falsas capazes de pôr em perigo o "nome, autoridade e crédito ou prestígio do País". Além de prever ofensas ao presidente da República, incitação à guerra, à subversão da ordem, à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as Forças Armadas, à luta entre classes, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou à discriminação racial, propaganda subversiva, incitamento à prática de crimes contra a segurança pública, etc.

Já existem leis. Mas foi com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que a censura reapareceu de forma aberta e definitiva, mantendo-se até hoje. O Ministério da Justiça, através da Polícia Federal incumbia-se da censura sem qualquer critério. Quando foi questionada a legalidade da censura, no governo Emílio Médici, soube-se que ela estava sendo feita com base no Ato 5.

Depois vieram outros decretos. Em 26 de janeiro de 1970 o presidente Médici baixou o decreto-lei 1.077, que visa a reprimir as publicações obscenas. Posteriormente surgiu a censura prévia, pela portaria 11-B do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que teria sido instituída para reprimir "as obscenidades" do jornal *O Pasquim*. Nos anos seguintes, além de jornais e revistas sob censura prévia, a proibição de notícias era feita por agentes policiais enviados às redações dos jornais e até pelo telefone, o que era prática comum para rádio e televisão.

É deste período também um registro histórico da censura à imprensa no Brasil, quando a Polícia Federal chegou a prender todo o Conselho de Redação do semanário *O Pasquim*.

"A quem interessa a censura?"

Nos últimos tempos tem aumentado o número de pessoas que me perguntam o que acho das notícias que anunciam o fim próximo da censura à imprensa. Costumo dizer duas coisas: 1) que não só desejamos ardentemente o fim da censura como estamos dispostos a ajudar todas as pessoas que estejam sinceramente empenhadas em acabar com ela; 2) que, infelizmente, não temos razões para otimismo diante dessas notícias, pois que já as ouvimos mais de uma vez todos os anos, ao longo dos últimos quatro anos. Quando o general Ernesto Geisel estava no Largo da Misericórdia preparando-se para assumir o governo, no final de 1973, seus assessores mais credenciados, atuando de forma evidentemente pré-estabelecida pelo futuro presidente, proclamaram a diversos interlocutores escolhidos que a censura iria acabar. Infelizmente, há mais de quatro anos, o que vêm acabando são os jornais submetidos à censura e pressões prolongadas, como é o caso do semanário *Opinião;* a censura, não.

A quem interessa a censura? Será que a censura não se mantém apenas como o capricho de um ou outro general? Será que, no geral, não serve a interesses mais gerais de ninguém? Certamente a censura não interessa a nenhuma das correntes democráticas que hoje lutam no País pelo estabelecimento de um regime de amplas liberdades políticas. E é certo também que estas correntes representam a maioria esmagadora da população brasileira, os 99% de pessoas que desejam o fim do regime político autocrático, apoiado na força policial e militar e que não se beneficiam do modelo sócio-econômico voltado para a defesa do 1% de latifundiários e grandes grupos monopolistas, especialmente estrangeiros. Acredito que, no momento atual, até mesmo setores de classes sociais beneficiárias dete modelo econômico — como a dos latifundiários e dos grandes capitalistas — têm considerado a necessidade de pôr um fim à censura prévia. Restam, no entanto, grupos poderosos interessados em mantê-la. Para identificá-los basta ver a quem a censura protegeu durante todos esses anos. Neste sentido, a censura foi o principal instrumento para ocultar da opinião democrática do país as bárbaras violações de direitos humanos que dezenas e dezenas de relatos repetem que foram cometidas nas prisões políticas brasileiras nos últimos anos; a censura foi o principal instrumento para preservar de toda crítica as castas profissionais de comando das atividades de segurança; a censura tem sido também instrumento de defesa do capital estrangeiro e do capital

eneida serrano

Raimundo: sem razão para otimismo

financeiro mais espoliador. No nosso número da semana passada, por exemplo, não pudemos publicar a história do milionário americano Daniel Ludwig, figura extremamente bem relacionada com altas autoridades desta assim chamada República, não pudemos publicar a denúncia de tortura do economista seqüestrado em Curitiba, entre outras coisas. Quem vai-se levantar em defesa da censura e quem a mantém no momento, são exatamente esses interesses.

Freqüentemente também, nos últimos tempos, tenho ouvido dizer que o quadro da liberdade de imprensa no país hoje é o de uma ampla liberdade e para praticamente todos os jornais, salvo um ou outro que ainda permanece sob censura. Discordo frontalmente dessa opinião. É certo que ela tem um aspecto verdadeiro: não só todos os jornais políticos das grandes empresas estão sem censura como há dezenas de pequenos jornais como *Movimento* que surgiram recentemente e que não têm censura. Mas essa observação não encerra todo o problema e nem constitui o seu aspecto principal: em primeiro lugar, todo o jornalismo político da televisão, tanto noticioso, como optativo, está sob censura feroz — qualquer acontecimento político mais crítico é proibido para rádio e tevê, os partidos políticos estão banidos dos instrumentos de difusão que poderiam atingir dezenas de milhões de brasileiros; em segundo lugar, não se pode julgar a censura excluindo do quadro de análise as suas vítimas — se existem poucos jornais censurados é porque dezenas já foram destruídos pela censura neste seu trabalho metódico de destruição que vem desde 1964 e já extinguiu jornais representativos de empresários nacionais, de estudantes, de correntes intelectuais, de camponeses, de proletários, de organizações pequeno-burguesas. Onde estão *Opinião, Debate e Crítica, Argumento, Reunião, A Folha da Semana,* a *Última Hora* de sua fase nacionalista, o *Pif-Paf, Brasil-Urgente, O Semanário, A Voz Operária,* a *Classe Operária, O Panfleto, Ligas?* São todas elas publicações que estavam nas bancas dias antes do movimento militar de março de 1964 ou se formaram depois, mas de qualquer forma foram destruídas pela ação direta ou indireta da censura. O que existe de fato então é um quadro de uma liberdade de imprensa muito restrita, convivendo com a falta de liberdade de informação para as mais amplas faixas da população.

Quando digo que, em relação à censura estamos dispostos a ajudar de forma efetiva apenas aqueles que de boa fé e por ações concretas se disponham a acabar com a censura, não estou querendo estabelecer restrições excessivas. Apenas não queremos contribuir para confundir a opinião democrática do país, nem dar crédito a pessoas que estão empenhadas em causar confusão e são empedernidos antidemocratas. Acredito que existam pessoas sinceramente convencidas que a censura em nosso jornal por exemplo, ou em *O São Paulo, A Tribuna de Imprensa,* se mantém porque tentamos publicar coisas terríveis, perigosas para "a segurança nacional", ou coisa que o valha. Gostaríamos de que essas pessoas procurassem se inteirar do conteúdo do material que é vetado em nosso jornal toda semana, quase sempre mais que uma centena de laudas, duas ou três dezenas de artigos ou matérias. Oferecemos o nosso relatório de censura semanal e os nossos arquivos para todos aqueles que queiram com sinceridade contribuir para que a censura acabe.

Recentemente a Polícia Federal contratou os serviços da *Rand Corporation* para organizar seus arquivos, onde são depositadas e classificadas cerca de 400 laudas nossas por semana; gostaríamos de que a Polícia Federal distribuísse os nossos artigos para que a opinião pública ou entidades reconhecidamente democráticas, como a ABI, a OAB, a CNBB, as associações de professores e estudantes pudessem opinar sobre sua conveniência ou não, sobre seu caráter atentatório ou não à segurança nacional.

O que é preciso acabar, o mais rapidamente possível, e para o bem de toda a opinião democrática do país, é com a censura prévia, decretada de modo arbitrário por uma pessoa, e realizada de modo igualmente arbitrário por um punhado de policiais.

Raimundo Rodrigues Pereira

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Muitas vezes, na urgência de fazer uma boa matéria que necessite detalhes da vida no sul não há para quem apelar. E quando é preciso uma matéria especial? Bom, aí a coisa fica mais difícil ainda. Com pressas ou sem, não se acanhe: a Agência de Notícias Coojornal está aqui para isso mesmo, à disposição de jornais, revistas e publicações diversas, especializadas ou não. Ela foi criada dentro da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como uma ampliação da sua área de serviços, para fornecer notícias, reportagens, entrevistas, material fotográfico, cartuns e ilustrações. Além de coberturas completas dentro e fora do Rio Grande. Ligue para nossos telefones (24-0951 e 21-8984) ou para nosso telex (051-1605), para uma consulta. Ou escreva para Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS. E para nos conhecer melhor.

coojornal®

assine

versus

Faça sua assinatura anual de Versus por Cr$ 150,00. Você receberá 12 números do jornal e mais nossas edições especiais. Se você conseguir três assinaturas terá direito ao nosso livro «Paulo Pontes — A Arte da Resistência», ou o Livrão de Quadrinhos. Ou ainda o livro de poemas de Cesar Vallejo. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda, R. Capote Valente, 376 — Pinheiros, São Paulo — SP, CEP 05.410.

NOME .....

RUA .....

BAIRRO ..... CEP .....

CIDADE ..... ESTADO .....

PROFISSÃO .....

OBSERVAÇÕES .....

Burocracia a serviço dos patrões

No final de dezembro, a repórter Beatriz da Rosa colheu a informação de que um grupo de firmas da construção civil estava adotando práticas ilícitas para enganar seus empregados, burlando as leis trabalhistas.

O fato está longe de ser excepcional, mas ao buscar sua confirmação, Beatriz acabou se enredando num emaranhado de burocracia e negligência, bastante esclarecedor para quem acha que a simples existência de leis e de órgãos oficiais de fiscalização é suficiente para defender os interesses dos mais fracos. Esta é a história:

"Entre outras ilegalidades, a Metalcon Empreiteira de Obras Ltda., a Metalcon Construções Metálicas Ltda., em Alvorada, e a Administradora Bordini Ltda. (imobiliária, que está sendo negociada a outro grupo), todas pertencentes ao uruguaio Jorge Angel Arcajo Aquino, fazem seus novos empregados assinar em branco, no momento da admissão, um recibo de rescisão do contrato de trabalho.

Quando depois de um tempo o empregado sai da empresa ou é demitido o que ele tem a receber (em geral, os dias trabalhados, férias, 13º, FGTS, etc.) o proprietário, Jorge Aquino, manda que seja preenchido a lápis um novo recibo de rescisão, através do qual o operário sempre recebe a metade do que realmente tem direito.

Sem orientação e incapaz de compreender os registros ou de conferir os cálculos, o trabalhador assina o novo documento. Depois, Jorge Aquino determina que, nos recibos que haviam sido assinados em branco no momento da admissão do empregado, sejam datilografados os valores corretos, eliminando o recibo comprometedor, preenchido a lápis e assinado pelo empregado. Então, é só esperar que o funcionário reclame na Justiça do Trabalho, onde o recibo de rescisão corretamente preenchido e quitado será prova inequívoca das razões do empregador.

Outro artifício irregular há pouco concebido pela Metalcon visa lesar o INPS: a empresa obriga o empregado que trabalha horas extras a assinar um recibo precário, de modo que esses valores não figurem na folha de pagamento — com o que ficam excluídos dos recolhimentos ao INPS.

Com base nestas informações, nossa repórter entrou em contato com o delegado do Trabalho, Celito de Grandi, no dia 26 de dezembro do ano passado, para ver se a DRT tinha conhecimento destes fatos, se eram procedentes, quantos funcionários tinham reclamado e se já havia sido realizada uma fiscalização nestas empresas. De Grandi prometeu verificar junto ao setor de Inspeção, para obter as informações e pediu à repórter para voltar no dia seguinte, às 17h. Na data marcada, enquanto a repórter ouvia o delegado, uma equipe de inspetores realizava a fiscalização nas empresas.

No dia 28, o próprio de Grandi leu para a repórter o relatório apresentado pelos inspetores, que indicava a constatação de apenas uma irregularidade — a não fixação do quadro de horário de trabalho numa das empresas, a Administradora Bordini Ltda. — e estipulava um prazo de três dias para a empresa regularizar a situação. Por isso, foi lavrado um auto de infração.

Quanto aos recibos de contrato de rescisão assinados em branco — a denúncia mais grave — não foram encontrados, apresentando "aparente legalidade"os recibos localizados e demais documentos, segundo o relatório de inspeção.

Naquele dia, os funcionários da Metalcon estavam indignados com a Fiscalização do Ministério do Trabalho. Eles estavam revoltados com o modo como os inspetores da DRT haviam atuado na empresa:

— O inspetor sentou-se numa cadeira e limitou-se a pedir a papelada de alguns funcionários. Parecia mais uma visita de cortesia que uma inspeção.

No dia 29, Beatriz da Rosa voltou ao gabinete do delegado do Trabalho para relatar-lhe a nova situação. Celito de Grandi, então, garantiu que haveria uma segunda fiscalização, que seria realizada no dia seguinte, e prometeu apresentar o segundo relatório.

O segundo relatório, com a data da segunda fiscalização, 30 de dezembro de 1977, redigido pelo inspetor Bruno Inácio Braun, da DRT, diz:

"Complementando diligência realizada no dia 27 do corrente, nas empresas Administradora Bordini Ltda. e Metalcon Empreiteira de Obras Ltda., localizadas na Rua Coronel Bordini, 156, n/capital, comparecemos hoje acompanhados, por determinação do Sr. Diretor da DPT (Divisão de Proteção ao Trabalho) dos inspetores José Cláudio M. Gomes e Luiz Francisco Baldo, às 9h30min no local referido. Desta diligência, informamos o seguinte:

1) que, apesar de notificado, a empresa Metalcon não mantinha fichas de Registro de Empregados com as anotações exigidas por lei. Em vista disso, foi lavrado o AI nº 01797, infração prevista no artigo 74 parágrafo 1º da CLT.

2) que continuando o exame dessas fichas, constatou-se também que duas fichas apresentavam, ao que tudo indica, data de admissão diversa da verdadeira, comprovação feita através de bilhetes do mestre de obras dirigidos à administração da empresa. Tal fato constitui crime de falsidade, previsto no artigo 49, V, da CLT.

3) que foram localizados vários documentos de identificação pessoal, tais como, título de eleitor, certificado de reservista, certidão de nascimento, em poder do empregador, o que em tese constitui contravenção penal, prevista na lei nº 5.553 de 06.12.68.

4) que examinando a documentação relativa aos empregados, constatamos a existência de 10 (dez) recibos de rescisão de contrato de trabalho assinados pelos empregados e não preenchidos (em branco), o que constitui crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (artigo 203 do Código Penal Brasileiro). Os empregados, cujos recibos localizamos, são os seguintes: Vilmar Rodrigues, Arno Marli Dias Diniz, Nemias Soares Nunes, Floros-valdo Messina Ramos, José Pedro Luz Lima, José Nunes Pereira, Darci M. Silva, Isamil da Silva Souza, Cledi Rodrigues Souza, Altamiro dos Santos Reis."

Neste item, o relatório faz menção ao empregado Valdir Luiz Tassoni, que no próprio dia da inspeção receberia pela rescisão de seu contrato, Cr$ 800,00, quando na realidade a empresa lhe devia Cr$ 2.224,00.

5) "que, segundo declarações dos administradores, a empresa não possui Livro Caixa e o Livro Diário encontrava-se desatualizado e fora do local de trabalho. Os referidos livros foram requeridos pelos inspetores signatários, com base no artigo 6º do Decreto 55.841/65 e no artigo 603 c/c ou 630 parágrafo 3º e 4º da CLT.

6) que, diante dos fatos aqui mencionados, a equipe de inspetores conclui que, pela gravidade dos mesmos, deslocavam-se da área de ilícitos administrativos trabalhistas e se constituem em ilícitos penais, razão pela qual foi chamada a autoridade competente, Polícia Federal, que apreendeu os documentos fraudulentos e demais elementos de prova e convocou testemunhas."

Mais de 20 dias após a autuação da Metalcon pela equipe de fiscalização da DRT, não só a empresa não tinha apresentado defesa (a lei prevê um prazo de 10 dias), como também a DRT ainda esperava uma iniciativa da empresa. O processo estava mais ou menos esquecido.

O chefe da Seção de Multas e Recursos, Antônio Martins, explicou que, além do prazo normal, costumava dar mais 10 a 15 dias para a empresa defender-se. "Isso porque o protocolo é demorado e pode ocorrer que um documento fique tramitando no órgão". Tal espera, segundo ele, serve para evitar a revisão do processo, o que implicaria em novo julgamento, caso a empresa nesse tempo tivesse apresentado a defesa cabível.

Antônio Martins disse que daria uma oportunidade à empresa até aquele fim de semana (29 de janeiro) para apresentar sua defesa. A Metalcon seria multada apenas pelo auto de infração, por "não manter fichas de Registro de Empregados com as anotações exigidas por lei". As demais irregularidades, explicou, não eram passíveis de multa, pois não tinha sido lavrado um auto de infração sobre elas. Previu uma multa mínima de dois salários mínimos.

Já para o chefe da Seção de Inspeção do Trabalho, Eduardo Becker, seria aplicada uma multa máxima pelo fato de a Metalcon não ter apresentado defesa. E esclareceu que "a multa tem mais caráter didático do que efeitos práticos, uma vez que os valores previstos na lei são baixos e desatualizados, compensando ao infrator pagar a multa para evitar maiores complicações".

Quando indagado sobre o motivo pelo qual as outras infrações não receberiam punição e sobre a inexistência de um auto de infração, preferiu responder: "Essa é uma boa pergunta". Becker esclareceu depois que "normalmente a DRT não faz nova fiscalização, após o pagamento da multa, a não ser que haja uma nova denúncia", o que permite à empresa incorrer nas mesmas irregularidades.

Diante de tantas contradições, procuramos o próprio delegado do Trabalho, que marcou uma entrevista para o dia seguinte. Celito de Grandi reuniu-se com seus assessores mais diretos, sua substituta, Aurora de Barros, e o diretor da Divisão de Proteção ao Trabalho, Ruy de Oliveira Soares. Ao final da reunião, eles explicaram que no segundo relatório da DRT só fora lavrado um auto de infração porque as irregularidades dos ítens dois e três constituíam "crime de falsidade ideológica", sujeitas às penalidades do Código Penal, passando por isso à competência da Polícia Federal. O mesmo ocorre com o item quatro do dito relatório.

Informaram que, como a Metalcon não apresentou defesa, ser-lhe-ia aplicada a multa máxima, que é de oito salários mínimos, ainda naquele dia. O delegado deu ordens naquele momento para que o chefe da Seção de Multas notificasse a empresa.

Esclareceram que Eduardo Becker "deve ter cometido um engano" ao afirmar que a DRT não faz outra fiscalização após multar. Disse de Grandi que as empresas são revisitadas, inclusive com revezamento de inspetores.

Finalmente, disseram que a função do Ministério do Trabalho é fazer com que a lei seja cumprida. No caso da Metalcon, houve denúncias, a DRT foi até a empresa acusada, fez a autuação — e os problemas que estavam fora de alçada do MT foram comunicados à Polícia Federal.

Agora, o caso Metalcon está em fase de inquérito na Polícia Federal. Apesar de tudo, a empresa faltosa passa a contar com algumas vantagens, como o fato de inexistir troca de informações entre os órgãos governamentais. Assim como a DRT não comunicará à Polícia que a Metalcon não apresentou defesa, e como não tem por norma avisar, por exemplo, à Prefeitura se a empresa não tiver Alvará de Funcionamento (como é o caso) ou ao INPS que a Metalcon não recolhe regularmente a contribuição dos empregados nem deposita em dia o FGTS, assim também estes outros órgãos não prestam informações à DRT.

A própria Polícia Federal, terminado o inquérito, se julgar que as irregularidades constituem "infrações administrativas", remeterá o processo de volta à DRT. Na hipótese de considerá-las "infrações penais", (isto é, previstas no Código Penal Brasileiro), encaminhará seu relatório à Justiça Federal.

O Procurador da República, por sua vez, analisa o relatório; se não for de sua competência, enviará de volta à Justiça Estadual.

Apesar das evidências e provas, o empresário Jorge Aquino parece estar tranqüilo. Pelo menos, é o que se pode deduzir das palavras de seus advogados ao delegado Carlos David, da Polícia Federal quando empregados da Metalcon esperavam na ante-sala para depor, em 21 de janeiro:

— Sabemos que o senhor é duro, delegado, mas nós ainda vamos conseguir dobrá-lo.

Agro Brasil, pastoril

Projeta-se um novo modelo para o País "crescer sem crise". Um modelo voltado para a agricultura, que tem seu laboratório já funcionando no Rio Grande do Sul

Por Jefferson Barros

Quando Severo Gomes aproximou-se da candidatura Magalhães Pinto, um "oh"! de horror — como que saído de um verso de Mário Quintana — espantou alguns políticos e analistas, justamente os menos profundos e mais apressados.

Afinal, o Senador Magalhães Pinto, com toda a sua conversa liberal (e talvez justamente por isso), é o candidato bafejado pelas multinacionais; não só pelo hálito mas também por apoio bem mais substancial. Não fora assim, algum ingênuo imagina que ele chegaria até onde já está?

O homem de visão de 76 (ano da campanha pela desestatização, que acabou levando na enxurrada o então Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes), Magalhães, sempre, desde antes de liderar a revolução de 64 , foi o preferido do capital estrangeiro.

Então o que o Severo, arauto do empresariado nacional, anda fazendo ao seu lado, qual Sancho Pancha real de um Quixote apenas aparente?

Naqueles mesmos dias, para aumentar o espanto, o General Hugo de Abreu deixou filtrar para a imprensa alusões sobre o seu relatório, redigido ainda quando era Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, no qual *dedaria* — se é que existe tal relatório — o candidato oficial (general João Batista de Figueiredo, Ministro Chefe do SNI) como ligado a interesses "antinacionais".

Na fornada de espanto e incongruências aparentes, o nacionalismo de Severo encontrava-se com o multicapital do Senador mineiro. E as restrições "revolucionárias intransigentes" do General Abreu, como antes do General Sylvio Frota, assumiam também as cores do nacionalismo castrense.

A QUEM INTERESSA?

Nicos Poulantazas ("A crise das ditaduras"), que não escreve nem no **Estadão** nem no **JB** e muito menos em **O Globo,** e por isso informa muito melhor aos seus leitores, já advertiu para o erro de entender que "as contradições internas destes aparelhos (de Estados fascistas ou autoritários) não seriam mais que lutas de clãs e camarilhas por cima ou lado das contradições de classes".

Advertiu também para a miopia teórica e política que faz os militantes de esquerda "amalgamar num só bloco todos os militares" como se as contradições de classes não atravessassem "verticalmente o Exército de um lado a outro".

Antes do espanto pela aliança Magalhães-Severo, ampliada pela adesão tímida do frotismo e discreta do General Abreu, se deve perguntar: a que grupos sociais interessa essa oposição interna do sistema estatal brasileiro? Ou será que algum leitor, em plena sanidade, crê que atrás disso não existe nenhuma articulação de classe e que tais nomes não são mais do que "agentes políticos individuais" no melhor estilo do pensamento liberal do século XVIII? Se há leitor crédulo é outra questão, mas não é o caso do articulista.

O próprio general Hugo Abreu em seu enigmático documento — ele próprio disse à imprensa que "não confirmo nem desminto" sua existência — teria apontado o clã — Figueiredo como antinacional e citado os dois principais suspeitos: o general Golbery do Couto e Silva (Dow Chemical e Heitor de Aquino, Projeto Jari, do multinacional Daniel Keith Ludwig).

Não é gratuito que ambos, pelos interesses multinacionais a que estão ligados, representam uma política de desenvolvimento do setor primário. E que as primeiras notícias sobre os projetos Figueiredo falassem exclusivamente em "desenvolvimento agrário".

CLIMA FAVORÁVEL

"As multinacionais agroalimentares se desenvolvem a um ritmo acelerado, preferem os países do Terceiro Mundo para se instalarem e se comportam neles como grupo de chantagem e pressão. Se examinarmos os programas de investimentos destas firmas, veremos que eles são feitos nos países de regimes fortes e com grande estabilidade política", diz o economista francês Gerard Garreau, que se dedicou ao estudo destes poderosos grupos econômicos em seu livro *Agro Business*. Neste livro, justamente o Projeto Jari com seus 1,5 milhão de hectares é citado como exemplo desta penetração econômica, pois este tipo de capital encontra no Brasil "um clima político e social muito mais favorável".

O modelo de desenvolvimento dependente e voltado para o mercado externo, introduzido após 64 no Brasil, esgotou-se já em 73. A crise do petróleo foi só um sintoma num mundo onde o comércio internacional tornou-se altamente protecionista e competitivo no setor de bens industrializados. Com o mercado interno limitado, devido à concentração de renda — histórica de 400 anos, mas agravada pelas opções políticas pós-revolucionárias —, este modelo de desenvolvimento industrial só poderia se esgotar num processo de "desaquecimento". O setor "desaquecido" é o industrial, pois se em 77 o crescimento do PIB foi de 7%, o do setor primário foi de 15%.

Desaquecer o setor secundário significa marginalizar economicamente os empresários urbanos que já estão marginalizados politicamente desde 68. Por isso, a oposição ao Governo é tão forte em São Paulo, onde ela se confunde com o MDB.

Em São Paulo, ela transcende em muito ao partido oficial de oposição, pois o "desaquecimento" significa menos negócios, menos lucros, menos empregos, menos salários, num círculo vicioso de depressão. Enfim, ingredientes apimentados para uma sopa que já ferve há alguns anos na espera da liberalização lentíssima do regime.

O desaquecimento deve continuar, segundo afirma o ministro Mário Henrique Simonsen. E se os remédios de seu mestre, Milton Friedman (o único liberal-nazista do mundo), prêmio Nobel de Economia, aplicados em doses eqüinas no Chile, não o são no Brasil, é justamente devido ao peso do empresariado industrial e urbano no conjunto da sociedade civil.

No entanto, o desaquecimento da economia nacional não pode seguir, à risca, a linha dos "gansgsters de Chicago" (Friedman é professor de Economia na Universidade de Chicago) por outra razão muito simples: o País ficaria em estado de insolvência e com uma dívida de US$ 30 bilhões. Então a equação — como evitar a insolvência? — se resolve estagnando a economia industrial, que além de todas as desvantagens num país periférico traz outra desvantagem essencial: produz a classe operária. A resposta a isso está no modelo de *pastorização*.

MODELO GAÚCHO

Foi David Ricardo (1772—1823) quem inventou a teoria das vantagens comparativas. Para a Inglaterra imperial, primeiro país a realizar a revolução industrial, veio muito a gosto, pois Ricardo afirmava que os países deviam buscar desenvolver aqueles fatores que, em comparação com outros, lhes eram mais vantajosos. Assim, a Inglaterra já industrializada devia fornecer bens manufaturados ao mundo e comprar matérias-primas de países como o Brasil, abundantes em fatores como terra e trabalho.

Sem abandonar Ricardo, somos obrigados a subir aos ombros de outro economista para chegarmos ao núcleo do raciocínio. Em 1966, Celso Furtado, então recém asilado em Paris, afirmava que a estratégia dos países centrais para o Brasil seria a *pastorização*. A palavra é bonita e cavalga pela campina como frase quase como uma linha melódica de Beethoven.

Mas afinal o que é *pastorização*? Segundo Furtado, seria uma forma de induzir o desenvolvimento econômico, capaz de arcar com os financiamentos externos, conviver com um mercado interno restritivo e concentrador de rendas e dar estabilidade social a um país tão vasto, com população crescente como o Brasil.

A pastorização, com algumas distorções, explicáveis pelo processo geral de desenvolvimento brasileiro, caracteriza a economia do Rio Grande do Sul nos últimos 20 anos: uma massa significativa de capital foi desviada do setor secundário para o setor primário, modernizando-o tecnologicamente sem alteração nas relações de propriedades; processo que tornou o estado essencialmente produtor de bens primários (soja) e dependente de produtos industrializados.

Autorizados representantes da Escola Superior de Guerra, como o general Rui Carlos de Meira Mattos, e da tecnocracia oficial, como o ex-presidente do BNDE, Jayme Magrassi de Sá, já definiram como necessária para o Brasil uma política "de urbanização e desenvolvimento autônomo de zonas agrícolas recentes", como a Amazônia e os cerrados do Planalto Central.

Por urbanização é entendido, segundo os teóricos da ESG, não a formação de metrópoles tipo São Paulo, nas quais a densidade demográfica operária é um fator de risco para o Sistema e de ameaça à coesão de classe do Estado, mas sim fazer chegar aos pequenos núcleos do interior os bens e serviços urbanos — tipo comunicação, água, luz, escolas, hospitais. ▶

A soja nos campos do Sul, uma experiência bem sucedida, "a proveta precoce do novo modelo brasileiro da década de 80".

Pesquisando-se o grau de urbanização, segundo esse modelo do Rio Grande do Sul, verifica-se que esse processo já existe neste estado de forma mais desenvolvida do que em qualquer outro, pois 50% de suas cidades pequenas têm estes serviços urbanos básicos. E isso foi produto do desenvolvimento da economia da soja.

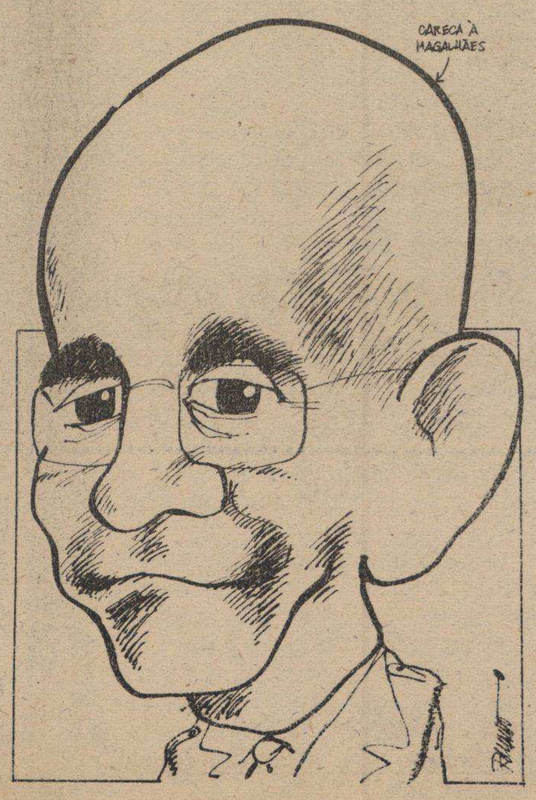
AGRODÓLARES

Pois este é o modelo prometido pelo futuro Governo e defendido por *lobby* muito bem articulado, à frente do qual está o ex-ministro Delfim Neto, inspirador do futuro Ministério do Desenvolvimento Agrário e postulante ao Governo de São Paulo. A força do *lobby* dos agrodólares no Brasil não parece ser questionada, basta para isso o fato de ter conseguido indicar o sucessor presidencial, sem ouvir as Forças Armadas, a sociedade civil e sequer a esfarrapada Arena.

O objetivo é desenvolver a agricultura e fazer depender todo o processo de acumulação capitalista deste desenvolvimento com a introdução de tecnologia desenvolvida nos países centrais através do grande capital multinacional.

Os projetos Jari, Suiá Missu, Liquigás, Volkswagen e outros na Amazônia, parecem apenas ensaios do grande projeto nacional dos próximos seis anos. "O Brasil", segundo Gerard Garreau, "é um dos poucos países que reúnem condições favoráveis ao desenvolvimento do *agro business* por causa de sua extensão e recursos".

Mas, não se confunda o leitor: desenvolvimento agrário capitalista não significa mais feijão na mesa de quem trabalha, mas sim mais soja para engordar porcos e frangos exportáveis para a Europa e Estados Unidos. Foi assim na Colômbia (ver "Fome de Lucros"), foi assim no Rio Grande do Sul. É assim.



O objetivo governamental — inclusive de segurança nacional — é integrar o conjunto do território e fixar a mão-de-obra nas áreas rurais-urbanizadas para evitar a pressão e as tensões sociais nos grandes centros urbanos — não por acaso os grandes eleitores da oposição. O que se busca é o desenvolvimento com estabilidade. Desenvolvimento dinamizado pelo capital e pelo mercado externos.

Não é segredo para ninguém que os grãos e os produtos alimentícios em geral estão para a próxima década como o petróleo para essa. Assim, muitas multinacionias que não operavam no setor, como a Gulf Western, a Volkswagen, a Exxon estão trocando seus investimentos e transformando-se em *agro business*. Neste processo, no Brasil, as culturas de exportação terão prioridade.

No entanto, para aprofundar a fixação demográfica nas zonas rurais-urbanizadas e para abastecer as grandes cidades, que não deixarão de existir, o modelo prevê incentivos e subsídios para, pelo menos, cinco produtos de consumo interno: feijão, milho, arroz, carne e leite. Assim, estas lavouras, que não oferecem estímulos de produtividade, e aliás, que mais empregam mão-de-obra, se tornarão relativamente lucrativas, sem que seus preços sejam elevados nos centros urbanos. Ainda uma vez o modelo gaúcho, pois é exatamente essa estratégia que as cooperativas tritícolas-sojícolas do estado oferecem como alternativas à migração rural e à decadência da lavoura da pequena propriedade.

CRESCER SEM CRISE

O Objetivo estratégico desse modelo é quase utópico: crescimento sem crise. Numa economia mundial em crise de excedentes industriais — na Alemanha, Japão e Estados Unidos, sobretudo — é natural que centros em desenvolvimento industrial dependentes como o Brasil e que possam ser concorrentes sejam "convidados a desaquecer" seu crescimento e canalizar os investimentos, das próprias multinacionais que operam no mercado interno internacionalizado, para outros setores. A solução é a desaceleração industrial e a canalização dos fatores poupados — capital e mão-de-obra — para o setor primário, aproveitando inclusive a abundância do fator terra.

No Rio Grande do Sul esse processo de *pastorização* foi semi-induzido pela *Bung and Borne* (Samrig), que tem incentivado a lavoura de soja desde o início da década de 50.

Ijuí, por exemplo, deixou de ser um pólo industrial para ser a capital da Cotrijuí. E apenas naquelas cidades onde o fator terra é escasso, como no Vale do Rio dos Sinos, ou onde as condições geográficas não são propícias, como nas velhas colônicas italianas polarizadas por Caxias do Sul, o processo de industrialização induzido pelo mercado interno continuou.

Caxias está para o estado como São

Paulo para o Brasil. Mas se Caxias foi a síntese do modelo pré-64 de industrialização, por indução de mercado interno, Ijuí é a proveta precoce do novo modelo da década de 80. Não é de graça, por exemplo, que na correlação política a Arena daquele município controle a Prefeitura há duas eleições, e a própria Arena local tenha deixado de ser dominada pelas forças rurais mais conservadoras (pequenos proprietários) ligados ao ex-PRP para ser dominada pelos novos empresários ligados ao setor agrícola — cobre todo comércio — modernizado.

Esse mesmo processo de passagem se deu na Arena gaúcha, que nada mais é do que a continuidade da Frente Democrática criada em 1954 para eleição de Meneghetti. O ex-PL, representante da pecuária latifundiária, já havia perdido o prestígio ainda antes do nascimento da Arena, e o PSD, representante do comércio e indústria tradicionais, acabou perdendo hegemonia para pequenos partidos, sobretudo a ex-UDN, mais representativa do setor moderno da agricultura.

Esse processo deverá marcar também o futuro "partidão" governamental, no qual os "coronéis" tradicionais da Arena (não é gratuito que os dois estados com maior representação na Convenção deste partido sejam Minas e Bahia) serão substituídos pelos Petrônios Portellas, representantes destas novas áreas rurais-urbanizadas.

Aqui, voltamos à dupla Magalhães-Severo e sua aliança defensiva. Severo representa o empresariado industrial paulista que, como os interesses multinacionais representados por Magalhães Pinto, depende da dinamização do mercado interno internacionalizado, isso é, aquele que consome bens de consumo duráveis, industriais portanto, para sobreviver.

É certo que o projeto político de uns e outros quase se confunde. Mas o que essa aliança do capital industrial precisa evitar é que os projetos do *lobby* agrarista cheguem à prática.

No entanto, o que está em jogo são os bilhões de dólares, vertidos pelas mais poderosas multinacionais da próxima década, as do alimento. E algumas multinacionais industriais já procuram se adaptar aos "novos tempos" e já anunciam que 25% das terras aráveis ainda não cultivadas no mundo estão aqui no Brasil, (anúncio da Ford vendendo tratores).

Parece que no balanço final, a aliança Magalhães-Severo é mais atraente do que a candidatura dos "agrodólares". Não pelo programa político específico e tão pouco pelas camadas sociais que se articulam mas pelo simples fato de que, em prazo histórico, um país com peso demográfico de trabalhadores urbanos é mais suscetível à mudança social do que um país povoado por proprietários rurais — pequenos, médios ou grandes; grandes, pois os outros são sempre só facções para respaldo ideológico.

A realidade é clara como água e se repete. Antes como ensaio, depois como espetáculo — os áulicos do regime diriam como "épico". Não é de graça que a *Ford Foundation* tem investido milhares de dólares em pesquisas aparentemente desinteressadas justamente onde? Na região noroeste do Rio Grande do Sul. A dinâmica do capitalismo mundial tem repostas para velhas perguntas, como a de um jornalista velho mas perspicaz: O Rio Grande do Sul não é o *Novo Nordeste* de Franklin de Oliveira, mas sim um laboratório do desenvolvimento capitalista dependente. Agora, se o Brasil vai virar nordeste, isso é outra história.

No segundo domingo de fevereiro, dia 12, o general-de-exército Alfredo Stroessner repetiu um dos atos de sua farsa que já dura 24 anos: levantou — durante 24 horas — o estado de sítio vigente no Paraguai desque ele assumiu por um golpe de estado, em 1953, para que 1,1 milhão de paraguaios o avaliassem para ser ditador por mais seis anos. Logo após, retornou o estado de sítio.

O próprio Stroessner, de acordo com a reportagem de capa da revista Veja (15/2/78), esfacelou os dois partidos oposicionistas, através de uma ação policial, e nomeou seus dirigentes políticos de seu gosto. Também na semana em que o ditador desfechava a "campanha eleitoral", o Departamento de Estado norte-americano divulgava uma relação em que o Paraguai figura como um dos primeiros colocados na ordem dos 103 países que violam os direitos humanos, persistindo torturas sistemáticas a presos políticos.

Desconhece-se o número exato de presos políticos, mas dos 175 presos desta natureza trancafiados na penitenciária de Emboscada, 98 não têm acusação formal, conforme dados da revista. A fórmula pela qual o general se sustenta no poder é, além de simples, grotescamente hilariante. Segundo um diplomata paraguaio, ele se serve da intriga jogando o oficialesco partido Colorado cinra o Exército e vice-versa.

Obviamente, tratou de criar organizações paramilitares e parapoliciais. O partido que o levou ao poder, o Colorado, formou milícias civis armadas, as Guardias Urbanas, depois extintas. Hoje existem as Seccionales — ou sedes regionais do Partido Colorado, que "funcionam como centros de informação, controlando praticamente cada casa", revelou o general Andrés Rodrigues, o homem mais forte dentro do exército depois de Stroessner e já apontado como um seu provável sucessor.

Como conseqüência do autoritarismo, a corrupção corre solta, formando ao lado da bajulação os elementos pelos quais se identificam o stronismo. Estima-se em um milhão de pessoas o número dos que saíram do país por perseguição política ou exílio econômico. De parte da imprensa, a situação é mais do que lamentável: o matutino Pátria, do Partido Colorado, publica todos os dias uma frase do pensamento vivo do general na capa, que já se tornou nome de revista — Stroessner Paz Y Progresso — publicação de periodicidade incerta e que se autodefine como o "órgão difusor das obras do estadista do século". Em compensação, a censura à imprensa chega até às máquinas usadas pelos correspondentes de jornais estrangeiros ou repórteres em trânsito.

Abaixo publicamos um resumo das idéias do ditador, extraídas de um livro de 385 páginas editado e distribuído pelo Partido Colorado. Cinicamente, Stroessner define-se como um democrata:

POLITICA Y ESTRATEGIA DEL DESARROLLO

Alfredo Stroessner

BIBLIOTECA COLORADOS CONTEMPORANEOS

1

O "democrata" Alfredo Stroessner

— Não há pior crime que a traição à Pátria. Quem incorre nas penalidades que a Carta Magna prevê para os inimigos de nossas instituições, jamais receberá o perdão dos cidadãos, porque não existe tribunal mais sagrado que o do povo, delegação política mais inapelável da que o povo outorga aos seus governantes. Em nosso mandato popular se faz presente o verbo da Pátria e se faz vibração sonora de nossa investidura de Presidente da República, junto com nossa legitimidade e nossa dignidade espiritual, cujas virtudes emanam de fontes categóricas e imperativas.

— Nunca Governo algum trabalhou tanto como o nosso para que a Democracia se firme em nossa terra, e ela seja salvaguardada pela própria consciência nacional. A prova está na paz que conquistamos e asseguramos, para que amparados nela vivam os cidadãos num clima de liberdade, de justiça e de direito, porque nossa Democracia é o fruto da responsabilidade que assumimos perante a História.

— Do povo viemos e ao povo vamos com as mãos cheias de empreendimentos convertidos em patentes realizações. Não agitamos estribilhos ou manobras divisionistas e anárquicas capazes de desorientar a nossos concidadãos. Convertemos o trabalho num instrumento, que é a melhor política.

— Nos orgulhamos legitimamente de haver consolidado o cimento de nossa Democracia, para garantir os direitos individuais e coletivos, para criar condições de segurança para os compatriotas e para os estrangeiros que habitam o nosso solo, convencidos de que é inútil desejar o progresso de um país quando não o rege uma ordem jurídica, social e política, capaz de assegurar a vigência da liberdade e da justiça.

—A massa popular majoritária do Partido Colorado tem o direito de reger os destinos da Nação. O objetivo fundamental é a manutenção da paz e a felicidade do povo. No empenho de manter a paz social completa, meu Governo não somente consolidou um regime democrático compatível com nossos costumes e com a tradição libertária de nosso povo, como também abriu caminho para que os partidos políticos se organizem para atuar na vida cívica, dentro da ordem prevista na Constituição e nas Leis.

— Pela primeira vez em mais de meio século, a democracia tem sido assegurada como doutrina que deve imperar para legitimar-se, através dela, o exercício do poder. Pela primeira vez tem-se sentido um profundo e continuado empenho para não retroceder às práticas ditatoriais que, através de décadas, em ambientes de ódios, foram tábua-rasa incompatível com a sonhada grandeza nacional. Pela primeira vez meu Governo se encarregou da defesa dos Direitos Humanos, assegurando a cada um e a todos os cidadãos a possibilidade de construir seu próprio bem-estar, amparados pela justiça, com a garantia de que as mães paraguaias já não serão forçadas a entregar seus filhos à morte como antes, para substituir uma tirania por outra tirania. Pela primeira vez se pratica a assistência à educação, à saúde do homem, em escala que permite a formação de gerações aptas para a liberdade, para o trabalho fecundo e para os triunfos da Ciência, da Técnica e da Arte. Pela primeira vez os estabelecimentos penais são regidos por sentimentos de humanidade e por princípios de civilização, deixando de ser o antro de torturas que constituía a mais acabada imagem das tiranias.

— Não existe lista de políticos em nossos cárceres, nem de detidos que não contem com o direito de recorrer aos Tribunais de Justiça, nem manchas de sangue que pesem em nossas consciências ou sujem nossas mãos diante da Nação e diante da História, porque assim nos impõe a nossa própria moral e nossas próprias convicções democráticas.

— Meu Governo põe toda a ênfase necessária na educação primária, através da escolas estatais e dos estabelecimentos privados que, amparados por uma bem entendida liberdade de ensino, florescem em todo o país. A respeito convém destacar que o estado vem colaborando com as instituições religiosas de ensino primário de forma prática. Isto constitui uma mostra do apoio do meu governo às escolas profissionais católicas, que com vontade, patriotismo e tesão ajudam a formar o homem paraguaio do futuro, no temor a Deus e no amor à Pátria.

— Este esforço que realiza o Estado Paraguaio para alcançar a fé cristã obedece ao convencimento de que toda a educação integral promove a proximidade a Deus e a prática das virtudes cristãs. Uma Ciência que não está fortalecida pela fé na divindade carece de seu principal atributo.

— Dentro do vasto plano educacional que meu Governo continua desenvolvendo, cabe assinalar a preferente atenção governamental que considera a religião inerente à formação espiritual das novas gerações da Pátria. Nosso povo, eminentemente católico, sabe que a Pátria nasceu, se enalteceu e marcha para seu destino de grandeza pelo amor à cultura e por sua irredutível fé cristã.

— A Democracia é o campo propício para a controvérsia e a crítica. Mas é também uma escola do dever, das obrigações sociais e do sacrifício. Sem estabilidade na autoridade, todo o princípio político se corrompe e termina por se destruir.

— A era do caudilhismo foi superada. Meu governo se orgulha ao proclamar que a forma de paz que serve de base de sustentação para as outras liberdades e direitos humanos repudia o "cesarismo democrático".

— As críticas formuladas pelos jornais de oposição configura o exercício de um direito constitucional que meu Governo respeita, mesmo quando essa crítica confunde a liberdade com a licença, e o uso com o abuso. Meu Governo se orgulha de garantir a existência de jornais e revistas de oposição que se enquadram dentro da ética e respeitam os fundamentos e princípios de nossa soberania. Mas meu Governo não tolera nem tolerará que, sob o pretexto de liberdade de imprensa, se instigue o ódio entre os paraguaios (...). Se somos contra essa imprensa, não se pode afirmar que somos contra a liberdade de imprensa. Amamos a liberdade de imprensa com a mesma força que amamos a independência e a soberania de nossa Pátria, a quem em primeiro lugar obedecemos em nosso amor à liberdade.

— Lamentavelmente existem os que esquecem que a liberdade de expressão de que gozam deve ser responsavelmente usada. São os que respondendo exclusivamente a interesses negativos de círculos retrógrados, ao invés de propagarem idéias construtivas, se convertem em ignóbeis porta-vozes da mentira, da difamação e do ódio.

— Governamos e seguiremos governando com a legalidade, em cumprimento do mandato que recebemos da vontade soberana do povo, em eleições limpas e livres, que lançaram nas urnas o maior triunfo de homens e mulheres, junto à sagrada (bandeira) tricolor, símbolo da força espiritual da imensa maioria democrática que nos segue com disciplina e lealdade.

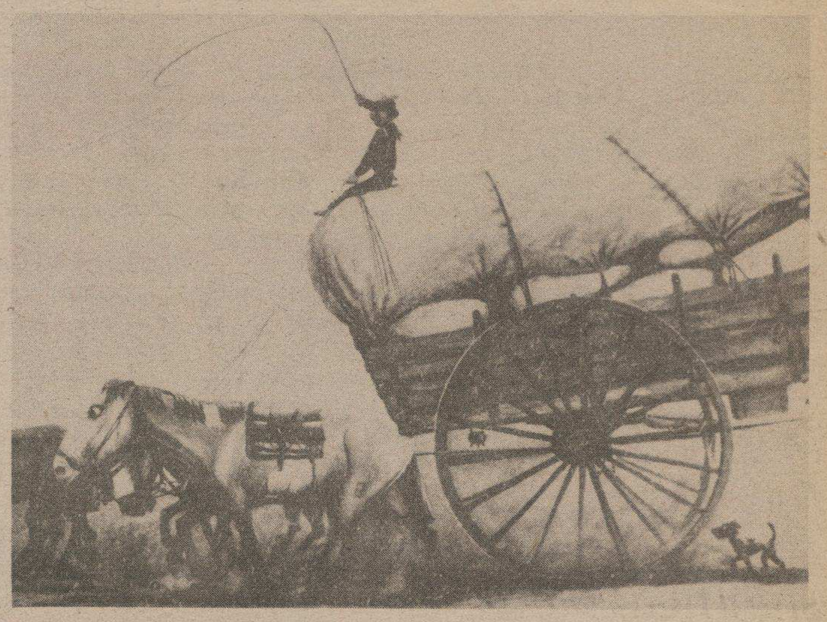
Emoldurar um quadro é complementá-lo

DELPHUS

ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1103. Porto Alegre — RS

A arte popular feita no pampa



Quem se criou ou transitou pelo interior gaúcho na década de 40 ou na década de 50 deve ter topado algumas vezes na vida com os famosos calendários da *Menneapolis-Moline*, uma indústria de tratores e implementos agrícolas dos Estados Unidos que vendia seus produtos em todo o continente americano.

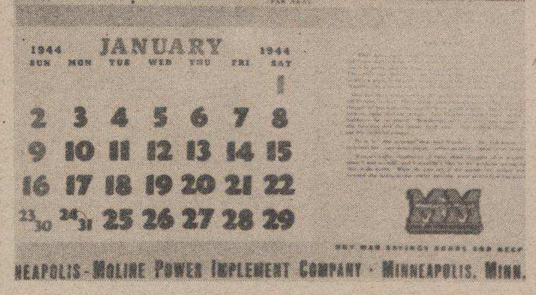
Esses calendários, feitos consecutivamente por mais de 20 anos, desde 1931, eram ilustrados por um pintor autodidata de Buenos Aires, Florencio Molina Campos (1891-1959), que obteve grande sucesso popular mas não foi reconhecido pela crítica. Só muitos anos depois de sua morte é que alguns críticos perceberam a importância da copiosa obra de Molina Campos.

Atualmente, a maior parte de seus quadros — alguns a óleo, a maioria à têmpera — está guardada em residências e museus norte-americanos. Em Buenos Aires, algumas galerias vendem álbuns com reproduções fotográficas (em tamanho natural ou quase) dos trabalhos de Molina Campos, um artista finalmente reconhecido (com alguma má vontade, diga-se) como um dos melhores ilustradores do homem que vivia no pampa e digno de figurar ao lado de antológicos pintores como Juan Leon Palliere, A. Guiraldes ou Rugendas.

A biografia de Molina Campos é interessante. Filho de estancieiros, nasceu em Buenos Aires mas conviveu na juventude com os gaúchos da zona rural. Primogênito de uma família de nove irmãos, cedo perdeu o pai e teve de trabalhar para se sustentar. Durante algum tempo foi funcionário público do Correio de Buenos Aires.

Sua carreira artística tomou impulso decisivo aos 35 anos de idade, quando fez sua primeira exposição individual na Sociedade Rural Argentina. Ele gozava das boas graças dos poderosos locais, tanto que várias de suas exposições, inclusive a primeira, foram inauguradas pelo presidente da República.

Sua pintura, que reproduzia academicamente a paisagem do pampa, mas deformava grotesca e caricaturalmente as figuras humanas colocadas sobre essa paisagem, custou muito a se afirmar. Na verdade, Molina Campos precisou emigrar para ganhar prestígio e dinheiro. Em 1931, aos 40 anos, ele foi para os Estados Unidos, onde pintava sob encomenda, especialmente para os calendários da *Minneapolis-Moline*, uma estampa para cada mês do ano, com cenas alusivas à época, sempre com gaúchos vestidos a caráter. Calcula-se que a *Minneapolis-Moline*, que vendia tratores e implementos de cor amarela, tenha colocado em circulação 18 milhões de calendários ilustrados por Molina Campos, ao longo de duas décadas, em toda a América.



Além de pintor, Molina Campos também foi conferencista, articulista e contribuiu em roteiros cinematográficos de Walt Disney sobre a vida no pampa de antigamente. Mas o marcante de sua obra foi a pintura, cuja transcedência só foi reconhecida na Argentina após sua morte em 1959.

A pintura de Molina Campos tem duas qualidades, ou duas faces. Em primeiro lugar, ele foi um exemplar pintor de cenas estáticas do pampa: vegetação, céu, casas, cercas, utensílios domésticos, tudo dentro do mais perfeito estilo figurativo. Em segundo lugar, saía completamente da figura tradicional quando, sobre essa paisagem, colocava seres vivos — sobretudo homens, cavalos e cachorros. Certos detalhes de indumentária e apetrechos da vida campeira são retratados com absoluta fidelidade, mas a figura do gaúcho é distorcida. Sua cara lembra uma máscara carnavalesca, como a forçar uma caricatura, no estilo grotesco de Portinari em seus "trabalhadores do café".

Essa forçada distorção da cara do gaúcho, numa curiosa mistura de tons caricaturais e tons épicos, deformou também a imagem de Molina Campos como artista. A par de um maciço sucesso popular, ele foi desprezado pelo mundo intelectual de Buenos Aires de sua época. Seus trabalhos eram considerados vulgares.

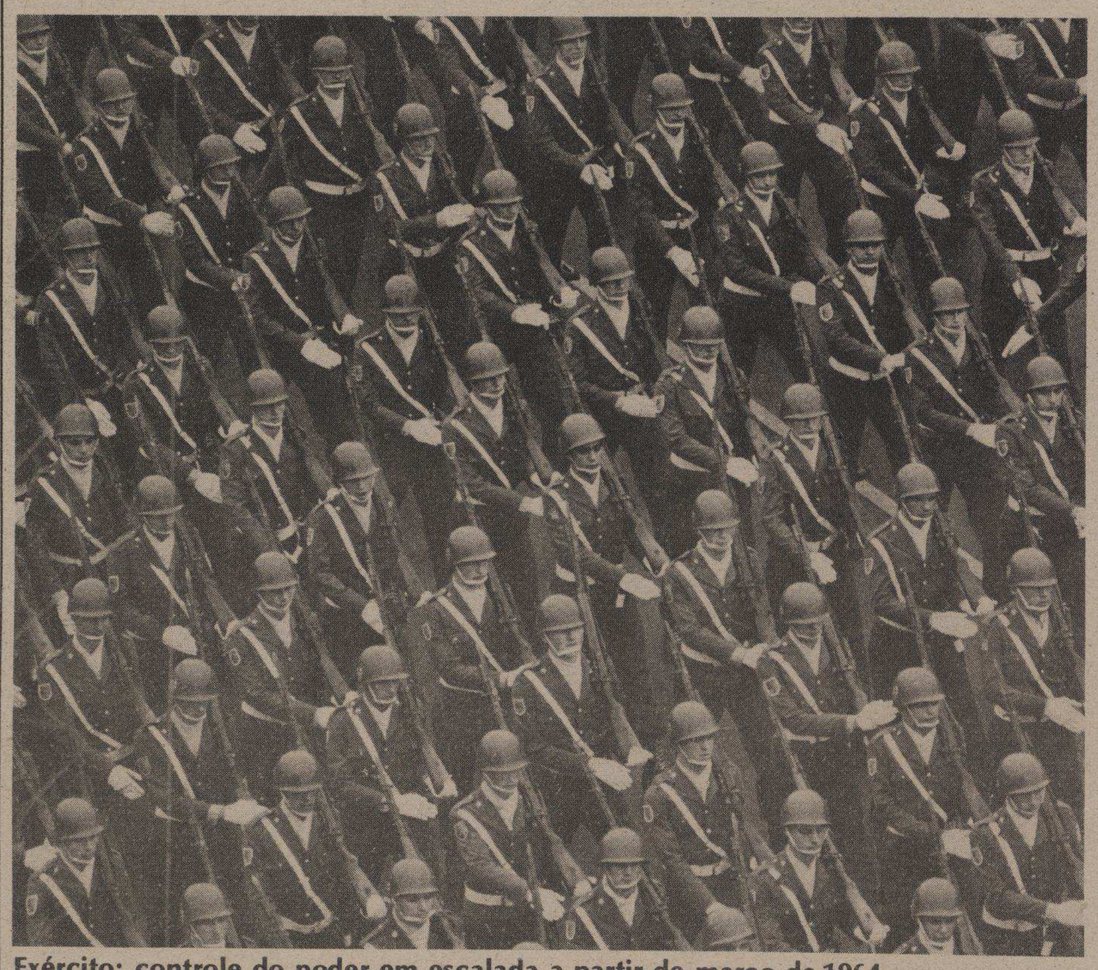
No entanto, o "mau gosto" criticado nos círculos artísticos de Buenos Aires foi incondicionalmente admirado na mesma época nos Estados Unidos. Os americanos viam em Molina Campos um ingênuo, vigoroso e sincero ilustrador dos tipos e costumes de uma região inóspita e selvagem.

Havia certamente na admiração norte-americana o mesmo tipo de sentimento que leva os turistas a consumirem avidamente *souvenirs* de regiões "folclóricas". Mas o tempo acabou provando que Molina Campos foi um magistral criador de arte popular, tanto mais autêntico porque teve de trilhar o mesmo caminho de todo artista popular: ignorado e desprezado, quando vivo, pelos cultores da arte de elite; resgatado do esquecimento e glorificado, após a morte.

Geraldo Hasse

A democracia e os militares

O otimismo com que se fala em Democracia no País indica que não se está considerando corretamente o pensamento do meio militar a respeito. Institucionalização significa, para o regime, algo diferente do que pensa a maior parte da sociedade civil.



Exército: controle do poder em escalada a partir de março de 1964

Na última semana de novembro, os repórteres da revista *Veja*, em Brasília, procuravam militares de alta patente para um reportagem sobre o Exército brasileiro. Naqueles dias, o presidente Geisel promovia 26 oficiais, dos quais quatro generais recebiam a sua quarta estrela, alcançando o posto mais elevado na hierarquia do Exército. E tudo ainda corria sob o clima agitado que sucedeu a intempestiva exoneração do ministro Silvio Frota.

Dezenas de oficiais foram ouvidos em Brasília e outros estados, nessa tentativa de captar "o pensamento militar", e o pouco que foi dito pode ser resumido nas declarações de dois generais e um coronel da ativa, cujos nomes não foram citados:

— O AI-5 veio para ficar, não muda nunca mais. Eleição indireta veio para ficar.

— A cassação é o meio mais leve de afastar adversários do regime. Ao contrário de outros países, aqui você não precisa do paredão, pena de morte, prisão perpétua aplicadas todo dia. Simplesmente o sujeito que se coloca contra os objetivos nacionais permanentes é cassado. Continua trabalhando, levando sua vida, apenas afastado da ação política. Os países ocidentais vão acabar copiando este modelo.

— O caráter discricionário nunca está na lei, mas em sua aplicação. O AI-5, por exemplo, seria um instrumento discricionário se valesse apenas para um grupo de cidadãos. Mas não é assim — já foi aplicado contra militares, civis, gente do governo, da oposição. É um instrumento democrático pois há igualdade na aplicação.

Um ano antes, numa série de extensas reportagens com o mesmo objetivo, o jornal *O Estado de São Paulo* obtinha revelações semelhantes indicando a predominância no meio militar de uma postura claramente autoritária quanto à organização do regime.

No último dia 14 de fevereiro, o mesmo *Estadão* publicou na sua primeira página a seguinte notícia:

—"Não se iludam os liberais que aí estão, que o Brasil possa vir a ter uma democracia substancialmente liberal. Nem aqui e nem em qualquer país do mundo". Esta frase foi dita pelo general João Baptista Figueiredo ao deputado José Machado (Arena-MG) durante encontro que mantiveram ontem em Brasília.

É evidente a relação entre esta declaração do futuro presidente e as constantes manifestações de militares de vários níveis. Mas, o entusiasmo com que se tem falado de democracia no País não tem contribuído para que esse tipo de manifestação seja levado na devida conta.

E, no entanto — como indicam alguns escassos estudos que examinam o pensamento militar no Brasil — elas revelam um quadro pouco alentador.

Seriam, de acordo com estas interpretações, os sinais aparentes de que algumas teorias desenvolvidas no fechado círculo da Escola Superior de Guerra constituem um corpo ideológico tão sólido quanto distante das crenças democráticas partilhadas pelo restante da Nação.

E é essa doutrina militar que fornece as linhas sobre as quais o Governo pretende fazer correr o trem de retorno à normalidade política ou, mais precisamente, de institucionalização do regime. Onde irá parar esse trem? E qual a possibilidade da chamada sociedade civil influir na sua rota?

Segundo o professor Edmundo Campos Coelho, do Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, institucionalizar o regime significa, para as lideranças militares, fazer com que a sociedade civil assimile os princípios da doutrina militar, consubstanciada no *slogan* Segurança e Desenvolvimento.

Campos Coelho elaborou um trabalho (editado pela Forense, em 1976) chamado *O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, onde analisa a evolução do Exército como organização e as condições estabelecidas do ponto de vista militar para a "reordenação da vida política".

Ainda que as teses levantadas pelo professor carioca possam conter distorções importantes, é inegável a sua contribuição para que se dimensione com alguma exatidão o espaço para o debate democrático e os obstáculos que deverão ser contornados para se chegar à verdadeira normalidade.

Nas áreas civis mais expressivas existe o consenso em torno da idéia de que "redemocratizar o País" significa um recuo da ordem militarista que a partir de 1964 extravasou dos limites internos para ir gradativamente alcançando toda a sociedade. No meio militar, segundo a análise de Campos Coelho, o pensamento dominante encara a questão pelo lado oposto: as diretrizes estabelecidas nas casernas e estendidas sobre o meio civil à guisa de manto protetor devem ser aceitas como princípios gerais para a organização de toda a sociedade.

Na base desta ideologia, obviamente, está uma lamentável descrença nos instrumentos democráticos e no preparo da opinião pública estimulados pelos setores que não têm o menor interesse numa alteração, mesmo gradual, do atual sistema econômico.

Institucionalização não é apenas uma palavra extensa, mas, também, um processo complexo porque as instituições só são verdadeiramente representativas e duradouras se, efetivamente, expressarem pontos comuns em torno dos quais se reúne a Nação. E, encontrar bases comuns para implantar novas idéias que fortaleçam as instituições já existentes no país, mas que se encontram enfraquecidas, não será por certo tarefa simples no quadro atual.

O trabalho citado não leva a conclusões propriamente otimistas. Ele analisa a sua evolução como organização e a alteração do seu papel na vida brasileira e localiza, no sucesso com que o movimento militar contestou a autoridade monárquica e implantou a República, a primeira semente de sua crença na deterioração da ordem civil e na superioridade da ordem militar. No Estado Novo, sob a liderança do general Pedro Aurélio Goes Monteiro, seriam traçadas as premissas teóricas de uma doutrina e política militar. Segundo Goes Monteiro, o que caracterizava a história do Exército até ali, além das rivalidades permanentes entre elementos da elite militar (o "cérebro apodrecento", como ele dizia) e a indisciplina nos escalões subalternos, era o fato de que o Exército fora quase sempre uma força pretoriana ou miliciana a serviço de facções políticas civis.

Ele atribuía a indisciplina e as sedições militares às influências do regime liberal que impregnava o Exército com influências de fora para dentro. Elas, a indiciplina e as sedições, persistiriam enquanto se teimasse corrigi-las com sanções jurídicas e políticas, deixando-se inalteradas as suas causas primárias, que estavam fora, no meio civil.

O Exército deveria então ser essencialmente político, para atuar permanentemente na fonte dos seus principais males, a sociedade civil. Dizia o general Goes Monteiro:

...Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. (...) A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria.

Não pode, acreditava ele, Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada, "e o meio mas racional de estabelecer em bases sólidas a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo rendimento em todos os ramos de atividade pública, é justamente adotar os princípios da organização militar, contanto que seja isenta do espírito militarista..."

Diz Campos Coelho das idéias de Goes Monteiro: "Descontadas as diferenças de circunstâncias, a doutrina militar de Goes Monteiro é, no essencial, idêntica à doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra. Ela antecipa de mais de 20 anos a doutrina militar do regime instaurado com a revolução de 1964. A nossa tese é, na verdade, a de que o pensamento de Goes Monteiro foi simplesmente retomado e reelaborado em função de uma nova conjuntura.

A idéia de tornar o Exército uma organização *ativa* levou à busca de "graus relativamente elevados de autonomia frente aos demais grupos soiciais, isto é, ao controle de poder em escala considerável".

O professor carioca destaca três fases básicas nesta evolução do Exército em busca de sua identidade como organização: uma que vai da Proclamação da República a 1930, em que se verifica uma situação de empate: nem o Exército nem a elite política civil possuíam suficiente autonomia ou poder para impor-se um ao outro; a outra é chamada fase institucional, em que ocorre uma perda substancial de poder — ou autonomia — por parte da elite civil e uma aquisição muito mais do que proporcional por parte do Exército; e, por fim, uma fase de síntese em que o processo global da sociedade brasileira passa a ser cada vez mais dependente de um centro específico de decisão, o Exército.

Nesta fase há a inversão: se as decisões sobre os destinos da organização militar eram tomadas no âmbito da sociedade civil, as decisões sobre os destinos da sociedade civil passaram a ser tomadas dentro das fronteiras da organização militar. "Em suma", diz Campos Coelho, "a Doutrina de Segurança Nacional pressupõe a intervenção militar na sociedade civil com o propósito de instaurar um modelo estrutural no qual a liderança nas Forças Armadas seja sinônimo de filiação à elite política e social".

Qual a força da sociedade civil, hoje já impregnada em todos os níveis pela ordem militar, capaz de influir decisivamente no desdobramento do regime político do país? Em que condições será possível um acordo com os militares nesse sentido? Estas são questões fundamentais no momento atual. Parece claro que não haverá a menor chance de uma normalização verdadeira se os conceitos que hoje predominam na doutrina militar não forem profundamente alterados. As atuais menções à possível formação de um partido de tendência socialista, por exemplo, não passarão de palavras, se todos os partidos, inclusive aqueles de tendências socialistas, não forem aceitos no pressuposto básico de que são adeptos do jogo democrático e que caberá à opinião pública decidir quais as correntes que comporão o poder.

Para que isso seja possível, será necessário substituir a crença de que Democracia é sinônimo de um capitalismo selvagem, de neocapitalismo ou mesmo de socialismo, por outra concepção, pluralista, onde se entenda que a Democracia é uma forma de convivência política.

Nas páginas seguintes reproduzimos o texto integral de um dos capítulos mais importantes do livro de Edmundo Campos Coelho como contribuição ao debate destas questões. Nele, o professor examina exatamente as condições, do ponto de vista militar, para a "reordenação da vida política brasileira".

Reorganização Nacional e "Descompressão"

A crise de identidade difusa das Forças Armadas está, hoje, em vias de solução para institucionalização da doutrina da Segurança Nacional no **âmbito da organização militar.** O produto imediato desta institucionalização tem sido os altos níveis de coesão e consenso internos. Da perspectiva militar, entretanto, tais sucessos só foram permitidos pela redução do nível de conflito permitido à sociedade civil. E, da mesma perspectiva, a permanência dos instrumentos excepcionais de controle, tal como o AI-5, tem sido necessária, dado que o reordenamento político da sociedade civil está ainda em processo.

Nesse sentido, é oportuno identificar quais sejam, da perspectiva militar, os valores que devem orientar tal reordenamento. Ainda aqui a doutrina da Segurança Nacional fornece indicações relevantes. Em síntese, a doutrina postula que:

1. Os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto, em benefício do conjunto e sentindo em conjunto.
2. Uma comunidade em que o bem coletivo está acima dos interesses de indivíduos e grupos possui vida moral mais elevada. E a moralidade dos indivíduos e grupos é função da moralidade do sistema inclusivo.
3. O Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva. E a lealdade para com o Estado deve ter precedência sobre as demais.
4. A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional. Evita-se, por esta forma, o individualismo desagregador e as preferências clientelísticas tais como, por exemplo, as que predominaram nas relações entre o governo central e os estados.
5. As áreas de consenso devem superar por larga margem às do dissenso para que a sociedade nacional seja viável. O controle e redução do dissenso é fundamental para que não o explore os diversos tipos de "irracionalidade" (o pseudonacionalismo, o pseudodesenvolvimentismo, o distributivismo emocional, etc.), dos demagogos e radicais.
6. A função da elite dirigente é educativa por excelência. É ela a de educar indivíduos de formação heterogênea, inculcando-lhes o sentimento de comunidade e do interesse coletivo. À elite dirigente cabe ainda definir os interesses da coletividade já que aos indivíduos faltam as condições para identificá-los.
7. O desenvolvimento econômico é um objetivo fundamental. A expansão das áreas de dissenso e antagonismos está associada à ampliação do hiato entre aspirações e sua satisfação. O desenvolvimento econômico reduzirá este hiato e aumentará a área de consenso.
8. A tarefa de promover o desenvolvimento econômico cabe à nação como um todo. E requer disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias por parte de indivíduos e grupos.

É fácil perceber o quanto estes princípios se opõem ao "amoral familism" das práticas clientelísticas e a extensão em que incorporam a concepção orgânica da política e da sociedade. Observe-se, ainda, a semelhança destes princípios com valores que os militares usualmente atribuem a si mesmos em contraposição aos valores imputados à sociedade civil: dedicação ao trabalho, ao serviço público, austeridade, sentido de missão e de comunidade. E finalmente, observe-se a identificação dos princípios da reorganização da sociedade civil com que os que estruturam a organização militar: centralização, hierarquia, disciplina, consenso e unidade. Há em "ethos" burocrático que, no pensamento militar, permeia a concepção do que deva ser a nova sociedade civil.

A estratégia para a construção desta "sociedade integrada", orgânica, é a da mobilização nacional para a tarefa do desenvolvimento. Devendo ser ativada e conduzida pela elite dirigente, o esforço de mobilização nacional adquiriu um aspecto fundamentalmente "pedagógico" de reeducação cívica da sociedade civil e, com este propósito, o regime tem utilizado em plena capacidade todos os meios de comunicação de massa com a finalidade de atingir com suas mensagens o espírito da nação. Combinam-se nestas mensagens a exaltação do civismo, dos símbolos, vultos e datas nacionais que deverão desenvolver no povo o sentimento de filiação e lealdade à mesma comunidade nacional. Some-se a isto a ênfase na educação científica e tecnológica como fatores de engrandecimento da nação. Particularmente a juventude tem sido alvo desta investida sobre o "espírito" e a "mente" dos cidadãos — pois a reeducação cívica não se dissocia do quadro da "guerra psicológica" — que se completa, em outros níveis, com iniciativas tais como o Projeto Rondon, obrigatoriedade dos cursos de Educação Moral e Cívica e "projetos de impacto" na esfera da atividade econômica e social do Estado.

Todo este esforço visa a despertar uma forte autoconsciência nacional. E no conjunto, as Forças Armadas são projetadas como escolas de civismo, como modelo e fonte de valores positivos aos quais deve ser convertida a moralidade pública.

Dos resultados deste esforço de reeducação cívica dependerá, em ampla medida, o futuro das relações civis-militares, isto é, o desdobramento futuro do regime vigente. Isto porque, da perspectiva militar, a produção de "consenso sobre domínio" no que diz respeito às Forças Armadas dependerá de que os valores societais e as pautas de comportamento civis se assemelhem, cada vez mais, à ética e ao padrão de conduta do elemento fardado. No que diz respeito à massa da população, mais receptiva à propaganda oficial, a "descompressão" significaria, segundo a perspectiva militar, esta convergência de identidades. Não uma mudança na forma e estrutura do regime, mas uma transformação qualitativa de mentalidade paisana, pela qual ela viria a aceitar a ordem política vigente e o papel das Forças Armadas nela.

A "Descompressão" e os "Segmentos Ilustrados"

Não se deve subestimar o impacto da política de "reeducação cívica" em amplos segmentos do espaço social. As estratégias da "euforia programada", como a chamou Fernando Henrique Cardoso, ou a do "novo ufanismo" podem ser, para os "segmentos ilustrados" — políticos, intelectuais, estudantes e artistas —, tópicos para irônicos epítetos ou para discurso filosófico-moral. Mas isto não altera o fato irrecusável de que tais fenômenos — a euforia e o ufanismo — constituem as resultantes da aplicação eficaz de uma estratégia de legitimação da ordem política implantada em 1964.

O que não surpreende é que esta estratégia seja pouco efetiva nestes "segmentos ilustrados" da população, sobretudo dentro da classe política.

A classe política, forçada à abstinência dos prazeres do poder, persiste em definir "descompressão" como um retorno a formas não autoritárias de vida política, uma restauração dos processos e instituições da chamada democracia liberal. Da perspectiva militar, entretanto, este retorno dependeria de que as elites políticas abandonassem, voluntariamente, a prática de uma política estritamente competitiva como resposta deliberada às tensões de uma sociedade fragmentada pelo conflito e pelo dissenso. A inviabilidade deste retorno está em que, da perspectiva militar, altos níveis de conflito e de dissenso, além de não se dissociarem da própria natureza do regime liberal, são agravados por seus clientelismos e correlatos.

Desta forma, o que se requer da classe política é o exercício da "imaginação política criadora" que encontre, dados os parâmetros irrecusáveis que limitam o número das soluções prováveis, alternativas institucionais viáveis para a "descompressão". E em torno das alternativas institucionais que aquela imaginação criadora eventualmente proponha, há de se criar, como condição adicional de sua viabilidade, um nível razoável de consenso.

Entretanto, a "imaginação criadora" tem estado ausente dado a insistência em esgotar o debate na crítica e negação do regime que o limita, ao invés de aprofundar a reflexão com propostas institucionais viáveis. Argue-se, freqüentemente, que a condição para o exercício desta imaginação criadora é a própria "distensão" ou "descompressão", a remoção das restrições ao debate amplo da temática política nacional. Ora, esta abertura tornaria supérfluo o próprio debate cujo objeto é, exatamente, a distensão política e os meios de se obtê-la sem alterar, no essencial, o perfil do regime vigente. Desta forma, e inevitavelmente, retorna-se à atmosfera rarefeita da filosofia política, ao debate acadêmico de princípios abstratos. E aí reedita-se pura e simplesmente a agenda do liberalismo clássico e o rol das suas instituições e práticas políticas contra as quais se fez, exatamente, o movimento militar de 1964.

Ao nível das práticas políticas, igualmente contidas em estreitos limites, têm sido frustradas as expectativas de que o pragmatismo — ou mesmo o oportunismo — político produza resultados concretos. Questões políticas a exigirem resposta a curto ou médio prazo têm encontrado solução por via autoritária dado o baixo nível de consenso produzido dentro da classe política. Exemplo disto foi a questão da definição de candidaturas aos governos estaduais no tratamento da qual as secções estaduais da Arena se fragmentaram em torno de inúmeras personalidades, quando não se tentou o exercício do "caciquismo". Também o partido da oposição não encontra o denominador comum das tendências em conflito, enfrenta a contestação das eternas "alas radicais" ou dos "autênticos" e se perde em posições simbólicas de protesto, de valor e alcance práticos mais que questionáveis.

Dentro deste quadro, não surpreende, também, que restem apenas as Forças Armadas — e os executores de um poder delegado e legitimado por elas — como núcleo mais coeso e capaz de propor alternativas institucionais. Daí que suas preferências prevaleçam e, dentre elas, a da própria permanência do quadro institucional vigente. Estas preferências ganham tanto mais em peso quanto por mais tempo subsista dentro da organização militar a percepção de que o substrato das práticas políticas civis consiste no gosto pela oratória inflamada dos discursos do plenário, o fascínio irresistível pelas temáticas de fácil efeito emocional com que se fazia, em idos tempos, a reputação dos parlamentares "combativos", feitos heróis na justa proporção do destemor individual.

A "Descompressão" por Habituação

Note-se que pela legislação ordinária em vigor o regime conta com instrumentos eficazes para manter os focos de contestação dentro dos limites de uma "dissidência legal". Ou seja, as sanções legais de que está armado o regime já são de molde a desestimular excessos contestatórios. Pareceria, pois, supérflua e excessiva a permanência dos instrumentos excepcionais de controle político.

Mas a permanência destes instrumentos tornou-se recurso "pedagógico" pelo qual procura-se implantar uma rotina política simbólica que promova a identificação dos "propósitos de ação" do coatado com a vontade do poder coator. Ainda que o poder coator expresse preferência pela aplicação de leis ordinárias para exemplar focos de contestação, ele há de preservar a alternativa de, a seu arbítrio, ativar os instrumentos excepcionais. Desta perspectiva, é provável que a "descompressão" seja entendida pelos que detêm o poder e pelos que o exercem, não como algo a vir de fora, por via de fórmulas jurídicas — por exemplo, a incorporação do AI-5 à Constituição — ou por decisão dos centros de poder em abdicar dos instrumentos excepcionais, mas como algo a vir de dentro, pela aceitação e incorporação destes instrumentos como rotinas políticas. Em outros termos, espera-se que pela convivência prolongada com os instrumentos excepcionais deflagre-se um processo de habitação que atinja o nível qualitativo de aprendizado dos padrões de atitudes e comportamentos que se deseja implantar. Atingido o nível satisfatório de implantação destas rotinas — a sua institucioalização — os instrumentos excepcionais terão perdido sua excepcionalidade pela própria ausência de objeto de aplicação.

É certamente prematuro avaliar o grau de eficácia desta estratégia "descompressora". Parece-nos, contudo, que se a mesma técnica de controle político adquiria características de **dissuasão** durante o governo Castelo Branco — quando o caráter inédito do regime recém-implantado ainda não lhe granjeara credibilidade coercitiva. Ela está hoje, razoavelmente assimilada como instrumento mais ou menos rotineiro de afirmação do poder. Ainda que não se possa negar-lhe um elevado conteúdo de autenticidade, parace certo, também, que em extensão considerável a retórica anti-regime já não exprime o mesmo grau de desconforto com a permanência dos instrumentos excepcionais. Pelo contrário, a sua rotinização pode ser um indicador seguro de habituação a eles.

Quadro de punições

	1º Ciclo (1964)	2º Ciclo (1965-1966)	3º Ciclo (1968-1971)	Totais
Políticos	227	77	352	656 (63%)
Profissionais liberais e Empresários	46	37	34	117 (11%)
Funcionários Públicos	23	17	7	47 (5%)
Militares	38	50	9	97 (9%)
Funcionários do Judiciário	9	2	4	15 (1%)
Trabalhadores Manuais e Não-Manuais, Urbanos e Rurais	26	30	6	62 (6%)
Sem Identificação	11	25	16	52 (5%)
Totais	*380*	*238*	*428*	*1046 (100%)*

Fonte: *FIGUEIREDO, Marcus F. Ciclos Punitivo e Consolidação Autoritária no Brasil: 1964 a 1971.* Rio de Janeiro, IUPERJ, 1974 (mimeo.).

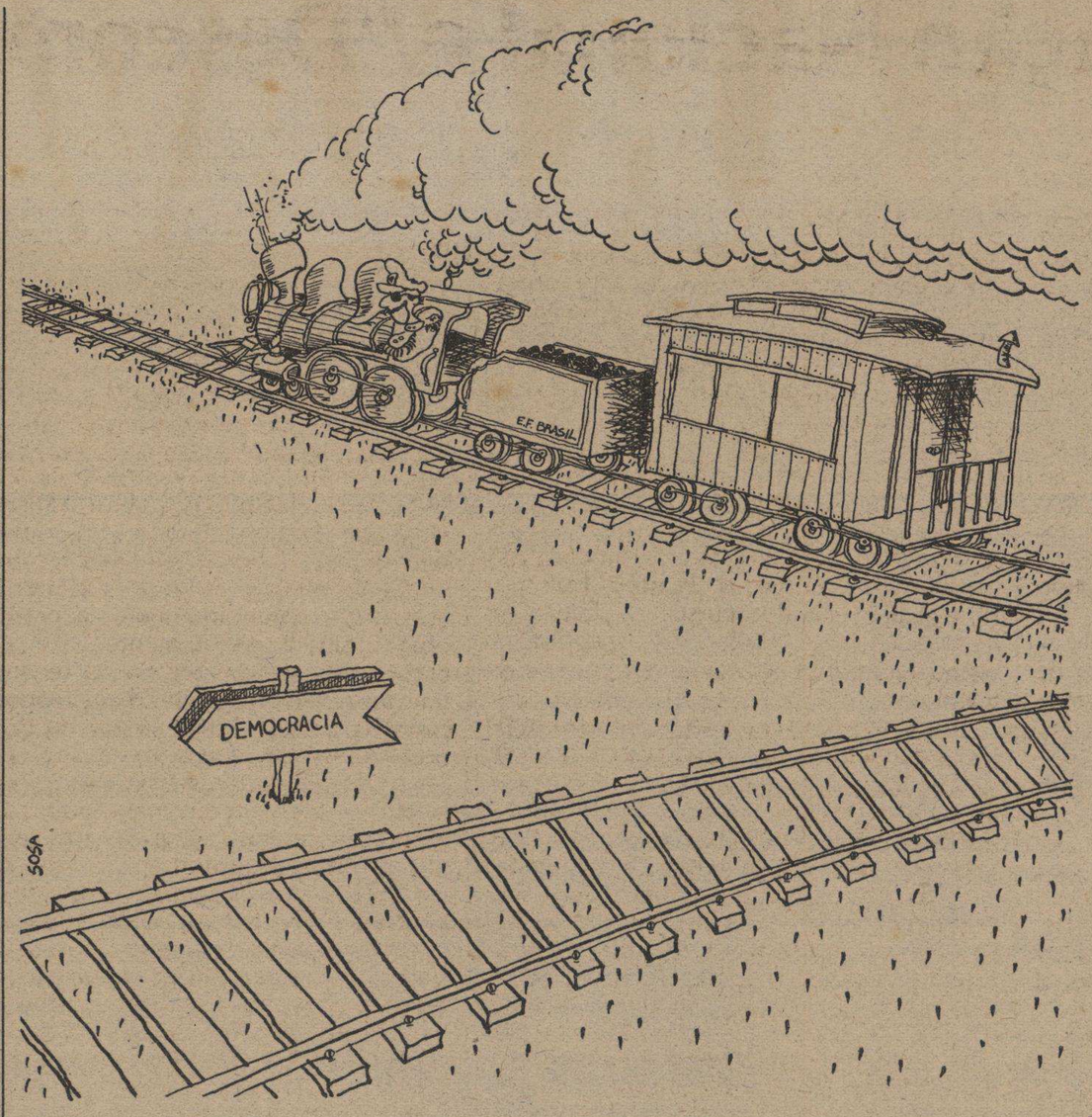
Níveis de Desempenho do Regime

A capacidade de implantar as rotinas políticas anteriormente mencionadas dependerá do desempenho do regime. No sentido aqui atribuído ao termo, desempenho nada tem a ver com as definições normativas de "bom" ou "mau" regime: um "bom" regime pode ter desempenho insatisfatório, um "mau" regime, desempenho ótimo.

Desempenho se refere, em primeiro lugar, à durabilidade do regime, à persistência, sem maiores alterações, das relações do poder vigentes. No caso mais simples, a durabilidade do regime diz respeito ao montante de **poder** coercitivo que, frente às possíveis aglutinações de forças contrárias, seus fiadores são capazes de mobilizar. Sendo as Forças Armadas o suporte do regime, aquele montante está, teoricamente, condicionado apenas pelo nível de eficácia operacional do aparato militar (equipamento, logística, operações de inteligência, etc.). E o nível atual de eficácia operacional das Forças Armadas torna inviável o sucesso da contestação neste plano. Na prática, o fator mais relevante é o grau de consenso dentro das Forças Armadas quanto aos custos relativos, para a organização militar, de manutenção do regime por via puramente, ou primordialmente, coercitiva. No cálculo destes custos haverá de figurar, prioritariamente, a avaliação da amplitude da contestação que, no caso limite, abrangeria todos os segmentos da população, inclusive amplos setores dentro das próprias Forças Armadas. Esta avaliação entra no cálculo do montante de coerção a ser aplicado e, por esta via, no cálculo dos custos relativos. Ou seja, quanto mais extensa for a área de contestação, maior o montante de coerção a ser aplicado e, conseqüentemente, maiores os custos relativos de manutenção do regime por via coercitiva. A prevalecer a percepção de que a contestação se reduz à área de "minorias trêfegas", o atual montante de coerção liberado estará associado à percepção de custos relativos baixos, o que disporá as Forças Armadas a não o reduzirem.

Em segundo lugar, o desempenho do regime refere-se a sua capacidade de gerar compromissos positivos nos diversos segmentos do espaço social. Quanto maior esta capacidade, menor a extensão das áreas de contestação, menor — ou constante — o montante de poder coercitivo a ser aplicado e menores os custos relativos de sua aplicação. A capacidade de gerar compromissos positivos relaciona-se, em primeiro lugar, ao montante, atual ou potencial, de **poder remunerativo** de que dispõe o regime. Desde que parecem ser infundados quaisquer prognósticos sobre reduções catastróficas no nível de desempenho da economia, a capacidade do regime em gerar o tipo de **compromisso calculativo** pode se manter elevada. O fato de que o regime remunere diferencialmente os diversos segmentos — ou não remunere alguns, como tem sido sugerido por análises recentes sobre a distribuição da renda — apenas chama a atenção para o fato de que os diversos tipos de poder geram retornos — em termos de compromissos positivos para com o regime — ou custos relativos diferenciais segundo os segmentos onde são investidos. O regime remunera mais generosamente aqueles segmentos nos quais o investimento de poder coercitivo ou normativo geraria retornos mínimos ou, inversamente, custos elevados.

Mencione-se, finalmente, que compromissos positivos podem ser gerados pela aplicação do **poder normativo** sobretudo pelo tipo de poder normativo fundado na manipulação da estima, do pretígio e dos símbolos ritualísticos, mais freqüentes em estruturas hierárquicas de poder e autoridade. Ao contrário do que sugerem análises correntes, o caráter autoritário e coercitivo do regime não prejudica sua capacidade de gerar legitimidade em amplos e importantes segmentos da sociedade. Pelo contrário, há razões para supor-se que em certos segmentos, como o das classes populares, um nível alto de autoritarismo obterá significativa recepção. Quanto à coerção, se chamamos de "exigência" a discrepância, ao nível individual, entre um estado de



coisas consciente ou inconscientemente desejado, por um lado, e uma situação real, por outro; e se chamamos de "saliência" a medida de desconforto produzida por uma "exigência", os aspectos coercitivos do regime têm reduzida ou nenhuma "saliência" para os indivíduos que compõem as classes populares. Isto porque a "valência" das necessidades frustradas pela coerção — a importância destas necessidades na hierarquia de valores do indivíduo ou no exercício de suas atividades rotineiras — é baixa nas classes populares.

Pode-se postular uma relação inversa com relação aos "segmentos ilustrados" da sociedade. Em suma, o aspecto coercitivo do regime ao contrário da sua dimensão autoritária — constitui uma das dimensões menos "visíveis" para as classes populares. Uma dimensão da "visibilidade" do aspecto coercitivo para os diversos segmentos sociais é a da incidência nestes setores das punições aplicadas pelos governos revolucionários. O quadro abaixo é significativo.

Vê-se que do total dos punidos do período considerado, apenas 5,9% procedem das classes trabalhadoras. É flagrante o contraste com o percentual de punidos nos "segmentos ilustrados" (Políticos + Profissionais Liberais e Empresários = 73,8%).

A última dimensão de desempenho do regime refere-se à capacidade de permear os diversos setores da sociedade, em extrair recursos e implementar políticas nos vários segmentos do espaço social. Esta capacidade está dada, hoje, pelo grau de racionalidade alcançada nas práticas administrativas dentro do aparato burocrático do Estado, pela extensão dos ramos deste aparato às esferas regionais e locais e pela redução do espaço social alcançada através da expansão dos meios de comunicação que os sucessivos governos revolucionários estrategicamente promoveram.

Estrutura Decisória, Despolitização e Segmentação

Se é correta a análise anterior, a tendência provável do regime será no sentido das despolitização da política e da segmentação do espaço social na formulação de políticas substantivas. Ao contrário de práticas anteriores, quando o peso de personalidades abria acesso direto às instâncias decisórias últimas, ou quando os centros decisórios eram facilmente identificáveis pela alta visibilidade das personalidades que os comandavam, a tendência, hoje, é no sentido de proteger o topo da hierarquia decisória de tais contatos imediatos e de despersonalizar os centros decisórios nos escalões subalternos. Por outro lado, na medida em que o clientelismo e o messianismo esgotaram suas possibilidades, ganhará relevância o aparato organizacional que os diversos segmentos sociais haverão de elaborar como instrumento para a articulação de suas demandas específicas. Supõe-se, corretamente, que o comportamento de organizações seja mais estável e previsível que o comportamento de indivíduos. Procura-se, desta forma, elevar o grau de racionalidade da estrutura decisória e criar-se as condições políticas e sociais para o planejamento.

Se a articulação de demandas será função recente do aparato organizacional que os diversos segmentos venham a elaborar, a agregação destas demandas passará a ser tarefa precípua da tecnoburocracia estatal. O aparato administrativo do Estado tenderá a evoluir para níveis cada vez mais elevados de especialização funcional e a ter como interlocutores as diversas elites organizacionais representativas dos segmentos sociais. E para evitar os riscos de "colonização" de agências administrativas pelos segmentos sociais interessados, o regime já dispõe de um centro decisório forte, situado fora da própria estrutura burocrática.

A coordenação das diversas políticas substantivas no corpo de uma política geral — de um Plano Nacional — será tarefa de órgãos colegiados já existentes, recém-criados — tais como os conselhos de Desenvolvimento Econômico e o de Desenvolvimento Social — ou a serem instituídos, cujos membros serão as chefias das agências administrativas funcionalmente especializadas. As diretrizes para a formulaão da política geral surgirão do trabalho destes colegiados, mas sujeitas, sempre, ao teste do consenso dentro das Forças Armadas. Neste sentido, o Alto Comando Militar é o colégio que estabelece as vinculações entre o desempenho político do regime e o grau de consenso dentro da organização militar. Dentro deste colégio são definidas as estratégias políticas do Governo.

Um sistema decisório com tal perfil estrutural levará, inevitavelmente, ao esvaziamento de demandas políticas de tipo mais difuso (democratização, justiça social). Serão efetivadas apenas demandas específicas dos diversos segmentos sociais, elaboradas no âmbito exclusivo deles e articuladas pelas respectivas elites organizacionais. E a semântica desta articulação de demandas haverá de se ajustar ao jargão da tecno-burocracia, para o que as elites organizacionais terão de adquirir graus elavados de qualificação no trato de políticas substantivas. O contato contínuo e permanente com a tecnoburocracia forçará e facilitará esta qualificação.

A segmentação do espaço social consistirá em que as elites organizacionais representativas estarão relativamente isoladas uma das outras por um espaço impermeável às tentativas de mútuo influenciamento direto. A arena relevante para os priocessos de influenciamento terá de ser transferida para o âmbito da tecnoburocracia: os agentes a serem influenciados serão os tecnoburocratas que poderão, entretanto, mediatizar as relações entre as diversas elites representativas. Este papel estratégico da tecnoburocracia se definirá espontaneamente na medida em que na esfera tecno-burocrática estará localizada a central de informações relevantes para a formulação de políticas.

Em tal contexto, as demandas difusas, "politizadas", ficarão restritas ao âmbito dos "segmentos ilustrados", sobretudo ao âmbito da classe política. E, ainda aí, pode-se postular a probabilidade de sua crescente rotinização. Paradoxalmente, este é um resultado que ao regime não interessa. Estas demandas difusas, ainda que contidas dentro dos estreitos limites de uma "dissidência legal", têm importante função como "áreas de experimentação". O regime delas necessita para nelas aferir o grau de aprendizado das rotinas políticas que se pretende implantar. Ou seja, nelas se aferirá o grau de institucionalização do regime. Por isso mesmo é provável que outras áreas de experimentação sejam abertas em outros segmentos do espaço social — por exemplo, entre intelectuais e estudantes — pelo estímulo à "dissidência legal", e até mesmo pela ampliação dos limites permitidos a estas dissidências. A abertura e ampliação de várias áreas de "dissidência legal" reduzirá os riscos de uma avaliação incorreta do grau de institucionalização das rotinas políticas a serem implantadas.

Na pior das hipóteses, estas áreas de dissidência consentida funcionarão como as válvulas de segurança de um regime que não encontra as vias de sua institucionalização.

EM PORTO ALEGRE ASSINE O COOJORNAL POR TELEFONE

Se você quiser assinar o Coojornal em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que o nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho.

O CARNAVAL

O carnaval que se viu, vencido pela Beija-Flor, foi o carnaval permitido. Nosso cronista revela aqui um outro carnaval, que poderia ter sido e que não foi por razões óbvias:

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

"Juscelino Kubitscheck" foi cortado de um samba-enredo sobre Brasília pela Censura, o que, além de mostrar que eles já estão com medo de fantasmas, deixou o pobre compositor sem rima para "hino em playback". No fim ele teve que optar entre "Destino e Buquemeque" e "Divino Alan Kardeck", nenhuma das quais encaixava no tema. Mas a Censura não cortou apenas trechos de músicas neste Carnaval. Cortou músicas inteiras. Foi o caso, por exemplo, da "Marcha da Sucessão", que era assim:

"Em janeiro, o mês primeiro
disse alguém, peremptório
(ai, peremptório)
começa o ano eleitoral
ensaios para o carnaval
e o debate sucessório
(ai, sucessório).

Até janeiro, o brasileiro
deve ter calma e recato
(ai, calma e recato).
Falar no preço do toucinho
na seleção do Coutinho
mas em nenhum candidato.
(Que candidato?)

Chegou janeiro, até ligeiro
e a turma estava rente
(como pão quente)
para ouvir e discutir
aceitar ou divergir
sobre o novo presidente
(ai, presidente)

Passou janeiro, é fevereiro
e ninguém meteu o bedelho
(ai o bedelho).
O debate estava pronto
foi um rápido encontro
de alguém com seu espelho
(ai seu espelho)."

E teve também a "Marcha-Rancho", totalmente vetada:

"Com a quinzena
comprei maisena, oi
comprei maisena.

O salário-família
foi em ervilha, oi
foi numa ervilha.

Com o décimo-terceiro
comprei tempero, oi
comprei tempero.

Mas pro feijão mudar de dono
só com abono, oi
só com abono.
(Estribilho:)
PIS, PIS, PIS
o que é que você diz?
PIS, PIS, PIS
come vento e pede bis."
(Repete)

Melhor sorte não teve o samba-enredo "Alerta à Censura", cujo estribilho era assim:

"Sentinelas da moral
que mantêm a dissolução
longe do nosso lado:
não nos levem a mal
mas há tanta corrupção
que alguém aí está comprado."

E foi proibido por inteiro o samba-enredo "Tem norrau na batucada", que era assim:

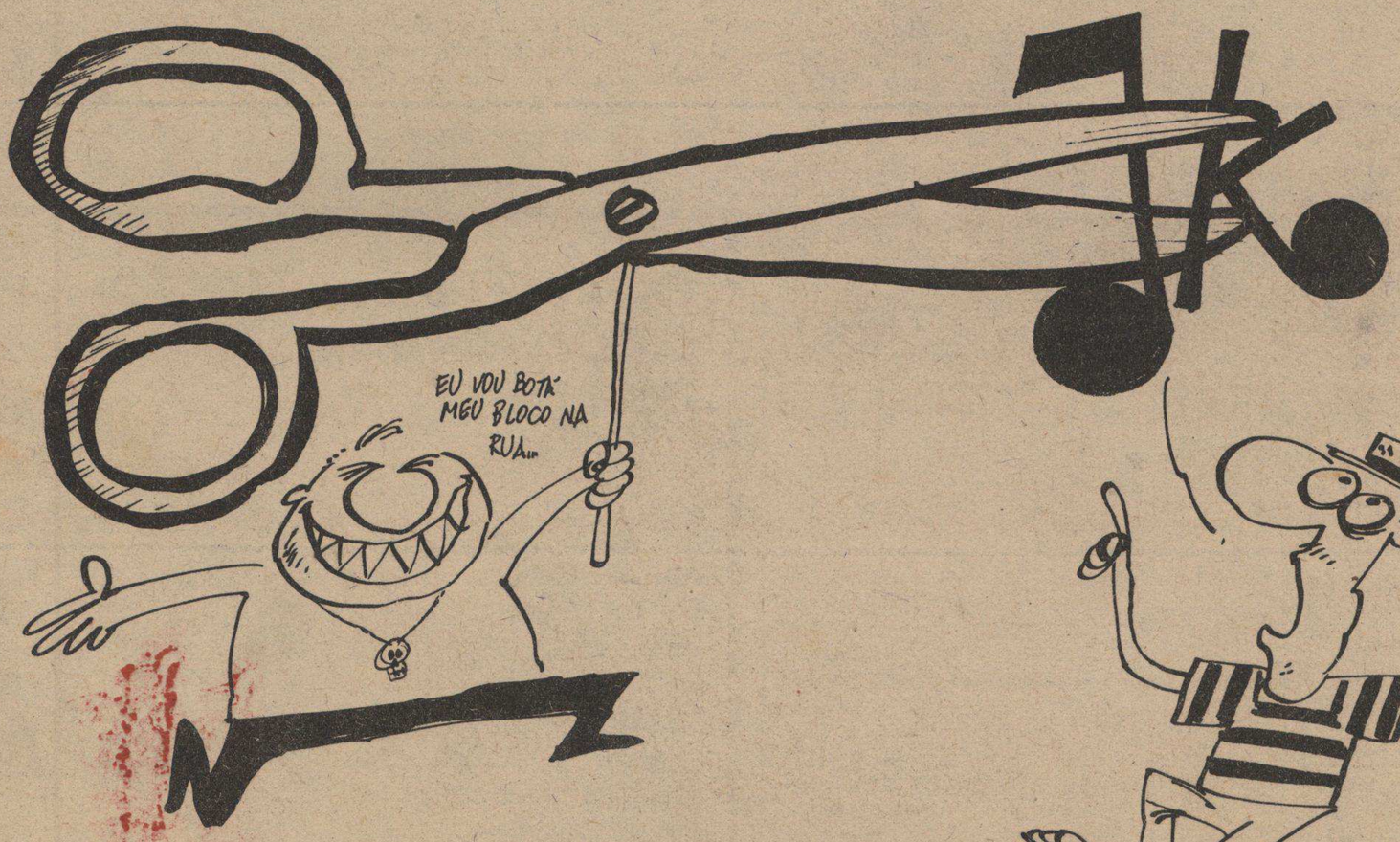
"Foi nos tempos coloniais
(quer dizer, dias atrais)
que a notícia ganhou vida.
Uma multinacional
ia entrar no carnaval
e desfilar na Avenida.

A comissão de frente
usava lima e não pente
porque era só testa-de-ferro.
A bateria de alemão
batia com as botas no chão
e o repique era um berro.

A porta-bandeira americana
não mexia nem a pestana
o que dizer do rebolado.
E o mestre-sala, marquês
era um pequeno japonês
transistorizado.

Bonito carro alegórico
de grande valor simbólico.
O Modelo Exportador
Carregado quase aos tombos
sobre a cabeça e os ombros
de brasileiros, no amor.

Uma ala de baianas francesas
mulatas holandesas
e um pseudo-passista sueco.
Ingleses duros e brancos
estranhando seus tamancos
e dizendo *teleuco-teuco.*

Indignados, os puristas
contrariando os turistas
exclamaram: *Isso tem que acabar!*
Mas a escola dos outros países
subornou todos os juízes
e tirou o primeiro lugar.

Algúem disse, irado:
Nada mais é sagrado?
Compraram até o carnaval!
Responderam os juízes, vividos:
Somos subdesenvolvidos
precisamos de capital."